

**MILENA COSTA DE SOUZA**

**VOZES COMBATENTES: EXPERIÊNCIAS FEMININAS NAS  
GUERRILHAS GUATEMALTECAS**

**CURITIBA**

**2010**

**MILENA COSTA DE SOUZA**

**VOZES COMBATENTES: EXPERIÊNCIAS FEMININAS NAS  
GUERRILHAS GUATEMALTECAS**

**Dissertação apresentada como requisito  
parcial à obtenção do título de Mestre em  
Sociologia, Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras  
e Artes, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora:  
Profª Drª Miriam Adelman**

**CURITIBA**

**2010**

Dedico este trabalho à minha mãe Sheyla e ao meu pai Daniel pela dedicação e amor com que me educaram. Ao meu companheiro Pedro, pela paciência e o carinho. Ao meu irmão Thiago, por me apresentar a revolução. A todos/as os/as revolucionários/as do continente latino- americano

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças aos encontros e desencontros com diversas pessoas ao longo da minha vida. Não consigo deixar de pensar, no momento de agradecer em pessoas que há muito não vejo, mas que deixaram marcas profundas em minha memória. Então, dedico essa pesquisa aos/as conhecidos/as, amigos/as, professores/as e familiares que me ensinaram tudo o que sei e fizeram de mim quem sou hoje. Algumas pessoas, entretanto, fizeram parte do dia-a-dia da construção dessa pesquisa e gostaria de manifestar minha gratidão particularmente:

Aos meus companheiros de viagem Pedro, Thiago e Lígia, os Latinautas. Pelas alegrias, tristezas, apoio, companheirismo, cumplicidade e alguns dos melhores dias da minha vida.

À equipe da Carta Maior, em especial ao Eduardo e ao professor Emir Sader.

Aos meus pais por sempre falarem que eu deveria continuar quando queria desistir.

À minha prima Dani por me levar em suas aulas de Ciências Sociais na UERJ, quando eu ia de férias ao Rio.

À Vó Mila por sempre me oferecer apoio nos momentos mais difíceis, sem que eu nunca precisasse pedir.

Aos professores/as e colegas de mestrado pelas aulas, discussões e cafés na cantina da reitoria, em especial agradeço minha orientadora, professora Miriam.

A todos que conheci nas Américas, que me fizeram perceber que somos todos latino-americanos.

À Yolanda Colom e Walda Barrios, as quais abriram as portas da minha pesquisa na Guatemala e me ajudaram em tudo que foi possível.

À todas as interlocutoras, as quais não forneceram apenas as bases desses estudos, mas principalmente inspiração para se seguir o caminho.

*Debe haber otro modo...  
Otro modo de ser humano y libre  
Otro modo de ser*

(Rosario Castellanos)

## RESUMO

Durante as décadas de 60 e 70 o mundo encontrava-se dividido pela Guerra Fria, pelo muro de Berlim, pelo socialismo e o capitalismo. Na América Latina, este foi um período histórico em que as ditaduras militares dominaram grande parte dos governos e as populações vivenciaram uma forte repressão. Nas Américas Central e do Sul rebeliões armadas se espalharam seguindo o exemplo da guerrilha cubana tendo como objetivo o combate aos regimes ditatoriais. Na Guatemala, a polarização entre o governo ditatorial e seus opositores resultou em uma guerra civil que durou 36 anos. O movimento guerrilheiro guatemalteco contou com milhares de integrantes dentre os quais, haviam centenas de mulheres. Entretanto, por conta de uma tradição discursiva e literária que considera apenas os homens como sujeitos da guerra, a experiência feminina ficou em segundo plano, sendo até mesmo invisibilizada. Esta dissertação é um estudo sobre as experiências femininas nas guerrilhas guatemaltecas e tem como objetivo principal analisar a relação entre a participação das mulheres nas guerrilhas guatemaltecas e a construção de suas subjetividades. Nossa análise parte do referencial analítico gênero e dos estudos feministas. Buscamos mostrar a história da participação política e pública das guatemaltecas, um panorama da guerra civil, assim como um histórico da participação feminina nos movimentos de resistência armada latino-americanos. Também buscamos mostrar a participação feminina especificamente no movimento revolucionário guatemalteco, de que forma ocorreu o envolvimento das mulheres com o movimento revolucionário, as relações de poder entre homens e mulheres nos espaços das organizações, os cargos ocupados majoritariamente por pessoas do sexo feminino e as divisões do trabalho entre os gêneros. Em um último momento, tivemos como objetivo analisar as transformações pessoais e coletivas causadas por conta da participação feminina no movimento revolucionário guatemalteco, como essas mudanças contribuíram para a construção da subjetividade daquelas mulheres e mais tarde, para o movimento feminista guatemalteco. Essa problematização amparou-se nos estudos feministas, no referencial analítico gênero (SCOTT) e nas teorias sociológicas contemporâneas de Anthony Giddens e Stuart Hall. A conclusão é que a participação feminina na condição de combatentes, durante a guerra civil guatemalteca subverteu o imaginário cultural local e foi fundamental para o questionamento em relação aos espaços por elas ocupados na sociedade guatemalteca assim como a ampliação da participação destas mulheres na vida política. Com isto muitas buscaram novos caminhos, para além do lar e da família.

Palavras- chave: mulheres, guerrilha, Guatemala, sujeito.

## **ABSTRACT**

During the 60s and 70s the Cold War, the Berlin Wall, the Socialism and the Capitalism divided the world. In Latin America, this was a historical period in which military dictatorships dominated most governments and therefore, the populations have experienced a strong repression. In Central and South America armed rebellions spread following the example of the Cuban guerrilla with the objective of combating the dictatorial regimes. In Guatemala, the polarization between the dictatorial government and its opponents resulted in a civil war that lasted 36 years. The Guatemalan guerrilla movement had thousands of members among which there were hundreds of women. However, due to a discursive and literary tradition that considers only men as subjects of war, women's experience was in the background, and even made invisible. This thesis is a study on women's experiences in the Guatemalan guerrillas and aims to investigate the relation between women's participation in the Guatemalan guerrillas and the construction of their subjectivities. The analytical framework of gender and feminist studies constructs our analysis. We seek to show the history of political and public participation of Guatemalan women, an overview of the civil war, as well as a history of female participation in the armed resistance movements in Latin America. We also analyze specifically female participation in the Guatemalan revolutionary movement, how the involvement of women in the revolutionary movement took place, the power relations between men and women across the organizations, the positions held mostly by females and divisions of labor between the genders. Our objective was to analyze the personal and collective changes caused by the female participation in the Guatemalan revolutionary movement and how these changes contributed to the construction of the subjectivity of those women and later to the Guatemalan women's movement. This questioning was based on the analytical framework of feminist studies and gender (Scott) as well as the contemporary sociological theories of Anthony Giddens and Stuart Hall. The conclusion is that women's participation in the condition of combatants during the Guatemalan civil war contributed to change the cultural imaginary towards women and questioned the spaces occupied by women in Guatemalan society as well as expanded the participation of women in political life. With this many followed new paths, beyond the home and the family.

Keywords: women, guerrillas, Guatemala, subject.

## LISTA DE ABREVIACÕES

APPO	– Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca
AVANCSO	– Asociación para el Avance de las Ciencias Sociales en Guatemala
CEDAW	– Committee on the Elimination of Discrimination against Women
CIA	– Central Intelligence Agency
CIRMA	– Centro de Investigações Regionais da Mesoamérica
CLADEM	– Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de lo Derecho de la Mujer
CPR	– Comunidades de População em Resistência
EGP	– Ejército Guerrillheiro dos Pobres
EZLN	– Ejército Zapatista de Libertação Nacional
FAR	– Forças Armadas Revolucionárias
FGT	– Fundación Guillermo Torriello
FSLN	– Frente Sandinista de Libertação Nacional
PGT	– Partido Guatemalteco do Trabalho
PNSD	– Plano Nacional de Segurança e Desenvolvimento
ONG	– Organização Não Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
ORPA	– Organização do Povo em Armas
UNAMG	– União Nacional de Mulheres Guatemaltecas
URNG	– União Revolucionária Nacional Guatemalteca



## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>12</b>
1.1. OS CAMINHOS SEGUIDOS PARA SE COMPREENDER O SUJEITO E A SUBJETIVIDADE: GÊNERO COMO REFERENCIAL ANALÍTICO.....	15
1.2 O LUGAR DO FEMINISMO NAS TEORIAS SOCIOLOGICAS CONTEMPORÂNEAS.....	18
1.3 MAS AFINAL QUEM SÃO OS GUERRILHEIROS?.....	20
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO.....	23
<b>CONTEXTO DA PESQUISA E SUA METODOLOGIA</b>	
<b>2 UMA VIAGEM INICIÁTICA.....</b>	<b>26</b>
2.1 CONTRUÍNDO CAMINHOS: A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA.....	34
2.2 RETORNO A GUATEMALA: A PESQUISA DE CAMPO.....	37
2.2.1 As entrevistas.....	40
2.2.2 Como a snowball ganhou corpo.....	43
2.3 A PESQUISA EM FONTES ESCRITAS.....	46
2.3.1 Nota sobre a pesquisa bibliográfica.....	46
2.3.2 A pesquisa de documentos.....	48
2.3.3 As instituições visitadas.....	49
2.3.4 Resultado das pesquisas: os materiais coletados.....	50
2.3.5 Organização e análise dos documentos.....	51
<b>3 DITADURAS MILITARES NA AMÉRICA LATINA: REPRESSÃO E INSURGÊNCIA GUERRILHEIRA NA GUATEMALA.....</b>	<b>54</b>
3.1 NOTA SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DE UMA GUERRA CIVIL.....	55
3.2 36 ANOS DE GUERRA CIVIL GUATEMALTECA : BREVE PANORAMA DO CONFLITO.....	56
3.3 CAMINHOS EMANCIPATÓRIOS: CONQUISTAS DE ESPAÇOS PELAS MULHERES NA GUATEMALA.....	62
3.4 GUERRA DE GUERRILHA: AS NAÇÕES CENTRO AMERICANAS MIRAM CHE GUEVARA E A EXPERIÊNCIA CUBANA.....	68
3.5 PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS DA AMÉRICA LATINA.....	71
3.5.1 Adiamento das questões femininas.....	75
3.5.2 Resistência à participação feminina: a ocupação dos cargos de liderança.....	77
3.5.3 A imagem do combatente não é a de uma mulher.....	79

3.5.4 Juntando os pontos: características das participações femininas nas organizações revolucionárias.....	80
<b>4 NAS MONTANHAS E NAS CIDADES: PARTICIPAÇÃO DAS GUATEMALTECAS JUNTO AOS GRUPOS GUERRILHEIROS.....</b>	<b>82</b>
4.1 COMO QUANTIFICAR A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS GUERRILHAS?.....	82
4.2 PERFIL DAS INTERLOCUTORAS: SUAS HISTÓRIAS E SUAS EXPERIÊNCIAS.....	84
4.2.1 As interlocutoras.....	87
4.3 INSERÇÃO NOS GRUPOS GUERRILHEIROS: OS MOTIVOS DAS COMBATENTES.....	92
4.3.1 Regiões devastadas: a inserção nas guerrilhas como possibilidade de sobrevivência em meio à guerra.....	94
4.3.2 Fazer parte do movimento revolucionário: redes de contato das combatentes de origem rural.....	98
4.3.3 Ambiente acadêmico: possibilidade de envolvimento político.....	102
4.3.4 Fazer parte do movimento revolucionário: redes de contato das combatentes de origem urbana.....	104
4.4 GUERRILHEIRAS DAS MONTANHAS E GUERRILHEIRAS DAS FRENTE URBANAS.....	108
4.4.1 Guerrilheiras das Montanhas.....	109
4.4.2 Guerrilheiras das cidades.....	113
4.5 ESPAÇOS OCUPADOS PELAS MULHERES NAS ORGANIZAÇÕES GUERRILHEIRAS DAS MONTANHAS E DAS CIDADES.....	115
4.6 O EXÍLIO.....	121
<b>5 REFLETIR, FALAR, ESCUTAR A VOZ: CONSTITUIR-SE SUJEITO POR MEIO DA EXPERIÊNCIA GUERRILHEIRA.....</b>	<b>127</b>
5.1 REENCONTROS FAMILIARES.....	130
5.2 DIFICULDADE EM GARANTIR DIREITOS E A VIOLÊNCIA COMO RESISTÊNCIA À TRANSFORMAÇÃO.....	133
5.3 ONDE ESTÃO OS FRUTOS DO NOSSO TRABALHO?.....	134
5.4 REFLEXÕES CAUSADAS PELA PARTICIPAÇÃO NA GUERRA: TORNAR-SE FEMINISTA NA GUATEMALA.....	138
5.4.1 Feminismos guatemaltecos.....	142
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>145</b>

<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>152</b>
<b>ANEXO 1 – ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA.....</b>	<b>160</b>
<b>ANEXO 2 – ENTREVISTA COM MARIA TUYUC.....</b>	<b>162</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em um continente latino-americano marcado pelos anos de ditaduras, onde durante muito tempo os períodos democráticos eram apenas uma rápida primavera, os/as pesquisadores/as deparam-se na atualidade, por meio do breve distanciamento temporal que são capazes de realizar, com diversas temáticas que ao longo dos anos foram silenciadas. Os silêncios foram causados inicialmente por conta dos governos ditatoriais com suas objetivas censuras, as quais decidiam o que era permitido falar, cantar, dançar, interpretar, pintar e ser. Outros silêncios ocorreram por conta de nossas incapacidades, como sociedades, de ouvir, compartilhar e enxergar a existência dos/as Outros/as. Assim foram criados uma série de vazios, de vozes contidas, porém existentes, que merecem ser finalmente escutadas e analisadas. Diversos/as pesquisadores/as iniciaram uma busca por visibilizar essas questões esquecidas e tomaram para si parte da responsabilidade de resgatar e preservar as nossas memórias; problematizar e analisar nossas relações sociais.

É diante desta problemática que surge esta pesquisa, *Vozes combatentes: experiências femininas nas guerrilhas guatemaltecas* a qual tem como seu objetivo principal, contribuir para os recentes e crescentes debates sobre os períodos ditatoriais que um dia vivemos. Dentro da ampla temática e possibilidades de se estudar estes períodos históricos, minha análise restringe-se às organizações guerrilheiras da Guatemala e a participação das mulheres nestas organizações durante o período conhecido como segunda onda guerrilheira, o qual vai de 1970 a 1996 (ano da assinatura dos Acordos de Paz). Para que esta pesquisa fosse possível, foram realizadas duas viagens para a Guatemala nos anos de 2006 e 2009. Durante essas viagens foram realizadas 14 entrevistas dentre as quais 10 foram feitas especificamente com ex-guerrilheiras.

Os caminhos que me levaram ao encontro do tema desta pesquisa foram longos e emocionantes. As reflexões acerca do tema abordado tiveram como início uma viagem exploratória de aventura, tornaram-se projeto de pesquisa de mestrado e finalmente nesta dissertação. No decorrer da escrita do projeto desta pesquisa, das primeiras páginas deste texto e conseqüentemente, do maior aprofundamento em relação ao tema escolhido, diversas perguntas surgiram como norteadoras desta

pesquisa e aos poucos o problema deste estudo foi sendo construído. Conceitualmente, me embasei sobretudo no campo dos estudos feministas e das relações de gênero. Esta abordagem ocorre como uma escolha acadêmica por teorias que questionem o lugar de fala do sujeito ao mesmo tempo em que se dá um maior espaço para a análise das subjetividades. Ou seja, teorias que vão além de categorias pretensiosamente tidas como universais.

Como ficará claro nas próximas páginas<sup>1</sup>, o campo sociológico feminista surgiu para mim como uma espécie de encontro conceitual. Ou seja, questionamentos que eu tinha no âmbito do pessoal, ao observar as representações imagéticas e as relações sociais que se estabeleciam à minha volta, ganharam corpo e argumento quando situadas contra o campo teórico. Portanto, pode-se dizer que cheguei à fundamentação teórica que embasa este estudo (e o próprio tema desta pesquisa) por meio de experiências e vivências pessoais, as quais além de me permitirem adquirir conhecimentos e construir minha subjetividade por meio do encontro com os/as Outros/as, fizeram com que eu percebesse essas situações de confluência como possibilidades de adquirir profundos conhecimentos sobre eu e sobre aqueles/as com quem encontrei.

Um acontecimento foi fundamental para a articulação das questões que serão aqui apresentadas: conhecer e conversar com a ex-guerrilheira guatemalteca Yolanda Colom. Nossa reunião se deu por acaso, quando viajava com um grupo de amigos pela Guatemala. Nosso grupo tinha como objetivo entrevistar pessoas que faziam ou fizeram parte de movimentos sociais ou de lutas de resistência. Buscávamos conversar com a viúva de Mario Payeras – líder guerrilheiro e escritor guatemalteco premiado – e nos deparamos com Yolanda, não a viúva, a companheira de Mario, mas simplesmente Yolanda. Suas palavras não relatavam apenas uma vida marcada por importantes acontecimentos históricos, mas revelavam seu lugar no mundo e a constituição de quem ela é. As palavras de Yolanda fizeram com que eu começasse a refletir sobre o sujeito feminino latino-americano e me acompanharam durante os cinco meses restantes de viagem pela América Latina. Este encontro com meu objeto de investigação surgiu antes mesmo de escrever meu projeto de pesquisa. Foi depois de retornar da viagem pela

---

<sup>1</sup> O próximo capítulo é dedicado ao contexto da pesquisa e sua metodologia. Sendo assim, além de explicar os procedimentos utilizados para a coleta de materiais e para a realização das entrevistas, busco situar o leitor no campo acadêmico contra o qual me situo como pesquisadora. Para isso, pontuo alguns dos momentos de experiência pessoal que foram cruciais para a realização deste estudo.

América Latina que decidi tentar ingressar no mestrado de sociologia da UFPR e após ser aprovada, o meu encontro com a Guatemala foi aos poucos resultando nesta dissertação.

Como foi colocado nestas primeiras linhas de forma bastante resumida, minhas experiências de vida, encontros e desencontros, permitiram com que percebesse a construção da subjetividade como forma de conhecimento tanto pessoal quanto científico. Sendo assim, é neste contexto, de percepção da construção da subjetividade como possibilidade de conhecimento (RAGO, 1998), que surgiu a questão norteadora desta pesquisa: *Qual a relação entre a participação das mulheres nas organizações guerrilheiras guatemaltecas e a construção de suas subjetividades?*

A partir desta questão problema retornei para a Guatemala em 2009 para a realização do meu campo de pesquisa. Tendo como base os materiais coletado na minha primeira viagem, foi estabelecida a seguinte hipótese central: *A participação das mulheres nas organizações guerrilheiras foi fundamental para o questionamento em relação aos espaços por elas ocupados na sociedade guatemalteca assim como a ampliação da participação destas mulheres na vida política. Com isto muitas buscaram novos caminhos, para além do lar e da família.*

A questão central desta pesquisa, as vozes das ex-combatentes e as demais fontes analisadas, revelaram diversas contradições e tensões envolvendo as relações entre homens e mulheres nas organizações guerrilheiras guatemaltecas e resultaram nas seguintes questões secundárias, as quais guiaram diretamente a construção deste texto, principalmente no que tange a subdivisão em capítulos:

- Em que momento histórico e social ocorreu a inserção das guatemaltecas junto às organizações revolucionárias armadas?;
- Até que ponto o caminho da luta revolucionária resultou na subordinação das questões específicas das mulheres em relação à uma causa comunal?;
- As mulheres se envolviam nas organizações guerrilheiras em seus próprios termos ou eram designadas para funções subordinadas, as quais não questionavam as relações de gênero existentes naquela sociedade?;
- Existiam interesses comuns entre as mulheres – referentes ao seu gênero – ou classe social e a polarização política eram mais relevantes?;

- Até que ponto a participação das mulheres nas organizações guerrilheiras fomentou o questionamento em relação aos tradicionais papéis de gênero vividos pelas guatemaltecas em suas sociedades?
- De que maneira a experiência da luta armada transformou as vidas das ex-combatentes?

## 1.1 OS CAMINHOS SEGUIDOS PARA SE COMPREENDER O SUJEITO E A SUBJETIVIDADE: GÊNERO COMO REFERENCIAL ANALÍTICO

A busca pelas respostas das questões acima colocadas estão fundamentadas em uma análise sob a perspectiva das relações de gênero e dos estudos feministas. A escolha deste referencial analítico está calcada na busca por uma análise plural que permita perceber os acontecimentos por meio de diferentes pontos de vista, ou seja, pela experiência de Outros sujeitos. Quando falo sobre Outros sujeitos refiro-me a ir além de uma única possibilidade de ser, baseada na concepção de um sujeito homogêneo, portanto, universal autônomo e racional. Essa busca não é de forma alguma individual, mas sim parte do contexto das teorias feministas e das relações de gênero. Essas teorias demonstram que a universalidade esconde e suprime uma série de diferenças que a própria modernidade constrói ou reforça, escondendo entre outras coisas as relações de poder que as subjazem e as diversas posições dos sujeitos que se envolvem nesta teia (HALL, 2006; MARIANO, 2005; SCOTT, 2005). Sendo assim, uma análise que parte das teorias feministas e do referencial analítico gênero é acima de tudo o questionamento de uma pretensa universalidade, a qual esconde diversas particularidades.

Como bem apontou Simone Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1949), existem sérios limites relacionados ao conceito de um sujeito universal, o qual situa todos/as aqueles/as que fogem à norma na eterna posição de Outros/as. Segundo esta concepção de sujeito, as mulheres estariam destinadas a esta posição excludente tendo em vista que fogem ao padrão – determinado pelo sexo masculino. Beauvoir rompe com a idéia de anatomia como destino, contradizendo assim a determinação dos papéis sociais por meio do sexo do indivíduo, pois é uma das pioneiras em sugerir que o gênero é construído ao afirmar que não se nasce mulher, torna-se

mulher (BUTLER, 2008, p.26-27). Sendo assim, *O segundo sexo* abre as portas para uma nova geração de pensadoras/es que irão refletir sobre possíveis relações entre sexo e gênero, “libertando-os” de sua sinonimidade e abrindo maior espaço para discussões sobre as alteridades, a condição e o reconhecimento da existência do(s) Outro(s) sujeitos. Ou seja, todos/as aqueles/as que não se encaixavam na norma do sujeito homem, branco e heterossexual.

A partir dos questionamentos em relação ao biológico imutável, podemos dizer que o conceito gênero passa a ser utilizado pelas feministas conhecidas por pertencerem ao *Feminismo da Segunda Onda* (1960-1980), como uma forma de questionar as diferenças entre masculino e feminino baseadas somente na “natureza humana”. Ou seja, elas empregavam o conceito gênero de forma a contrapor as diferenças culturais em relação às diferenças biológicas. Em meio a este feminismo militante das décadas de 60 e 70, diversas autoras lançaram obras e artigos que se tornaram marcos como por exemplo, o texto *The personal is political* (1968), cujo título virou o slogan daquele período: “O pessoal é político”. A pesquisadora Guacira Louro (2002, p.18) cita Teresa de Lauretis para afirmar que o feminismo surgiu como uma nova maneira de se pensar a cultura, pois redefine e amplia os limites do político. Segundo Louro, “Ao proclamar que ‘o pessoal é político’, as feministas propõem que se compreenda de um modo novo as relações entre a subjetividade e a sociedade, entre os sujeitos e as instituições sociais” (2002, p.19). O lema “o pessoal é político” tornou-se o grito de guerra de toda uma geração de feministas e na Guatemala, ganhou força no final da guerra civil (década de 1990), no momento em que as mulheres tiveram a oportunidade de se posicionarem contra a opressão vivida até mesmo nas esferas mais íntimas, as quais raramente eram politizadas.

As teóricas feministas contemporâneas deram continuidade aos debates relacionados às diversas possibilidades de existir, de perceber e interpretar o mundo, pois situaram o sujeito como parte da cultura, inserido em relações complexas tanto sociais, quanto étnicas e sexuais (RAGO, 1998). Uma das limitações conceituais que estas teóricas tiveram que superar foi a utilização da categoria gênero como uma forma de questionar as diferenças baseadas “somente” no biológico, ou seja, a utilização do conceito gênero como uma maneira a contrapor as diferenças culturais em relação às diferenças biológicas (cf. Nicholson, 2000).

Nesse sentido, destaco o conceito de gênero formulado pela historiadora



Joan Scott (1995)<sup>2</sup> o qual rompe com a noção de um biológico imutável e trabalha com as relações de poder entre o masculino e feminino e principalmente com as suas articulações com a cultura. O conceito de gênero desenvolvido por Scott<sup>3</sup> é pertinente para esta pesquisa, principalmente porque relaciona gênero a poder, ao mesmo tempo em que pensa os gêneros inseridos em contextos históricos e culturais específicos. Sendo assim, por meio do pensamento de Scott, podemos compreender gênero como relacional, como a convergência entre a cultura, as relações sociais e a história.

Se, como afirma Scott, as relações de poder entre masculino e feminino são articuladas de maneira distinta, de acordo com a cultura e o período histórico em que estão inseridas, subentende-se o descarte de toda a tentativa de se essencializar as relações entre os gêneros. Sendo assim, as análises desta pesquisa estão envoltas pelo cuidado de se perceber as especificidades da realidade guatemalteca, das subjetividades femininas nesta cultura, assim como das relações de poder estabelecidas entre o masculino e feminino em momentos históricos específicos – anterior à guerra, da própria guerra e posterior à mesma. Dessa forma, é no contexto da experiência guerrilheira e de sua ressignificação que busco compreender a constituição das combatentes em sujeitos políticos e sociais. Imbricado nesta teia está o movimento feminista local, o qual apesar de não ser o foco deste estudo, certamente está relacionado à ampliação da participação feminina nas mais diversas esferas sociais do pós - guerra. Neste ponto é necessário se pensar a constituição do próprio sujeito do feminismo guatemalteco, o qual, segundo Silvana Mariano, é “construído discursivamente, em contextos políticos específicos, a partir de articulações, alianças, coalizões. Portanto, é sempre contingente” (MARIANO, 2005, p.494).

---

<sup>2</sup> Segundo Scott gênero é: [...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder [...] o gênero implica quatro elementos interrelacionados: primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) – Eva e Maria como símbolos da mulher [...]. Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas [...]. O desafio [...] em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero [...] deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social- este é o terceiro aspecto. O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva (p.86).

<sup>3</sup> O conceito de Joan Scott entretanto, não problematiza suficientemente a dicotomia sexo/ gênero. Sexo ainda fica ligado ao biológico e não é apresentado, assim como o gênero, como um construto cultural. Neste sentido, aponto Judith Butler como sendo uma das autoras que foi mais a fundo nesta discussão. Para ela, “Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2008, p.25).

A partir da literatura acima mencionada, podemos concluir que o referencial analítico gênero pede do/a pesquisador/a um constante questionamento das categorias que utiliza em sua pesquisa, principalmente no sentido de questionar aquelas que de certa forma universalizam o objeto de estudo e principalmente aquelas que o naturalizam. Acredito que essa categoria é essencial para o presente estudo, pois me permite, como pesquisadora, pensar para além dos estreitos conceitos de teorias formuladas sobretudo pelo discurso masculino, utilizadas para analisar o mundo por meio de uma perspectiva de isolamento e “neutralidade”. As teorias feministas serão aqui utilizadas com o intuito de se estabelecer uma relação distinta daquela proposta pela “objetividade científica” tendo em vista que minha relação com meu objeto de pesquisa é de profundo envolvimento, pois no momento em que parto do pressuposto de que a subjetividade é sim uma forma de conhecimento (RAGO, 1998), não estou falando apenas da subjetividade das mulheres que aqui estudo, mas também da construção de minha própria subjetividade no encontro com Outras, mas semelhantes mulheres.

## 1.2 O LUGAR DO FEMINISMO NAS TEORIAS SOCIOLOGICAS CONTEMPORÂNEAS

Como ficará evidente ao longo da leitura deste texto, já justificado nas linhas anteriores, não utilizo extensivamente neste estudo autores clássicos da sociologia – tendo em vista os limites de suas teorias ao abordar as relações de gênero e de subjetividade (cf. RUBIN, 1998), bem como minha escolha política como pesquisadora. Acredito que grande parte da produção dos intelectuais modernistas, quase todos homens, possui um viés masculinista uma vez que o sujeito posiciona-se dentro de sua universalidade e o discurso por ele produzido parte do reconhecimento da subjetividade de um único ser em relação aos Outros (FELSKI, 1995; 2000<sup>4</sup>).

---

<sup>4</sup> Felski (2000) afirma que a modernidade é muitas vezes descrita como um processo histórico dramatizado e personificado, moldado por diversas histórias organizadas dentro de uma lógica linear. Com o intuito de narrar, explicar e organizar este período, diversas histórias foram criadas e difundidas, as quais vinham acompanhadas de uma gama de personagens, bem como de metáforas que faziam alusão ao feminino e ao masculino. Essa tentativa de organizar um período em um único tempo, ou seja, em uma linearidade “lógica”, escondeu as

Entretanto, gostaria de deixar claro que, as escritas das próximas páginas – fruto de uma profunda reflexão sobre a constituição do sujeito moderno – não abrem mão dos debates sociológicos contemporâneos. Tenho como principais referenciais teóricos da sociologia dois estudiosos que incorporam em suas análises as propostas feministas: Anthony Giddens e Stuart Hall (cf. ADELMAN, 2009). Hall e Giddens reconhecem o movimento feminista como agente de transformação social e provocador de rupturas teóricas. Para Hall (2006), o feminismo faz parte de uma série de outros movimentos sociais que afirmam as dimensões objetivas e subjetivas da política. Hall acredita que o feminismo teve uma relação direta com a descentralização do sujeito de forma a contribuir para que todos aqueles que foram invisibilizados pela universalidade – negras/os, indígenas, entre outros, tivessem sua vozes disseminadas.

Segundo Giddens (2002), o feminismo – inserido naquilo que o autor chama de política-vida<sup>5</sup> – principalmente na contemporaneidade, está dando maior espaço para as questões referentes à auto-identidade, uma vez que as feministas perceberam que, a emancipação por si só não resolve os “problemas”. A falta de opções abertas – paralelamente à maior opção de escolhas que surgiam para as mulheres – fez com que elas percebessem que a cultura moderna não satisfazia suas necessidades. Sendo assim, surge a demanda por transformações sociais que permitam que as pessoas sejam reconhecidas e vivam suas diferenças. Paralelamente, a teoria giddensiana também será utilizada para analisarmos a emergência de novos movimentos, grupos e ONGs na Guatemala após a assinatura dos Acordos de Paz. Movimentos como o feminista e o ecológico surgem como “reações firmes a dimensões institucionais da vida social moderna” (GIDDENS, 2002, p.192).

---

experiências de diversos grupos sociais, pois esse modelo tende a universalizar a experiência moderna. Para a autora, a teoria sociológica nasce como uma narrativa sobre a própria modernidade. Aos poucos, a Sociologia vai ganhando ares mais científicos ao apresentar suas teorias, sistemas classificatórios e conceitos. Entretanto, o pensamento sociológico, o qual ao mesmo tempo em que analisa a sociedade, ajuda a moldar nosso próprio senso de realidade, muitas vezes esconde, por baixo de representações lógicas, uma série de “alegorias de gênero”, bem como uma visão nostálgica de feminilidade (FELSKI, 2000, p.35-36). Sendo assim, a autora irá demonstrar que o próprio “saber científico” sobre a sociedade – desenvolvido em tempos modernos – foi construído de forma generificada.

<sup>5</sup> Segundo Giddens, a política-vida refere-se a questões políticas que fluem a partir dos processos de auto-realização em contextos pós-tradicionais, onde influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e, inversamente, onde os processos de auto-realização influenciam as estratégias globais (2002, p. 197).

Percebe-se tanto em Giddens quanto em Hall o questionamento da idéia de um sujeito moderno e universal. Esses autores ressaltam as diferenças e instabilidades de um sujeito pretensiosamente estável e unificado ao reconhecerem a existência das diversidades, das inúmeras possibilidades de ser e das demandas das minorias até pouco tempo excluídas dos discursos dominantes. Para ambos os autores, a universalização dos sujeitos pode ser perigosa, pois exerce um entrave para a emancipação das minorias tendo em vista que não reconhece a existência das diferenças e portanto dos conflitos vividos pelas mesmas. Da mesma forma, a universalização dos sujeitos pode legitimar a idéia de destino, retirando assim a capacidade dos sujeitos em escolherem os caminhos de suas vidas.

Nenhum dos autores deseja contudo, defender a idéia de que os indivíduos estão aí, capazes de escolher livremente entre as inúmeras opções de identidade (HALL) e de estilos de vida (GIDDENS). Stuart Hall e Anthony Giddens reconhecem que classe, gênero e etnia influenciam e restringem as opções colocadas em pauta. No meu ponto de vista, uma das principais contribuições desses autores para esta pesquisa se dá no sentido de reconhecerem a existência de espaços e situações sociais que possibilitam que o sujeito repense e reconstrua a si mesmo. E não seria esta uma das portas abertas pelo feminismo?

### 1.3 MAS AFINAL QUEM SÃO OS GUERRILHEIROS?

Qual é o gênero da modernidade? Como pode algo tão abstrato quanto um período histórico possuir um sexo?  
Rita Felski

No decorrer das últimas décadas surgiram diversos estudos que analisam as relações entre gênero e movimentos revolucionários latino - americanos. Entretanto, este enfoque – que parte das relações entre masculino e feminino – segue em segundo plano, corroborando assim para a manutenção de um imaginário generificado sobre aqueles/as que participaram dos movimentos revolucionários armados (MACDONALD, 1988, p.1-26). Ou seja, permanece a idéia pré-concebida de que ser guerrilheiro é pertencer ao sexo masculino. Segundo Jane Slaughter e Richard Stites (1995), editores de uma série de livros que abordam a participação de

mulheres nas revoluções modernas, o problema não está na quantidade de bibliografia dedicada ao tema dos conflitos armados, mas sim no fato de a maior parte desta produção literária considerar apenas os homens como atores destes acontecimentos históricos. As mulheres, quando muito, aparecem como coadjuvantes: mães que esperam a volta de seus filhos, esposas zelosas e abdicadas ou enfermeiras cuidadosas. Esta observação vai de encontro com as idéias anteriormente apresentadas de que a noção de um sujeito universal, a qual embasou a maior parte dos discursos sobre a modernidade e conseqüentemente sobre as lutas revolucionárias, esconde e/ou situa em segundo plano as experiências daquele/as que fogem da norma estabelecida.

Apesar de permanecer na contemporaneidade uma resistência em incluir as experiências femininas nas produções acadêmicas e literárias sobre os conflitos armados, no caso das mulheres da América Central, não foi possível invisibilizar por completo suas atuações como guerrilheiras. Nos conflitos armados de El Salvador, Nicarágua e da Guatemala, a participação feminina foi numericamente significativa e os espaços ocupados pelas mulheres nas organizações revolucionárias – ainda que muitas vezes em posições subordinadas – romperam diversos paradigmas sociais (LUCIAK, 2001; LOBÃO, 1998). As experiências das mulheres da América Central como guerrilheiras demonstram que o gênero do combatente não é universal e masculino, mas sim plural e feminino. Como ficará mais claro no próximo capítulo, a literatura que aborda a participação feminina no movimento revolucionário guatemalteco, apesar de restrita, vem crescendo ao longo dos anos, proporcionando assim novos espaços de discussão sobre a participação feminina nas guerras do continente americano e a difusão de vozes até então raramente escutadas. Essa nova produção demonstra que o sujeito guerrilheiro não é universal e pode ser vivido de diferentes formas que vão muito além das memórias de grandes líderes viris, as quais certamente constituem o tipo de literatura mais comum quando se trata do tema das guerrilhas e das guerras.

Essa invisibilidade das vozes femininas no discurso moderno – conseqüentemente no discurso sobre a luta revolucionária – é retratada por Maria Rita Kehl. Segundo Kehl (1996), a mulher pouco fala ao longo da história ocidental. Na realidade, as vozes femininas ganharam espaço na sociedade por volta da década de 1920. É neste período que segundo a autora, a mulher passou a existir

socialmente, a escrever (para o público)<sup>6</sup>, falar, votar, participar de decisões que anteriormente não lhe competiam. As vozes de escritoras como Virginia Woolf ganharam notoriedade e reconhecimento, expandindo assim uma fala sobre as mulheres produzida por elas mesmas.

No caso da América Latina, poderia citar o exemplo de Rosário Castellanos. Mexicana do estado de Chiapas<sup>7</sup>, Castellanos ousou falar sobre a subjetividade feminina em anos que sua fala era o mesmo que um “índio ou um cavalo decidisse escrever” (GUILLERMOPRIETO, 1998, p. vii). Uma idéia chocante e subversiva, advinda de uma pessoa que certamente não sabia obedecer o lugar que deveria ocupar em sua sociedade. Quando falo das vozes das ex-combatentes, acredito que seja difícil para o/a leitor/a compreender como estas falas rompem paradigmas e a resignação esperada da mulher guatemalteca. Possivelmente, o choque todavia seja o mesmo que foi provocado por Castellanos, principalmente neste caso, o qual fala da subjetividade das guatemaltecas na condição de combatentes.

Este estudo portanto, parte do pressuposto de que falar sobre as experiências das mulheres na posição de combatentes, não só subverte papéis, pois em uma guerra as mulheres são quase sempre representadas como vítimas ou como mães e esposas daqueles que vão à luta, como também localiza as mulheres como sujeitos da história (MARIANO, 2005)<sup>8</sup>, proporcionando assim a possibilidade de analisarmos o conflito armado guatemalteco sob a perspectiva de outros olhares, outras razões e outras memórias. Acredito que a análise da guerra, ou melhor, da situação de combatente como uma experiência puramente masculina, é contar apenas uma parte da história<sup>9</sup>, de forma a tornar impossível uma análise sociológica relacional.

Escutarmos as vozes das ex-guerrilheiras nos permite compreender as diferentes formas de viver e perceber a experiência do conflito armado guatemalteco ao mesmo tempo em que possibilita a análise das relações sociais entre distintas

---

<sup>6</sup> Como bem aponta Michelle Perrot (1989), a escrita feminina ficou durante muito tempo restrita aos diários, às cartas, ao privado. Estes documentos, tidos como de pouca importância, foram na maioria dos casos destruídos, uma vez as ciências humanas não percebiam essas histórias e vivências como dignas de análise.

<sup>7</sup> Chiapas é um dos estados mais pobres do México, o qual faz fronteira com a Guatemala. A maior parte da população local é de origem indígena.

<sup>8</sup> Perceber as mulheres como sujeito da história é pensar o sujeito para além de sua universalidade e perceber assim as diferentes experiências de acordo com as diferentes posições de sujeito (MARIANO, 2005).

<sup>9</sup> Quando se pensa no gênero do militante de esquerda, é comum que se pense no militante como um ser sem gênero, universalizado, ou seja, masculino. Entretanto, acredito que uma análise dos conflitos armados com esse enfoque, percebe a história por único viés, o qual acaba ficando muito próximo de uma história oficial, a qual não abre espaço para que se percebam as contradições. A subjetividade do combatente (GARCIA, 1997) é, ao meu ver, fundamental para que se compreenda o conflito por meio de diferentes óticas, nos permitindo assim uma visão mais crítica e aberta dos acontecimentos.

posições de sujeito que permearam as organizações armadas. No caso da Guatemala, o reconhecimento da figura e atuação da guerrilheira é um importante passo para se compreender a atual conjuntura do movimento feminista e suas reivindicações naquele país. Além disso, o resgate da figura e da experiência da guerrilheira é de extrema importância, pois revelam onde e quando foram enunciados alguns dos temas do feminismo guatemalteco, bem como das especificidades da condição feminina.

#### 1.4 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Tendo como eixo central as questões secundárias elencadas acima e as principais referências conceituais mencionadas, esta dissertação foi dividida em cinco capítulos, sendo este o primeiro. O segundo capítulo consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos a partir da construção da minha própria subjetividade, tendo em vista que a descoberta dessa pesquisa se deu ao mesmo tempo em que me conhecia um pouco mais. Minha intenção é fazer-me consciente do meu lugar de fala. Como aponta Claudia de Lima Costa, lugar deve ser entendido como: “a acepção de lugar de enunciação e, segundo Chandra Mohanty, no sentido metafórico de posição dentro de uma localidade imaginada, política, cultural e psíquica” (COSTA, 1998, p.130).

No meu caso, metodologia e experiência caminharam lado a lado. O início da escrita deste texto começa com uma viagem pela América Latina, na qual, assim como Che Guevara, o encontro com o continente latino - americano – e a Guatemala – foi também a tomada de consciência da dura realidade que nos cerca. O retorno para a Guatemala (alguns anos depois) na condição de pesquisadora, representou uma série de novos desafios apresentados pelo campo de pesquisa. Acredito que falar desta experiência pessoal, assim como os encontros e desencontros sobre os quais foi construída esta pesquisa, é importante para a compreensão desta investigação. Além disso, a proposta de um texto sobre o fazer da pesquisa também tem como objetivo ser uma contribuição para investigações futuras, uma vez que, conhecer os caminhos trilhados por outros/as pesquisadores/as contribui para o planejamento de novos estudos.

O terceiro capítulo desta dissertação apresenta um breve panorama histórico da guerra civil guatemalteca, os acontecimentos que a antecederam e o cenário político dos anos do conflito. Em seguida, analiso as lutas emancipatórias das mulheres naquele país seguindo os referenciais temporais anteriormente esboçados pelo panorama histórico com o objetivo de compreender as transformações sociais que antecederam a participação feminina junto às organizações revolucionárias. Antes de abordar exclusivamente a participação das guatemaltecas nas organizações revolucionárias, analiso a possibilidade de se atribuir um caráter continental às guerras de guerrilha latino - americanas, como o sugerido por Che Guevara, para em seguida analisar a participação das mulheres junto aos grupos guerrilheiros na América Latina. Meu objetivo é compreender e delimitar alguns dos padrões da participação feminina neste continente para que a experiência das ex-guerrilheiras guatemaltecas seja contextualizada.

As duas partes seguintes, capítulos 4 e 5, são dedicadas à análise das falas das minhas interlocutoras e dos demais materiais coletados em campo, como documentos e literatura biográfica. No capítulo 4 me concentro no período da guerra civil e, após apresentar os perfis das minhas interlocutoras, busco analisar alguns aspectos principais, delimitados a partir das questões que norteiam esta pesquisa. Para isso, estabeleci os seguintes eixos: a) Inserção na guerrilha: as guerrilheiras das montanhas e das frentes urbanas e as redes de contato estabelecidas para o recrutamento. b) Motivos e razões pessoais: adesão ao movimento revolucionário por necessidade de sobrevivência; a luta armada como continuação de um processo de resistência por parte daquelas que integraram os movimentos sociais. c) Espaços ocupados pelas mulheres junto às organizações: discussões sobre as relações de gênero no contexto das organizações revolucionárias; divisão de tarefas entre homens e mulheres. d) O exílio como espaço de encontro das teorias feministas e os estudos de gênero.

O capítulo 5 tem como foco a vida das guatemaltecas após o conflito armado: a (re) construção de suas vidas profissional e pessoal; as novas possibilidades de escolhas de vida que surgiram por meio da experiência nos grupos revolucionários. É neste momento que busco responder as seguintes questões específicas: a) Até que ponto a participação das mulheres nas organizações guerrilheiras fomentou o questionamento em relação aos tradicionais papéis de gênero vividos pelas



guatemaltecas em suas sociedades? b) De que maneira a experiência da luta armada transformou as vidas das ex-combatentes?

O último capítulo, como não poderia deixar de ser, trata das considerações finais, as conclusões possíveis e as propostas para a continuidade desta pesquisa. Certamente, os debates que giram em torno das questões que coloco para este estudo não serão aqui esgotados, pois as questões iniciais se desdobrarão em novas possibilidades. Com isto surge a perspectiva desta investigação não ser levada adiante apenas pela pesquisadora que vos fala, mas também por todos/as aqueles/as que se interessam por esta temática. Espero que este estudo forneça novos referenciais e possibilidades de se compreender um pouco mais a participação das mulheres nos conflitos armados de nosso continente.

## CONTEXTO DA PESQUISA E SUA METODOLOGIA

### 2 UMA VIAGEM INICIÁTICA

Flutuando em direção a mundos que eu imaginava mais estranhos do que realmente eram, em situações que eu fantasiava como muito mais normais do que se mostraram depois (Che Guevara, p.19, 2003).

A presente dissertação de mestrado é fruto de um longo processo que possui sua própria história. Resumi-la aqui me ajuda a refletir sobre a construção de meu objeto de análise e também permite compartilhar com o leitor o meu lugar de fala. O motivo pelo qual a construção deste trabalho está relacionada diretamente à minha experiência pessoal se deve ao fato de o encontro com o meu tema pesquisa, o qual envolve a subjetividade das ex-guerrilheiras guatemaltecas, ter feito parte do desenvolvimento de minha própria subjetividade. Ou seja, como irei explicar nas próximas linhas, o encontro com meu objeto de pesquisa se deu no contexto de uma longa viagem na qual descobri e desenvolvi profundas questões sobre minha relação com o mundo, até então desconhecidas.

Acredito que seja importante situar o leitor nesta experiência de vida, bem como meu percurso acadêmico, pois, dada a originalidade deste tema no Brasil, não é incomum que minha escolha cause curiosidade. Quando revelo em conversas o tema de minha pesquisa de dissertação de mestrado: as guerrilheiras guatemaltecas, as pessoas me questionam sobre essa escolha, principalmente no momento em que descobrem que apesar de cursar o mestrado em sociologia, sou formada em artes plásticas. De fato, ainda que o encontro entre essas duas áreas não tenha surgido para mim como uma novidade, pois durante dois anos de minha vida acadêmica frequentei o curso de ciências sociais, os caminhos que me trouxeram para este lugar e de encontro com este objeto de pesquisa, me fazem perceber que as trajetórias de vida não podem ser percebidas por meio de uma ótica linear. Ainda que imaginemos nossas pesquisas e os resultados das mesmas, os caminhos que nos levam ao nosso objeto são um tanto sinuosos, imprevisíveis e por que não emocionantes? Acredito que refletir e compreender, mesmo que em poucas linhas, minha (ainda breve) trajetória na academia se faz necessário para a compreensão do próprio objeto de pesquisa. Como disse Pierre Bourdieu em seu

*Esboço de auto-análise* (2004, p.40): “Compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez”.

Desde que entrei na faculdade de pintura na Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP) senti o reflexo de minhas inquietações pessoais nas imagens que produzia. Falar sobre o corpo feminino e sobre a condição feminina esteve presente durante quatro anos nas minhas pinturas, desenhos e gravuras. Ainda naquele tempo, não sabia que existia algo como os estudos de gênero, tendo então encontrado na literatura – mais especificamente nos livros de Jane Austen e Virginia Wolff – uma forma de dialogar com pensamentos que se aproximavam dos meus.

Em 2005, logo depois de formada, iniciei uma especialização em História da Arte do século XX devido a necessidade que sentia em me aproximar da vida acadêmica. Meu interesse pelas relações de gênero ainda era bastante forte, mas dividia espaço com questões relacionadas ao ser latino-americano. A pesquisa que escolhi desenvolver então, tinha como tema o Muralismo Mexicano e o Projeto de Arte Federal norte-americano. Um novo mundo se abria frente aos meus olhos, o das revoluções latino-americanas. O estudo da história da arte parecia não dar conta dos meus questionamentos e me peguei, naquele trabalho de monografia, escrevendo mais sobre as relações sociais daquele período histórico do que abordando as questões inerentes propriamente à história da arte.

Ainda quando estava em processo de escrita da monografia, decidi passar o período de um ano nos Estados Unidos, experiência esta que iria me conduzir diretamente ao objeto desta pesquisa. Lá, trabalhei em um cassino no qual a maioria de meus colegas eram latinos e chineses. Aquela experiência – o encontro com Outros/as ao mesmo tempo em que vivia a condição de também ser Outra – fez com que pela primeira vez, me sentisse tão latino-americana quanto brasileira. Consequentemente, passei a refletir sobre minha condição de estranha, exótica, de mulher brasileira em terras “gringas”. Essas reflexões despertaram em mim a vontade de conhecer as culturas latinas que até então pareciam tão distantes da minha realidade concreta. De certa forma, a busca por este conhecimento era também a procura de entender o meu lugar no mundo, ou ao menos, uma tentativa de compreender o mundo contra o qual estou situada.

Decidimos então, meu companheiro e eu, que iríamos investir nossas economias – advindas de meses de trabalho pesado – em uma viagem pela América

Latina<sup>10</sup>. Foram quase sete meses de viagem, iniciados em agosto de 2006, percorrendo 14 países. De início, não tínhamos um objetivo concreto, compramos um carro velho, mochilas e equipamento de foto e vídeo. Com um pensamento romântico em nossas mentes, iríamos onde os ventos nos levassem. Semanas antes do início de nossa aventura, meu irmão e sua namorada decidiram nos juntar naquela empreitada. Em uma conversa por telefone decidimos que iríamos buscar conhecer os movimentos sociais locais e as lutas anti-imperialistas nos países visitados – hoje tenho idéia da pretensão que tínhamos em mente, mas talvez por conta de nossa ingenuidade e pitadas de cara-de-pau, logramos entrevistar pessoas extremamente representativas no contexto político e social latino-americano<sup>11</sup>.

Antes de deixarmos os Estados Unidos, Pedro e eu fomos visitar a sede do partido comunista daquele país – por indicação de um amigo brasileiro o qual naquela ocasião era dirigente de uma corrente do movimento estudantil do Paraná. Em conversa com dois dos membros da instituição, repartimos nossas idéias e nosso “projeto”. Buscávamos apoio, de qualquer tipo, financeiro, institucional, contatos, enfim... Entretanto, fomos surpreendidos por uma postura de indiferença e de deboche de um dos dirigentes que, rindo, perguntou: “Então os jovens querem ser os novos Che Guevara?”. Não, eu não queria ser como o Che, eu queria ser a Milena, eu queria ver, conhecer e viver. Passados os momentos de decepção em relação aquele encontro e até mesmo raiva por ser comparada à figura de Che, hoje posso perceber que as profundas transformações e descobertas do companheiro argentino também estiveram presentes na minha pessoa. Ao final, as entrevistas que realizamos foram fonte de um aprendizado insubstituível, uma mudança profunda na minha maneira de ver e de me relacionar com o mundo. Depois de tantos países visitados e acontecimentos vividos lembro que, ao cruzar a fronteira Argentina – Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, o território nacional me pareceu ainda mais familiar. Além de ser o meu país, era naquele momento parte das Américas. Conseqüentemente, eu já não era apenas brasileira, mas também uma mulher latino-americana. As palavras de Che, no início de seu diário, o qual anos

---

<sup>10</sup> Em agosto de 2006 um grupo de 04 jovens brasileiros iniciaram uma viagem que iria percorrer, à bordo de um automóvel, 14 países da América Latina tendo como ponto de partida os Estados Unidos. O grupo desenvolveu uma pesquisa independente ao entrevistar mais de 40 líderes de movimentos sociais e personalidades de toda a América. O material coletado sustentará muitos aspectos de nossa pesquisa.

<sup>11</sup> Dentre os nosso entrevistados estão Ernesto Cardenal (poeta da revolução nicaragüense), Mônica Baltodano (ex-candidata à presidência da Nicarágua), as Mães da Praça de Maio, a Junta de Bom Governo do Caracol (comunidade) Zapatista de Oventic, entre outros.

mais tarde ganhou a condição de livro (2003) e filme: *De moto pela América do Sul: diário de viagem*, são hoje as minhas: “A pessoa que está agora reorganizando e polindo estas mesmas notas, eu, não sou mais eu, pelo menos não sou o mesmo que era antes. Esse vagar sem rumo pelos caminhos de nossa Maiúscula América me transformou mais do que me dei conta” (Che Guevara, p. 14, 2003).

Ao relembrar os dias que antecederam nossa saída dos Estados Unidos, alguns momentos vêm à minha mente, como o dia de nossa despedida e os comentários de nossos amigos. Uma pequena festa foi montada em meio a uma rua remota da cidade de Norwich (cidadezinha do estado de Connecticut, onde vivíamos). Amigos, champanhe e pose para as fotos de partida. Nos dias anteriores recebemos diversos conselhos: o incentivo de nossos pais, a admiração de amigos e muitos questionamentos. Os colegas lituanos com quem dividíamos a casa não se conformavam com o fato de gastarmos nossas economias para conhecermos países pobres e diziam: vocês serão assassinados, roubados, deveriam ir para Europa, ver lugares bonitos. Nossos argumentos não venciam suas frases de desencorajamento, o melhor era levar tudo na esportiva, sabíamos que pouco conhecíamos, mas apenas a idéia de cruzar a fronteira para o México já parecia nos conduzir para mais perto de casa. Entretanto, o cruzar a fronteira – ao menos para Pedro e eu – dos EUA para o México, foi uma das experiências mais chocantes de nossas vidas. Acostumados com quase um ano de vivência em um país de “primeiro mundo”, o reencontro com a miséria extrema foi mais duro do que esperávamos, pois nos reencontrávamos em nossa realidade e ainda que não soubéssemos explicar o porquê, ela nos parecia mais dura do que recordávamos.

Após o choque inicial, os dias se passaram e o México se tornou um lugar cada vez mais hospitaleiro, fascinante e aos poucos, mais familiar. Nossas primeiras experiências como viajantes no México foram cruciais para o restante de nossa viagem tendo em vista que, em território Mexicano nos deparamos com algumas das situações mais complicadas que enfrentaríamos: visitas aos territórios zapatistas, o levante popular de Oaxaca e as constantes revistas que sofremos por militares armados que vigiavam as estradas. Após 40 dias de viagem e entrevistas naquele país e uma estada de 20 dias em Cuba, seguimos para o sul, rumo a Guatemala.

Sem método de pesquisa e com muita vontade, nossa alternativa era realizar, antes de cruzarmos a fronteira de um país para o outro, uma breve investigação (por

meio de consulta às livrarias, à internet e amigos que nos enviavam contatos)<sup>12</sup> sobre o novo território a ser visitado. Após as experiências iniciais, estes viriam a se tornar nossos procedimentos metodológicos: 1) Pesquisa na internet e livros, a qual nos permitia traçar um panorama geral dos movimentos sociais do país a ser visitado. 2) Conversas com as pessoas do país no qual estávamos, com o intuito de adquirir contatos de possíveis entrevistados no próximo país que iríamos visitar. 3) Conversas com amigos brasileiros que possuíam eventuais contatos de entrevistados ou pessoas que poderiam nos fornecer algum tipo de apoio estrutural. 4) Primeira tentativa de comunicação com os contatos adquiridos - via e-mail. 5) Ao chegar no “novo” país eram feitas as ligações telefônicas para os possíveis entrevistados e o agendamento das entrevistas. 6) Realização das entrevistas. 7) Catalogação das fitas gravadas. 8) Confecção de um texto sobre o país visitado.

Obviamente nem tudo transcorreu da forma que imaginávamos e tivemos que resolver diversos problemas de percurso. Alguns dos problemas eram de todo negativo e por vezes causados por nossa inexperiência, como a bateria da câmera filmadora que não havia sido carregada ou um encontro no qual o entrevistado não compareceu. Outros, após serem resolvidos, tornaram-se uma conquista, como no caso de uma entrevista que marcamos em Oaxaca, em meio ao levante popular. Nossa entrevistada, compareceu na praça da cidade com mais 10 pessoas, sendo que todos/as os/as integrantes do grupo queriam compartilhar suas histórias. Em poucos minutos tivemos que nos organizar de forma a realizar uma entrevista com tantas pessoas, no meio da noite, sem a aparelhagem necessária. Aos poucos íamos nos tornando pesquisadores, não acadêmicos diriam muitos, mas certamente preparados para imprevistos.

Como parte de nossos procedimentos, leituras que fizemos sobre a Guatemala, quando ainda estávamos no México, relataram um país marcado pela violência contra a mulher<sup>13</sup>, algo que nos deixou apreensivos e temerosos. Ainda que no México tivéssemos vivido situações que colocaram nossas vidas em risco, o

---

<sup>12</sup> Diversas pessoas foram de extrema importância para a realização de nossas entrevistas. Entretanto, gostaria de destacar a importância do jornalista Eduardo, que então trabalhava para a revista eletrônica Carta Maior, a qual publicou nossos textos, e do professor Emir Sader, os quais nos forneceram contatos chave em diversos países. O nome do professor Emir, foi, em diversos momentos, uma espécie de cartão de visitas e nos ajudou muito a nos aproximar daqueles com que dialogamos.

<sup>13</sup> Segundo Victoria Sanford (2008,p.24), os assassinatos durante os 5 anos após a assinatura dos acordos de paz na Guatemala chegaram a 20,943, sendo que os assassinatos contra as mulheres aumentaram em mais de 117% entre os anos de 2001 e 2006. Para Sanford, o país enfrenta um fenômeno denominado de feminicídio, ou seja, “uma matança institucionalizada de mulheres” (2008,p.15).

sentimento de insegurança em visitar a Guatemala era ainda maior. O texto do jornal feminista *La Cuerda* (maio de 2006) intitulado: *Ser guatemalteca y no morir en el intento*, escrito pela antropóloga Anamaría Cofiño revela o clima de violência em torno do feminino presente no país: “Nascer mulher e crescer na Guatemala é um risco de dimensões gigantescas. Para se vencer todas as adversidades, é necessário contar com uma fortaleza inusitada e vontade de ferro”<sup>14</sup>. Antes mesmo de cruzar a fronteira, já sentia medo da idéia de passar uma temporada em um país tão hostil em relação às mulheres. As notícias sobre a violência desenfreada ao sexo feminino que espalhavam-se pela internet relatavam algumas das seguintes situações: relatos de estupros em plena luz do dia nos ônibus, assassinatos cruéis e a impunidade dos criminosos. Enfim, uma violência institucionalizada e naturalizada. Me questionava sobre como seria ser mulher na Guatemala, como era essa experiência aparentemente tão difícil e sofrida.

A chegada à Guatemala significou também me deparar com um continente, América Central, marcado pela guerra e em processo de reconstrução. Este fato causou um grande impacto em relação ao meu olhar sobre as Américas, principalmente porque, como brasileira, não conseguia dimensionar o impacto social de um conflito civil armado. Nicarágua, El Salvador e Guatemala são países profundamente afetados pelos conflitos armados que ali se desenvolveram entre os anos de 1960 e 1997. Perceber que a guerra ainda estava viva nas construções destruídas e principalmente na mente das pessoas, me forneceu uma compreensão inicial sobre a violência crescente naquela região.

No caso da Guatemala, a guerra civil se estendeu por 36 anos – constituindo-se assim na mais longa do continente – de 1960 à 1996, na qual o exército enfrentou milhares de guerrilheiros. Esta guerra foi marcada por sua brutalidade e instauração de uma política do terror por parte do Estado, sendo que no momento em que um combatente ou um civil “suspeito” caíam nas mãos do exército, as chances de saírem vivos eram mínimas fazendo com que os guerrilheiros desenvolvessem diversas técnicas de suicídio para serem utilizadas durante a eminência de uma captura. O lema deste conflito era o de dizimar os suspeitos, na Guatemala houve genocídio de diversas etnias indígenas – principalmente daquelas acusadas de apoiar os insurgentes – ainda que pouco se escute falar disso.

---

<sup>14</sup> “Nascer mujer y crecer en Guatemala es un riesgo de dimensiones gigantescas. A fin de vencer todas as adversidades, es necesario contar con una fortaleza inusitada y voluntad de hierro”.

Nesta primeira visita que fiz à Guatemala pude conhecer um país extremamente belo por conta da natureza e das culturas indígenas. Ao mesmo tempo, a desigualdade social é visível. Até mesmo o mais desligado dos visitantes percebe a marginalização dos indígenas, principalmente das mulheres, as quais ainda enfrentam a discriminação de gênero aliada ao racismo contra o indígena, em uma nação marcada pelo machismo. É visível, quando se anda nas ruas da Guatemala, encontrar as mulheres indígenas no mercado informal, dedicando-se à venda de comida e de roupas (a tecelagem guatemalteca é rica em sua técnica e qualidade). Essas mulheres, carregam nas suas feições, suas línguas e principalmente em suas vestimentas, a cultura de seus grupos étnicos. De forma paradoxal, em um país onde tantas culturas e línguas diferentes coexistem, afirmar-se como indígena ainda é uma exposição ao preconceito<sup>15</sup>.

Na ocasião daquela viagem tive a oportunidade de conhecer e entrevistar a ex-guerrilheira Yolanda Colom<sup>16</sup>, um dos principais nomes do grupo guerrilheiro Ejército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), a qual compartilhou sua história de vida e permitiu o início da minha reflexão sobre a participação das mulheres durante o maior conflito armado latino-americano. Yolanda recebeu eu e meus amigos em sua casa, no final de uma tarde chuvosa. Sentados na sala de sua casa recém construída, ela nos perguntou o que sabíamos sobre a guerra em seu país. Tínhamos algum conhecimento, mas por conta da intimidação de sua presença, todos respondemos que nada sabíamos. Ela nos disse que iria contar um pouco sobre sua história de vida, ou melhor, a parte de sua história que antecedeu a decisão pessoal de se juntar aos grupos revolucionários para que pudéssemos compreender um pouco mais sobre a guerra. Naquele momento não sabia que o contato com Yolanda iria despertar meu interesse para a construção de um projeto de dissertação de mestrado. Entretanto, tive consciência de que aquele encontro

---

<sup>15</sup> Percebe-se que, os homens indígenas, talvez pela necessidade de buscar emprego formal, como provedor da família, não se vestem mais de acordo com suas tradições culturais, como também buscam aprender rapidamente o espanhol. É muito mais freqüente encontrar mulheres com suas vestimentas tradicionais, carregando seus filhos amarrados em torno de seus ombros. A Guatemala, como observa Greg Grandin (2002, p.21), era, nos anos que antecederam a guerra civil, um dos países mais racistas da América Latina. Nos dias atuais, muitas organizações estão se esforçando para mudar essa realidade, a qual segue sendo praticamente a mesma. Certamente essa minha observação merece uma análise mais profunda, ainda que aqui não tenhamos espaço suficiente para a mesma. Entretanto, é palpável as barreiras enfrentadas, principalmente pelas mulheres indígenas, de se inserirem na sociedade guatemalteca.

<sup>16</sup> O nome de Yolanda nos foi indicado por um livreiro local, o qual nos forneceu seu contato telefônico.



havia sido marcante e determinante na minha vida, pois havia me proporcionado um profundo questionamento sobre a condição feminina.

Após escutar as palavras de Yolanda – as quais destacavam a participação feminina nas organizações revolucionárias – para mim ficou ainda mais difícil compreender como as mulheres continuavam a sofrer uma violência tão ampla e institucionalizada, mesmo tendo participado ativamente tanto na guerra civil quanto na formulação dos Acordos de Paz. Uma pergunta passou a permear a minha mente: haveria alguma conexão entre esses dois momentos históricos: a violência do presente e as lutas armadas de um passado tão recente? O encontro com Yolanda me fez perceber que a grande questão a ser abordada por nosso grupo na Guatemala era a luta contínua pela sobrevivência das mulheres. Sendo assim, nossos encontros seguintes foram com duas feministas: Anamaria Cofiño e Rosalinda Hernández. Como eu elaborava os roteiros das entrevistas, busquei direcionar parte da conversa que tivemos com a antropóloga Anamaria em torno da relação entre a violência do presente e a do passado, bem como a importância simbólica da participação das mulheres como combatentes durante o período da guerra. Ela me explicou que há teses que abordam essa relação, mas os estudos ainda necessitam de maior aprofundamento. Mas uma coisa era certa: a violência desmedida iniciada e propagada nos tempos de guerra ainda fazia parte da realidade da grande maioria das mulheres daquele país.

Foi assim que deixei a Guatemala com o sentimento de que para compreender a situação atual das guatemaltecas seria necessário uma análise mais profunda do significado de suas experiências como combatentes. A escolha do tema desta pesquisa – o das guerrilheiras guatemaltecas – se deu portanto, dentro do próprio campo de pesquisa, sem que naquele momento o reconhecesse como tal. Minha experiência no que hoje considero como sendo meu “pré-campo” (COUTO, 2007, p.305), me mobilizou para a realização dessa pesquisa. Este pré-campo, portanto, se deu tanto em relação à descoberta do meu tema de pesquisa, como também do despertar em direção ao meu entendimento sobre o movimento feminista. Certamente, na academia, construímos durante nossas pesquisas relações de entendimento até então desconhecidas, as quais se dão por meio de leituras e conversas com os nossos interlocutores. Entretanto, como demonstra Patrícia Couto (2007) em texto sobre sua experiência de pesquisa, existe a possibilidade de uma construção de significados pessoais – relações que

estabelecemos por meio de nossas experiências, desde as mais íntimas – que acabam por construir a própria investigação. Construção esta que se dá, em muitos casos, distante do ambiente da academia:

A escolha do objeto de estudo que será apresentado resulta de um curioso início, alheio a meus propósitos, quando alguns valores pessoais foram postos à prova e entraram em ebulição até produzirem um significado. Esse significado tratou de achar o próprio caminho, fluindo de algo a algo, articulando-se de forma intersubjetiva [...] (COUTO, 2007, p.308).

Assim como Patrícia Couto (2007), os significados de minha experiência foram se articulando, encontrando o seu caminho, o qual, dentre tantas outras opções, culminou em uma pesquisa acadêmica, ou seja, na construção de um projeto de pesquisa que resultou nesta dissertação de mestrado.

## 2.1 CONTRUÍNDO CAMINHOS: A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Se o caminho que nos leva a nosso objeto de pesquisa nem sempre é uma estrada reta, a qual tem seu início na sala de aula, como é que podemos pensar a produção do conhecimento? Talvez a imagem mais comumente difundida de produção do conhecimento científico seja a do cientista que se tranca em uma sala, esquece do mundo à sua volta e após muitos testes e páginas escritas chega finalmente à uma resposta. Esta descrição percebe o conhecimento como uma produção meramente racional, fruto do pensamento, de certa forma isolado pelas paredes da sala de pesquisa (RAGO, 1998).

Entretanto, como bem aponta Margareth Rago (1998), é possível se adotar novos parâmetros para a produção científica que não correspondem necessariamente à idéia de produção do conhecimento como sendo um processo meramente racional. Rago entende o conhecimento como um processo de produção no qual se privilegia a interação com outros indivíduos, a troca de diálogos e pontos de vista, ou seja, a construção da subjetividade do próprio pesquisador. O conhecimento portanto, além de ser intermediado pela subjetividade do pesquisador se dá de forma relacional, por meio da troca e do diálogo. Sendo assim, ao

compartilhar das idéias de Margareth Rago, posso dizer que o meu conhecimento foi construído ao longo do meu caminhar, das trocas, das conversas estabelecidas entre os encontros e desencontros.

A elaboração do projeto desta pesquisa, não se deu entre quatro paredes, muito menos com o intuito de produzir um conhecimento “neutro”, livre de subjetividade. Como mencionei nas páginas anteriores, a construção deste trabalho se deu em meio a minha experiência de vida, junto a descobertas pessoais por meio da interação com os outros, com diferentes culturas e formas de ser. Como diz o famoso poema *Provérbios y cantares XXIX* do espanhol Antonio Machado:

*Caminante, son tus huellas  
El camino y nada más;  
Caminante, no hay camino,  
Y al volver la vista atrás  
Se ve la senda que nunca  
Se ha de volver a pisar.  
Caminante no hay camino  
Sino estelas en la mar.*

A história de vida de Yolanda Colom – assim como uma série de experiências adquiridas em minha viagem – me conduziram ao tema desta dissertação e às minhas primeiras investigações, como um estopim, uma primeira faísca de reflexão. Ainda que o primeiro contato com a realidade guatemalteca não tenha sido planejado com o intuito de atender aos questionamentos da pesquisa que viria a se desenvolver, coletei naquela oportunidade, além do relato bibliográfico da ex-líder guerrilheira, outras três entrevistas com as seguintes pessoas: Anamaria Cofiño (antropóloga e feminista), Rosalinda Hernandez (jornalista e feminista) e José Manuel Chacón (ecologista). Dentre outros materiais adquiridos naquela ocasião estão a coleção das obras completas do escritor e líder guerrilheiro Mario Payeras, uma série de números do jornal feminista *LaCuerda* e alguns outros livros variados.

Desde o momento em que decidi cursar o mestrado a questão das ex-combatentes guatemaltecas foi o meu principal foco. Creio que, de toda a experiência vivida durante minha “viagem iniciática”, o caso da Guatemala tenha sido o que mexeu profundamente comigo, com a minha relação com o mundo e

principalmente com a minha percepção sobre ser mulher. Entretanto, havia a barreira conceitual, pois como mencionado anteriormente, as teorias feministas e de relações de gênero ainda situavam-se em um plano distante, sendo quase desconhecidas por mim. Sendo assim, retornei ao curso de ciências sociais por mais um ano com o intuito de freqüentar disciplinas que me auxiliassem na formulação deste projeto, como as de teorias sociológica e métodos em sociologia.

Aos poucos, por meio de pesquisas aos livros e jornais que havia adquirido naquela viagem, pude perceber que durante os anos de luta armada a presença feminina nas guerrilhas da Guatemala foi extremamente relevante. Tendo este material em mãos é que comecei a elaborar um projeto para a seleção do mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Paraná com o título: *Vozes combatentes: experiências femininas nas guerrilhas guatemaltecas*, o qual seria aprovado no final de 2007, permitindo assim meu ingresso na turma de 2008. O projeto pretendia responder a seguinte questão problema: *Qual a relação entre a participação das mulheres nas organizações guerrilheiras e a construção de suas subjetividades?*

Leituras mais aprofundadas revelaram que centenas de mulheres participaram dos grupos guerrilheiros realizando diversas ações, algumas em cargos importantes de liderança, como a própria Yolanda no EGP e Aura Marina Arriola nas Forças Armadas Revolucionárias (FAR). Outras vêm lutando nos últimos anos pelo reconhecimento de sua participação e da importância de seu papel como guerrilheiras durante o conflito civil como é o caso das mulheres da etnia Ixile. No momento da desmobilização das guerrilhas, os registros das Nações Unidas mostram a existência de um total de 5,753 combatentes da União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG)<sup>17</sup> sendo que as mulheres representavam 15% dos participantes e ocupavam 25% dos cargos de liderança política (LUCIAK, 2000, p.3). Ainda que a participação das mulheres nas guerrilhas guatemaltecas seja publicamente reconhecida, os significados das experiências dessas mulheres foram pouco analisadas. Ou seja, a publicação de relatos e obras memorialísticas sobre a participação das mulheres no conflito armado vêm ganhando maior espaço e visibilidade. Estas produções funcionam como contribuições individuais de pessoas que optaram por compartilhar suas histórias de vida. Entretanto, pensar e analisar as experiências e percepções das mulheres como um grupo, ao se reconhecer a

---

<sup>17</sup> Em meados da década de 1980, as guerrilhas juntam-se em uma só organização: a URNG. No próximo capítulo este acontecimento será melhor explicado.

existência das diferenças de divisão de poder entre os sexos no interior das organizações guerrilheiras, a qual certamente resulta em diferentes percepções de um mesmo acontecimento, segue sendo uma questão pouco analisada e debatida.

Passadas as aulas freqüentadas, a seleção e subsequente aprovação no mestrado, iniciei um processo de retomada dos contatos feitos durante minha primeira visita a Guatemala com o intuito de expandir minha rede de relacionamentos naquele país e me preparar para um retorno, durante o qual seria realizada a pesquisa de campo. Yolanda Colom demonstrou-se extremamente solícita nas mensagens que trocamos via e-mail e respondeu alguns de meus questionamentos bem como se mostrou aberta para um novo encontro quando eu estivesse na Guatemala. Em pesquisa na internet, descobri o site da União Nacional de Mulheres Guatemaltecas (UNAMG) e enviei um e-mail para a presidenta do grupo, a historiadora Walda Barrios Klee. Walda e eu iniciamos uma extensa troca de mensagens que se prolongaria até a minha ida a Guatemala. Durante nossas conversas ela me informou que poucas ex-guerrilheiras iriam conversar comigo via e-mail, pois ainda há um grande medo em se compartilhar informações sobre o período da guerra, ainda mais com pessoas que não se conhece pessoalmente. Dessa forma, me encontrei em uma situação um pouco delicada, pois meu primeiro contato com grande parte das minhas interlocutoras iria ocorrer apenas quando estivesse em solo guatemalteco. Sabia que era um risco que teria que correr, ou seja, ir a campo sem a garantia de que pudesse encontrar pessoas com quem pudesse dialogar.

## 2.2 RETORNO A GUATEMALA: A PESQUISA DE CAMPO

Como mencionei anteriormente, as entrevistas para esta dissertação ocorreram em dois momentos distintos, o primeiro, uma viagem com objetivos mais amplos, durante a qual eu não tinha consciência de que viria a encontrar o tema que iria desenvolver no mestrado em sociologia, ou seja, quando descobri um novo mundo, foi o momento em que o campo evocou o próprio objeto através da experiência (COUTO, 2006, p.305). Já na segunda visita à Guatemala, viajei com o objetivo único de realizar a pesquisa de campo – prevista em meu projeto de

dissertação – mais especificamente as entrevistas e a pesquisa documental. Este segundo contato com o campo de pesquisa teve como pano de fundo a seguinte hipótese: *A participação das mulheres nas organizações guerrilheiras foi fundamental para o questionamento em relação aos espaços por elas ocupados na sociedade guatemalteca assim como a ampliação da participação destas mulheres na vida política. Com isto muitas buscaram novos caminhos, para além do lar e da família.*

Foi no momento de retorno à Guatemala que me deparei com os desafios de ser uma pesquisadora e com o medo de não ser capaz de realizar aquilo que me propunha. Retornar ao país que havia visitado dois anos antes e que havia me proporcionado inúmeros questionamentos – principalmente em relação à dificuldade de ser mulher na Guatemala, condição esta que me provocou insegurança naquela situação, em que estava sozinha, sem o respaldo de um grupo – foi também reviver parte de minha história pessoal e alguns dos sentimentos daquele primeiro contato, como revela um fragmento do meu diário de campo:

Retorno à Guatemala dois anos e meio depois e relembro, revivo, alguns sentimentos. Um país perigoso me diziam, não ande sozinha nas ruas, não ande de ônibus! Essas foram algumas das informações que tivemos antes de chegar aqui em 2007. Agora, em 2009, escuto os mesmos dizeres, mas dessa vez os vivo com maior intensidade (Diário de campo).

Se eu descrevesse detalhadamente minha vivência no campo de pesquisa tal como ocorreu, certamente iria fornecer um pouco de “caos” ao fazer científico. Mas o fato é que entre medos, coragem, desencontros, encontros, acertos e erros existiram muitas conquistas. Como aponta a antropóloga Daniela Cordovil (2006, p.255), quando lemos um trabalho de pesquisa pronto, dificilmente temos noção de tudo aquilo que foi deixado de lado em prol de um texto claro e científico. Para aquele que lê o texto finalizado, diversos percalços enfrentados pelo pesquisador ficam desconhecidos e de certa forma, o desconhecimento destes percalços contribuem para a sensação de que o conhecimento científico é construído apenas objetivamente. Ela observa:

Caso revelássemos esses fragmentos de discursos, pensamentos e eventos cotidianos da maneira que nos apresentam, talvez estivéssemos fazendo uma opção pelo caos, em lugar da ordem e da inteligibilidade, objetivo de qualquer texto científico. Por esse motivo,

muitas vezes calamos informações importantes sobre o que de fato aconteceu durante o cotidiano da pesquisa (2006, p.255-256).

A experiência de ir a campo é extremamente curiosa, pois ainda que o pesquisador planeje todos os seus passos, as surpresas sempre irão ocorrer. Dessa forma, alguns dos percalços merecem ser mencionados não apenas para elucidar o caminho da pesquisa para o/a leitor/a, como também para contribuir para futuras pesquisas acadêmicas. No meu caso, a maior “surpresa” com que me deparei foi que meses antes de viajar, mantinha contato via internet com cerca de cinco informantes – ainda que os diálogos não fossem aprofundados, pois, como mencionei, ainda há o medo de falar sobre a guerra com desconhecidos. A maioria delas, mostrava ressalvas em relação às conversas via e-mail e pediam para fornecer mais informações sobre as minhas indagações em um encontro presencial. Cerca de duas semanas antes de embarcar, escrevi mensagens para todas e pedi para agendar um encontro com cada uma delas. Entretanto, apenas duas responderam: Yolanda Colom e Walda Barrios. Naquele momento pensei que talvez o meu campo não iria se realizar e embarquei em meio a uma grande insegurança. Apesar do susto inicial, as duas interlocutoras que se dispuseram a me receber abriram diversas portas para que a minha pesquisa fosse realizada.

Fora esta questão estrutural, outros acontecimentos em campo demonstraram a existência do caos em meio ao fazer científico. Estas questões estão ligadas sobretudo ao clima de medo e tensão – causados pela violência – que permearam diversas situações. Por incrível que pareça, todas as mulheres que estavam no mesmo albergue que eu e viajavam ou sozinhas ou entre mulheres, haviam sido assaltadas a mão armada. Obviamente isto gerou em mim um profundo sentimento de insegurança. Felizmente, isto não me impediu de seguir com a pesquisa e realizar as entrevistas, bem como os contatos que surgiram durante minha estada na Guatemala, mas certamente influenciaram a forma com que me relacionei com o campo. As caronas e os táxis eram as alternativas que tinha para não me locomover em meio ao caótico sistema de ônibus. Também me coloquei um “toque de recolher” e retornava para minha hospedagem antes do anoitecer. Dessa forma, para mim ficou claro que se locomover no campo é muito mais do que encontrar as interlocutoras, mas é também um desafio físico e muitas vezes psicológico.

Na próxima seção irei abordar algumas questões inerentes às entrevistas que realizei, a técnica de *snowball sampling* e a abertura para o campo proporcionada por minhas interlocutoras iniciais.

### 2.2.1 As entrevistas

Este estudo se baseou – além da revisão bibliográfica e documental – em 14 entrevistas realizadas nos anos de 2006 e de 2009. As entrevistas direcionadas para este estudo propriamente, foram realizadas apenas em 2009 quando retornei para a Guatemala com o intuito de desenvolver a pesquisa de campo. A partir da entrevista de história de vida realizada com Yolanda Colom em 2006, viajei para a Guatemala em 2009 com o intuito de realizar uma pesquisa biográfica múltipla, ou seja:

Um conjunto de depoimentos de história de vida, vinculados a um projeto de pesquisa que se propõe, por exemplo, a recolher depoimentos de sujeitos históricos, anônimos ou não, que atuaram em um mesmo movimento social, político, religioso ou cultural (DELGADO, 2006, p.22).

Como ficará claro nas próximas linhas – nas quais relato de que maneira as entrevistas se realizaram – para esta pesquisa foi adotada a técnica de *snowball sampling* (amostragem bola de neve), por meio da qual um contato indica o próximo e dessa forma as redes de entrevistadas vão sendo construídas. A escolha desta técnica de pesquisa se deu por conta da dificuldade em acessar diretamente as entrevistadas. Segundo Biernacki e Waldorf (1981), a *snowball sampling* deve ser adotada especialmente nestes casos, quando as pessoas que se deseja entrevistar não são visíveis na sociedade, ou seja, não são facilmente localizadas pelo pesquisador. Dessa forma, o conhecimento de um *insider* é fundamental para localizar possíveis participantes da pesquisa. No caso desta pesquisa, eu necessitava da indicação de informantes, pois além de não viver no país no qual foi realizada a investigação, as possíveis entrevistadas ainda são estigmatizadas pela sociedade, de forma que não podem revelar em público sua condição de ex-combatentes.



O ponto de partida para esta pesquisa foram as interlocutoras Yolanda Colom e Walda Barrios. Tendo em vista que antes do início da minha viagem a campo algumas de minhas interlocutoras deixaram de se corresponder comigo, conduzi as trocas de informações com estas duas informantes, de forma que de nossas conversas pudessem resultar novas indicações. Sendo assim, duas correntes principais resultaram das indicações iniciadas por estas duas mulheres: de Yolanda resultaram contatos de ex-combatentes que na atualidade trabalham na *Fundación Guillermo Torriello* (FGT) e de ex-combatentes que se reconhecem como feministas. De Walda Barrios, resultaram contatos de ex-guerrilheiras envolvidas com a URNG ou simpatizantes com o partido.

As entrevistas foram realizadas sobretudo na *Fundación Guillermo Toriello* e na sede da URNG. Tinham como base um questionário semi-estruturado (anexo 1), o qual continha questões centrais a serem abordadas tais como: Como era a sua vida antes de ingressar na guerrilha?; Quando você ingressou no movimento guerrilheiro teve a oportunidade de decidir a função que gostaria de exercer ou a organização o fez por você?; Quais eram as suas tarefas junto à guerrilha?; Na atualidade você possui emprego formal?; Você está envolvida em alguma organização política?. Ainda que seguisse um questionário previamente organizado, as questões variaram de acordo com as entrevistadas, tendo em vista que algumas proporcionavam respostas ricas em detalhes – nestes casos procurava não interromper suas falas – e outras tinham de ter suas entrevistas mais conduzidas. Foi levado em conta – quando possível – na elaboração dos questionários, informações prévias sobre as entrevistadas, tais como sua profissão atual e suas relações com o partido (URNG). Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas pela pesquisadora<sup>18</sup>. Tendo em vista que eu revisava as entrevistas anteriores antes de realizar uma próxima, muitas vezes percebia no decorrer da pesquisa a necessidade de inserir novas questões ao questionário inicial.

A opção por utilizar um questionário semi-estruturado foi feita com a intenção de fomentar a narrativa. A escolha da narrativa como forma de se estudar as experiências pessoais das guerrilheiras me pareceu necessária para que houvesse uma aproximação do particular das diversas mulheres advindas de diferentes grupos socioeconômicos e também abrir um canal de comunicação, uma possibilidade de

---

<sup>18</sup> As entrevistas foram traduzidas diretamente para o português. Outras citações, principalmente as bibliográficas, também foram traduzidas por mim, mas optei por preservar a escrita original em notas de rodapé.

se relatar perspectivas muitas vezes silenciadas pelo discurso predominante, bem como pelo trauma do conflito armado. Segundo Sandra Javchelovitch e Martin W. Bauer (2004, p.90), “Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar[...]”. Considero a narrativa como um dos principais métodos desta pesquisa, pois, “A narração reconstrói ações e contextos de maneira mais adequada: ela mostra o lugar, o tempo, a motivação e as orientações do sistema simbólico do autor (ipud Schütze, 1977; Bruner, 1990).

No trabalho com narrativas tenho em mente que ao falar de sua biografia o sujeito se reinventa, reorganiza e renegocia a sua identidade (CARVALHO, 2003). Dessa forma, o discurso da/o entrevistada/o está situado no presente, neste tempo da reorganização, cambiável, flexibilizado, de acordo com as experiências que vão se acumulando ao longo de sua trajetória de vida. De acordo com a pesquisadora Isabel Cristina Carvalho (2003, p.287), “O laço indissociável entre a experiência e a sua (re) elaboração na condição narrativa – enquanto abertura para revivificar e ao mesmo tempo criar o vivido – é central para a análise de relatos auto-biográficos”. Nesta perspectiva, os relatos auto-biográficos não podem ser percebidos apenas como uma descrição do passado, mas sim como uma fala sobre a experiência recriada no agora. Portanto, se como aponta Carvalho, a narrativa é (re)criação, (re)elaboração, das experiências, é necessário também romper com uma intenção realista no sentido de ampliar uma possível noção de realidade. As realidades são portanto, construídas pelos sujeitos, rearticuladas com o passar do tempo e não um discurso fechado, pronto para ser relatado, por meio do qual encontra-se uma única resposta. Ainda que as narrativas dos sujeitos tomem diversas características, existe um espaço de encontro entre suas falas. Este espaço seria uma espécie de grande narrativa, na qual as falas encontram-se na história:

Ao tomar os relatos biográficos como modalidades narrativas, estes deixam de ser produções individuais e factuais e evidenciam a interpernetração entre sujeito e história bem como entre os acontecimentos e sua reconfiguração na tessitura de vidas narradas. Nessa perspectiva o universo comum que engloba um campo de práticas e discursos [...] também pode ser visto, ele mesmo, como uma grande narrativa que engloba e torna plausíveis as narrativas individuais (CARVALHO, 2003, p.293).

As narrativas individuais, além de representarem a perspectiva do sujeito que fala, também estão inseridas em um universo mais amplo de práticas e discursos –

fortalecidas pela narrativa criada pelos líderes guerrilheiros, os documentos oficiais das organizações, etc. Desta forma, as falas das ex-combatentes encontram eco umas nas outras e apresentam diversos pontos de conciliação que unem suas experiências como representantes de um grupo que possui vivências em comum.

As entrevistas desta pesquisa foram articuladas de modo a dar espaço para a (re)criação dos acontecimentos, tendo em vista a diversidade dos universos simbólicos das interlocutoras. Certamente, a escolha pela técnica de *snowball* facilitou a aproximação das falas, tendo em vista que as indicações entre as entrevistadas levavam a pessoas que de certa forma possuíam suas afinidades no presente. Para que os pontos de encontro entre as interlocutoras fiquem evidentes para o/a leitor/a e revelem as redes de contato construídas ao longo desta pesquisa, na próxima seção pretendo descrever de forma resumida o caminho percorrido pela *snowball*.

### 2.2.2 Como a *snowball* ganhou corpo

Logo no dia seguinte de minha chegada a Guatemala encontrei com Yolanda Colom em um café para realizarmos nossa segunda entrevista. Este encontro estava agendado havia semanas, antes mesmo de eu deixar o Brasil. Além da longa entrevista concedida por Yolanda, a conversa com minha interlocutora também rendeu uma série de indicações de contatos. Muito prestigiada em seu país<sup>19</sup>, Yolanda me deu carta branca para realizar ligações telefônicas em seu nome, as quais foram prontamente atendidas. Foi por meio de suas indicações que contatei o Centro de Investigações Regionais da Mesoamérica (CIRMA) – onde realizei a pesquisa documental<sup>20</sup>. Outra indicação de extrema importância foi a ex-combatente

---

<sup>19</sup> Além de ser reconhecida pela publicação de seu relato bibliográfico *Mujeres en la alborada*, Yolanda foi casada com o líder guerrilheiro Mario Payeras, um dos fundadores do EGP e vencedor do prêmio de literatura Casa das Américas. Ela também pertence à uma tradicional família guatemalteca, reconhecida por ter visões progressistas. Seu irmão é atualmente o presidente do país.

<sup>20</sup> Esta indicação se mostrou mais importante do que esperava, pois no CIRMA há uma rígida política para os pesquisadores que visitam o centro. É necessária uma carta de apresentação do pesquisador, a indicação da universidade de que provêm bem como a resposta final por parte da diretora da instituição. Como havia um longo feriado em meio a minha pesquisa (não programado por mim), não haveria possibilidade de realizar a pesquisa documental na ocasião daquela viagem. Tendo em vista que Yolanda Colom doou diversos documentos

Patrícia Castillo. Patrícia trabalha na *Fundación Guillermo Torriello*, instituição que desenvolve, dentre outros trabalhos, a reintegração de ex-combatentes à sociedade. Por meio de Patrícia, surgiram outras três indicações: Lin Valenzuela, Yolanda Gómez e Carmem Julia.

Uma terceira indicação de Yolanda rendeu uma entrevista com a ex-combatente Sandra Morán. Neste caso, o nome de Sandra surgiu em nossa conversa como o de uma grande amiga, a qual desenvolveu importantes atividades junto ao EGP. Entretanto, minha interlocutora não sabia afirmar de que maneira Sandra participou da organização revolucionária. Este fato demonstra a dificuldade de se adentrar neste campo, uma vez que existe muita discrição por parte daquelas que dele participam. Por conta disso, por se tratar de organizações clandestinas, mesmo entre conhecidos de longa data, há muitas vezes uma falta de informação sobre suas vidas e conseqüentemente sobre o grau de participação que tiveram junto aos grupos revolucionários.

Durante a conversa com Yolanda, gostaria de destacar a situação curiosa, na qual ela disse que não lembrava quem eu era. Ou seja, para ela, o encontro que havia me marcado três anos antes em sua casa, o qual fez com que eu me interessasse por este tema, havia passado totalmente em branco. De maneira muito gentil, ela me disse que não lembrava daquela noite em que, sentamos em sua sala de estar e durante quase duas horas nos contou sua vida. Destaco este episódio, pois, até aquele momento, acreditava que a abertura dada por minha interlocutora ocorria sobretudo pelo fato de termos nos conhecido anteriormente. Entretanto, como ela bem me explicou, esta atitude de compartilhar informações e vivências lhe é comum, pois acredita contribuir com isto para que a história de seu país seja conhecida e divulgada.

Walda Barrios também foi extremamente prestativa. Por e-mail marcamos de nos conhecermos em um hotel central onde iria acontecer um grande encontro nacional de feministas. Walda preside uma das maiores organizações de mulheres da Guatemala, a UNAMG e também é militante do partido de esquerda URNG. Durante minha estada na Guatemala, nos encontramos e nos comunicamos por telefone diversas vezes. Walda me levou para conhecer a sede da URNG e intermediou o agendamento da entrevista com a ex-combatente Maria Tuyuc. A

---

para o instituto e a força de sua figura, seu nome foi naquela ocasião, um importante cartão de visitas, o qual permitiu que o instituto me aceitasse como pesquisadora.

partir da entrevista com Maria surgiram outras duas indicações: Rubilia e Carmela Marroquín. As três entrevistas ocorreram na própria sede do partido, em ocasiões distintas. Maria foi minha primeira entrevistada, a qual sugeriu que eu conversasse com Rubilia. Entretanto, Rubilia mostrou resistência em dialogar sobre o assunto naquele momento, mas felizmente, aceitou marcar um encontro para a semana seguinte. Quando retornei para encontrar Rubilia, tive uma bela surpresa, pois as companheiras do partido haviam chamado Carmela, uma ex-combatente que esporadicamente visitava o prédio da URNG.

Durante os vinte dias que fiquei entre a Cidade da Guatemala e Antigua, vivi intensamente o campo, pois os contatos e os encontros ocorreram com uma velocidade que eu não esperava. Com exceção de um feriado e um final de semana, todos os meus dias foram ocupados com a realização de entrevistas e pesquisas documentais. Em alguns momentos senti que a pesquisa avançou muito rapidamente, como por exemplo, o encontro com Patricia Castillo na FGT, o qual acabou se desdobrando em mais três entrevistas em uma mesma tarde. Acredito que se houvesse proposto um retorno à Fundação talvez tivesse logrado entrevistas mais completas, mas ao mesmo tempo, como lidava com pessoas extremamente ocupadas, quem sabe não fosse capaz de reencontra-las. Suposições, pensamentos que passam em nossas mentes e que no campo transformam-se em decisões que devem ser tomadas rapidamente, as quais podem significar tanto acertos quanto erros.

Meu objetivo era coletar entre cinco e sete entrevistas que focassem na experiência guerrilheira de mulheres, documentos oficiais das organizações guerrilheiras – como cartas de apresentação das organizações e material de formação política (sobretudo aqueles direcionados especificamente às mulheres) – e adquirir livros que não encontra-se com facilidade no Brasil. Todo o material que eu necessitava pesquisar foi encontrado. O campo cumpriu com o seu papel, tanto de fornecer as informações que eu buscava quanto de me preparar para futuras pesquisas ao fazer com que eu seguisse em frente e encarasse o desconhecido.

## 2.3 A PESQUISA EM FONTES ESCRITAS

Neste estudo, a pesquisa em fontes escritas pode ser dividida em duas categorias: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A análise destes materiais seguiu a mesma perspectiva adotada nas entrevistas, ou seja, tanto os livros escritos por sujeitos que viveram os acontecimentos da guerra, quanto os documentos produzidos pelas organizações revolucionárias foram encarados como uma modalidade narrativa:

Tendo em vista a noção ampliada de narrativa enquanto condição de produção de sentidos e identidade, poderíamos dizer que, ao lidarmos com fontes textuais – o que inclui documentos e relatos – estamos diante do ato narrativo em uma de suas modalidades [...]. Neste sentido, pode-se dizer que os sujeitos sociais são ativos narradores ao mesmo tempo em que são narrados, isto é, são formados pelas estruturas narrativas de seu tempo, e particularmente dos campos de ação onde estão inseridos (CARVALHO, 2003, p.296).

Ao adotar este ponto de vista, percebo as narrativas sobre a guerra civil guatemalteca não apenas como relatos dos sujeitos que vivenciaram este acontecimento histórico, mas também como elementos constitutivos do olhar desses sujeitos. O documento de uma organização revolucionária, portanto, construído nos tempos de guerra, narra os acontecimentos por meio das palavras daqueles que o vivenciavam ao mesmo tempo em que moldavam as falas daqueles que estavam inseridos nas organizações. Dessa forma, a narrativa possui uma forte perspectiva reflexiva, a qual deve ser considerada no momento da análise dos materiais.

### 2.3.1 Nota sobre a pesquisa bibliográfica

Acredito ser importante fazer algumas breves observações sobre a pesquisa bibliográfica deste estudo, não apenas por razões metodológicas, mas também com o intuito de destacar a baixa quantidade de material publicado sobre o tema (mulheres guatemaltecas nas organizações guerrilheiras), bem como o fato desse

material estar restrito basicamente às produções biográficas. A revisão bibliográfica apontou que a produção sobre o conflito armado guatemalteco é basicamente memorialística e predominantemente masculina<sup>21</sup>. A baixa presença de vozes femininas se faz notar: até o início desse estudo apenas três livros escritos por mulheres ex-combatentes haviam sido publicados: *Mujeres en la Alborada* de Yolanda Colom (1998), *Ese obstinado sobrevivir: autoetnografía de una mujer guatemalteca* (2000) de Aura Maria Arriola e *La Guerra de los 35 años vista con ojos de mujer de izquierda* (2001) de Chiqui Ramírez. Todos os livros possuem “características recorrentes nas autobiografias”, como as apontadas pela historiadora Lílian Maria de Lacerda (2000, p.84): “[...] 1) a construção do discurso como um depoimento ‘verdadeiro’ e ‘fiel’. 2) As lembranças aparecem como testemunho ocular da história de seu tempo. 3) [...] o lugar da narradora e do discurso enquanto um depoimento testemunhal”. As três obras mencionadas tratam de testemunhos de mulheres “privilegiadas” no que se refere à sociedade guatemalteca, todas são mestiças ou brancas (ladinas), de classe média/alta, provenientes de famílias influentes politicamente. Como assinalou uma de minhas informantes durante situação de entrevista: “Essas mulheres (que publicaram livros) podem falar de suas experiências. Elas são de famílias ricas. Eu, durante muito tempo não podia ao menos assumir que era ex-combatente por conta do preconceito”.

Apenas em 2008 ocorreu a publicação de uma obra preocupada em abordar a questão das ex-combatentes indígenas – duplamente situadas na condição de Outras – trata-se do livro *Memórias rebeldes contra el olvido*, organizado por cinco pesquisadoras guatemaltecas<sup>22</sup>, o qual reúne os depoimentos de 28 mulheres *ixiles* – etnia conhecida por ter se envolvido intensamente nos conflitos armados como combatentes. Este livro diferencia-se sobretudo por situar as mulheres depoentes como sujeitos, uma vez que pesquisas anteriores a esta tendiam a situar os indígenas *ixiles*, de uma forma geral, como vítimas do conflito e não como atuantes do mesmo. A publicação desse livro é um marco, pois mulheres indígenas contarem publicamente suas histórias era até então um fato inédito naquele país. Ainda que

---

<sup>21</sup> Alguns dos autores homens cujas obras sobre a experiência guerrilheira devem ser destacadas são: *Los días de la Selva* (Mario Payeras, 2002), e *Mi camino, la guerrilla: la apasionante autobiografía del legendario combatiente centroamericano César Montes* (Julio César Macías, 1999).

<sup>22</sup> As organizadoras do livro são: Rosalinda Hernández Alarcón, Andréa Carillo Samayoa, Jacqueline Torres Urizar, Ana López Molina, Lúgía Z. Peláez Aldana.

nesta pesquisa eu não trabalhe com indígenas, por conta da complexidade proveniente das barreiras lingüísticas, culturais e de percepção do mundo que eu ainda não domino, penso que é importante assinalar, ainda que brevemente, a importância dessa obra no contexto da cultura guatemalteca.

A revisão bibliográfica que realizei, não encontrou nenhuma obra que se propusesse analisar exclusivamente – por um viés sociológico – a participação das mulheres nas guerrilhas guatemaltecas. Neste sentido, o estudo que me foi de extrema relevância e guiou em grande medida essa pesquisa, foi o livro do sociólogo Ilya Luciak, *After the revolucion: gender and democracy in El Salvador, Nicaragua and Guatemala* (2001). Ainda que o estudo de Luciak tenha sido um grande referencial, seu foco é na guerrilha de El Salvador, de forma que as análises das situações da Nicarágua e principalmente da Guatemala aparecem em seu estudo muito mais como uma forma de comparar as diferentes experiências. O autor assinala na introdução do livro a necessidade de se aprofundar a pesquisa/análise da situação guatemalteca, tendo em vista que o término dos conflitos é recente. Como bem aponta Luciak, a bibliografia disponível sobre a participação feminina nas guerrilhas guatemaltecas ainda é restrita e existe um espaço a ser ocupado pelos pesquisadores das ciências sociais para que este tema seja analisado com maior profundidade.

### 2.3.2 A pesquisa de documentos

Como mencionado anteriormente, as entrevistas, bem como a coleta geral de materiais se deu em dois momentos: em um pré-campo (2006) e no campo propriamente dito (2009). Entretanto, a pesquisa documental foi realizada apenas em 2009. Foram consultados os arquivos do CIRMA e da divisão de mulheres da URNG. Meu principal objetivo era encontrar documentos oficiais das organizações guerrilheiras que tratassem sobre as mulheres (fosse na referência direta sobre as mesmas, fosse na ausência de menção sobre a sua situação). Ou seja, documentos de chamamento de novos integrantes para as organizações, jornais, cartas ao povo guatemalteco, etc. Busquei também por notícias de jornais e revistas que pudessem mencionar a participação feminina na guerra, com o intuito de compreender como a



imagem das guerrilheiras era construída e percebida perante à sociedade. Mais especificamente na divisão de mulheres da URNG, pesquisei documentos das organizações feministas, o entendimento destas organizações em relação ao conflito e a forma que lidaram com as questões levantadas pelo mesmo.

### 2.3.3 As instituições visitadas

O CIRMA – centro de estudos onde realizei a pesquisa documental com maior aprofundamento – é um local extremamente bem organizado, o qual conta com uma ampla infra-estrutura: biblioteca, sala de arquivo, salas de pesquisa e fototeca. Ainda que não possa precisar, grande partes de minhas entrevistadas me informaram que este é o maior e mais equipado centro de estudos da Guatemala. Neste centro de estudos, a pesquisa se concentrou principalmente no arquivo Payeras/Colom, o qual conta com uma vasta coleção de documentos oficiais das organizações guerrilheiras, principalmente do EGP, bem como uma série de fotografias que se encontram arquivadas na fototeca<sup>23</sup> da mesma instituição de pesquisa. O segundo arquivo consultado no CIRMA foi a coleção Holandesa<sup>24</sup>, a qual possui documentos oficiais das organizações bem como uma série de matérias publicadas em jornais e revistas, principalmente da década de 1980.

Diferentemente da pesquisa que desenvolvi no CIRMA, meu encontro com a divisão de mulheres da URNG se deu quase que por acaso. Como estava esperando por uma entrevistada, me foi sugerido ficar em uma pequena sala, a qual viria a ser a divisão de mulheres. Tendo em vista o atraso de mais de quatro horas

---

<sup>23</sup> Ainda que tenha optado por não utilizar imagens como fonte de pesquisa desta dissertação, realizei durante minhas visitas ao CIRMA, uma pesquisa na fototeca. Dentre centenas de imagens pesquisadas no CIRMA que retratavam os participantes das organizações guerrilheiras, apenas 12 contavam com a presença de mulheres. Em geral, poucas fotografias retratavam os/as guerrilheiros/as em situações cotidianas, a maioria eram poses construídas. Dessas, escolhi 5 imagens para ilustrar o meu texto sendo que, no momento em que regresssei ao instituto para adquirir as imagens, uma das pesquisadoras da fototeca havia percebido que uma das fotografias era de um homem. Portanto, regresssei ao Brasil com 4 fotografias que retratavam as mulheres em situação de guerrilha. Minha decisão por não utilizar as fotografias nesta dissertação deve-se ao fato de não ter tido tempo suficiente para me aprofundar nesta questão. Para que o material não fosse analisado de maneira “pobre”, decidi por abordar esta questão em discussão futura.

<sup>24</sup> Este arquivo possui uma característica particular, pois é constituído por documentos selecionados por grupos de estrangeiros que se simpatizavam pela causa do povo guatemalteco. Dessa forma, fica mais fácil de se entender porque a maior parte dos documentos são da década de 1980 – período em que a repressão do Estado foi intensificada.

de minha interlocutora, me foi dada carta branca por parte da organização para consultar os documentos que ali se encontravam. Foram consultados sobretudo documentos de formação política sobre relações de gênero, ou seja, cartilhas educativas e textos distribuídos durante os encontros do partido tanto no período dos conflitos armados, quanto nos anos que sucederam o mesmo. A minha busca era principalmente por documentação dirigida especificamente às mulheres, ou seja, propaganda revolucionária voltada para as mulheres, textos sobre as relações de gênero no interior das organizações e artigos jornalísticos sobre as mulheres nos grupos revolucionários.

#### 2.3.4 Resultado das pesquisas: os materiais coletados

De uma forma geral, encontrei poucos materiais que fizessem referência direta à participação das mulheres nas guerrilhas. Isto demonstra, como ficará mais evidente nas análises presentes nos capítulos 4 e 5, a falta de uma política central voltada para a discussão sobre as relações de gênero no interior das organizações. As referências à participação das mulheres estão presentes nas entrelinhas, assim como em publicações voltadas especialmente para este grupo, editadas sobretudo em março, “mês da mulher”. Os materiais pesquisados demonstram que as relações de gênero não eram pauta de importância central dentre as temáticas abordadas pelas organizações. Demonstram também, a existência de um espaço particular destinado às mulheres, ou seja, o assunto era geralmente abordado em momentos específicos e não estava inserido em uma proposta política mais ampla.

Sendo assim, no CIRMA adquiri a cópia de dois jornais publicados pelas FAR em homenagem às mulheres. Ambos os periódicos foram editados em março e são da década de 1980. Outros documentos copiados foram: cartas de apresentação de todas as organizações revolucionárias (PGT, EGP, FAR e ORPA); carta de apresentação da URNG; carta de apresentação das Comunidades em Resistência (CPR); folhetos de chamamento da URNG; artigos publicados em jornais sobre a execução ou prisão de guerrilheiros (sobretudo da década de 1980); artigos publicados em revistas sobre a participação de mulheres na guerra; artigos publicados em jornais e revistas sobre o processo dos Acordos de Paz.

Na divisão de mulheres da URNG foram adquiridos boletins e cartilhas variadas relacionadas às políticas de gênero. Destaco aqui os seguintes títulos e datas de alguns dos materiais: *Los hombres que somos y los hombres que podemos ser* (s/data); *Cuadernos para promotoras en género: qué es liderazgo?* (FGT- s/data) *Cumplimiento de los acuerdos de paz* (URNG, janeiro de 1998); *Los acuerdos de paz: análisis de su cumplimiento y perspectivas* (URNG- maio de 2003); *Política de equidad de género* (URNG- agosto de 2003); *Caminando hacia la consolidación de nuestra lucha a favor de la equidad de género, la justicia social y la paz* (UNAMG, setembro de 2007).

### 2.3.5 Organização e análise dos documentos

Os documentos foram organizados para análise, de acordo com os seguintes eixos:

- 1) Artigos de jornais sobre a guerrilha e os/as guerrilheiros/as
- 2) Cartas de apresentação dos grupos revolucionários
- 3) Documentos das organizações guerrilheiras destinados às mulheres
- 4) Artigos de jornais e revistas sobre o processo de paz
- 5) Artigos de jornais e revistas sobre a participação da mulher na guerra
- 6) Documentos institucionais sobre os acordos de paz (processo e cumprimento dos mesmos)
- 7) Documentos institucionais sobre as relações de gênero

A análise documental seguiu os seguintes pontos principais e/ou procurava responder as seguintes questões:

- 1) Qual é o gênero do guerrilheiro? (nas revistas, jornais e documentos oficiais)
- 2) O discurso das organizações guerrilheiras é generificado?
- 3) O chamamento de novos integrantes é destinado a um sexo específico?
- 4) Os artigos e documentos oficiais que analisam o processo de paz mencionam as demandas das mulheres?

### **3 DITADURAS MILITARES NA AMÉRICA LATINA: REPRESSÃO E INSURGÊNCIA GUERRILHEIRA NA GUATEMALA**

Durante as décadas de 60 e 70 o mundo encontrava-se dividido pela Guerra Fria, pelo muro de Berlim, pelo socialismo e o capitalismo. Na América Latina, este foi um período histórico em que as ditaduras militares dominaram grande parte dos governos e as populações vivenciaram uma forte repressão calcada na divisão entre a direita e a esquerda. Nas Américas Central e do Sul rebeliões armadas se espalharam seguindo o exemplo da guerrilha cubana<sup>25</sup> tendo como alvo a destruição dos regimes ditatoriais. Milhares foram as vítimas dos conflitos que assolaram estes continentes, as memórias deste período encontram-se presentes em nossas histórias, corpos e vidas assim como os esquecimentos “voluntários” – talvez pelo sofrimento causado pelas lembranças, ou quem sabe pelo desinteresse de grupos políticos. Argentina, Chile, Brasil, Bolívia, Paraguai, Guatemala, El Salvador e Nicarágua, foram alguns dos muitos países que enfrentaram regimes ditatoriais. Nas três últimas nações mencionadas, a oposição de grupos que se opunham à ditadura e aos governos militares, desencadeou guerras civis que perduraram da década de 60 até meados dos anos 90.

Os motivos que contribuíram para o início dos conflitos armados nestes países – para além da existência de governos ditatoriais – não podem ser precisados, mas o fato é que estas três nações passaram, durante as décadas que seguiram a II Guerra Mundial – início de 50 a meados de 70 – por um crescimento econômico sem precedentes, o qual, segundo o sociólogo Gilles Bataillon (2008, p.28), certamente sacudiu suas estruturas sociais. Para Bataillon (2008), as conseqüências da crescente modernização da América Central, são muitas vezes analisadas apenas por meio da perspectiva do “empobrecimento e marginalização das classes populares” – diversas mudanças como o maior acesso aos meios de comunicação, a perda da influência do catolicismo, a crescente urbanização, o aumento da escolarização, a expansão das estradas que cortavam os países, entre outros fatores – devem ser considerados para que se possa refletir sobre os conflitos

---

<sup>25</sup> Em 1963 Ernesto Che Guevara publica “Guerra de guerrilhas, um método” na tentativa de universalizar as lições aprendidas com a Revolução Cubana. “Estas são as contribuições para o desenvolvimento da luta revolucionária na América e podem ser aplicadas a qualquer um dos países do nosso continente no qual se levar a cabo uma guerra de guerrilhas (...)” (1999, p. 276).

sociais que se seguiram. O crescimento econômico sem precedentes da Guatemala, El Salvador e Nicarágua, contribuiu, segundo Bataillon (2008, p.82), para “tensões sociais de um novo cunho [...]. O que resulta no fato de que, desde qualquer ângulo que o observador se situe, os efeitos da modernização e do crescimento econômico apresentam disparidades consideráveis”. A modernização não apenas acentuou as diferenças socioeconômicas entre as classes sociais no interior dessas nações ao mesmo tempo em que proporcionou uma concentração de renda ainda maior, como também evidenciou a fragmentação desses territórios por meio da expansão das estradas, dos negócios e do próprio alcance do Estado.

É importante que se leve em conta que as fronteiras que delimitam esses três países foram continuamente questionadas ao longo do século XX e as características geográficas de seus territórios isolaram grupos étnicos e econômicos no interior de uma mesma nação. No caso da Guatemala, isso era ainda mais evidente, tendo em vista que diversas etnias indígenas viviam em isolamento completo: lingüístico, cultural e econômico. Esses grupos raramente se reconheciam como pertencentes de uma mesma nação. Com a onda de modernização da América Central, grupos “desconhecidos” perceberam a existência uns dos outros, bem como as desigualdades entre os mesmos.

O pesquisador explica que o fim do crescimento econômico somado às tragédias humanitárias causadas pelos terremotos de Manágua (1972) e da Cidade da Guatemala (1976), desencadearam um sentimento de injustiça presente tanto nas classes mais pobres quanto nas classes médias – formadas por profissionais liberais e intelectuais – então impossibilitadas de ascender socialmente. Este é portanto, o cenário de tensões e mudanças sociais que antecederam e acompanharam os conflitos armados que se espalharam pelo continente da América Central, em meio ao qual os grupos clandestinos de luta armada começaram a se organizar. Em El Salvador a Guerra Civil durou cerca de 12 anos, de 1980 até 1992. Ainda que a guerra tenha tido início “oficial” nos anos 80, na década de 70 o país já se encontrava em uma forte crise social. Na Nicarágua, as insurgências guerrilheiras começaram a se organizar já na década de 1960, o conflito entre grupos de oposição e a ditadura de Somoza se intensificou e a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) conquistou o poder em 1979. Na Guatemala, os conflitos também se iniciaram na década de 60 com os primeiros focos guerrilheiros, mas foi a partir de 1970, durante o segundo ciclo guerrilheiro que as batalhas ganharam maior

intensidade, tendo seu ápice nos anos 80. Apenas em 1996 é que o conflito civil teve um fim e foram assinados os Acordos de Paz.

Os focos de luta armada que se estabeleceram na América Central refletiam a situação de polarização do mundo em dois blocos políticos causados pela Guerra Fria: de um lado os Estados Unidos e do outro a União Soviética. Quero dizer com isso que os apoios internacionais foram uma constante – ainda que em diferentes proporções – tanto para os governos militares quanto para as organizações guerrilheiras. O financiamento dos Estados Unidos aos governos ditatoriais durante os conflitos na Nicarágua, El Salvador e Guatemala vem sendo elucidado nos últimos anos, principalmente após a C.I.A. (Central Intelligence Agency) ter disponibilizado<sup>26</sup> para consulta pública uma série de documentos que revelam os interesses políticos e econômicos norte-americanos naquela região do mundo.

Os grupos guerrilheiros, por sua vez, contavam com o suporte – tanto em relação ao financiamento direto quanto ao treinamento de pessoal – de países do eixo comunista/socialista, como a União Soviética, Cuba, Vietnam e China. Não quero dizer com isso que durante as guerras civis os governos e os grupos insurgentes possuíam a mesma força bélica, nem que os motivos que levaram os grupos revolucionários a lutarem estavam relacionados com este panorama político. Entretanto, a polarização mundial causada pela Guerra Fria foi um fator agravante dos embates, tendo em vista que, trouxe para conflitos locais questões políticas mais amplas, assim como financiamentos internacionais (BATAILLON, 2008). A idéia de uma luta internacional (comunistas x mundo livre) certamente mascarou em diversos momentos algumas ações governamentais, assim como fortaleceu outras<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> A abertura dos arquivos da CIA sobre a Guatemala foram impulsionados por pressões em forma de campanhas de direito civil pela advogada norte-americana Jennifer Harbury. Jennifer é viúva de Efrain Barraca Velásquez, líder de uma comunidade de resistência Maia guatemalteca. Ao investigar a morte de seu marido, a advogada chegou aos nomes de altos oficiais das forças armadas norte-americanas. Sendo assim, iniciou nos Estados Unidos uma série de esforços para que o governo de seu país admitisse seu envolvimento na morte de Efrain.

<sup>27</sup> Quero aqui me referir principalmente à política do Estado Guatemalteco em instaurar um regime de terror em nome ao combate ao comunismo. Combater comunistas, guerrilheiros, subversivos, etc, foi utilizado pelo Estado como desculpa para cometer diversas atrocidades e chacinas. Dessa forma, diversas populações indígenas foram dizimadas, sendo que grande parte dos grupos não tinha nenhuma ligação com as guerrilhas. Nestes casos podemos interpretar que por meio da guerra o governo seguiu colocando em prática sua política neoliberal, a qual visava diversas terras indígenas que “impediam o progresso”.

### 3.1 NOTA SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DE UMA GUERRA CIVIL

Ainda que frequentemente denominemos os conflitos que ocorreram em El Salvador, na Guatemala e na Nicarágua de guerra civil, isto não é um consenso. Segundo Bataillon (2008, p.139-140), essa denominação funciona apenas como uma metáfora e deve ser utilizada com cautela, para que idéias pré-concebidas não sejam fortalecidas. Na concepção do autor, o termo guerra civil pressupõem uma generalização dos conflitos bélicos, bem como o caráter de fusão e articulação de grupos. Bataillon não se opõe à utilização da denominação de guerra para estes conflitos armados na América Central, mas afirma que não se pode pensar os mesmos como conflitos em que as ações combatentes foram totalmente articuladas, nem que os protagonistas fossem estáveis. Isto é fundamental para se pensar principalmente os “grupos” opositores ao governo, os quais não estavam formados antes do início dos confrontos. No caso da Guatemala, por exemplo, os grupos revolucionários cresceram em número de integrantes e na aceitação da população na medida em que a repressão do Estado aumentou. Neste caso, portanto, não havia uma polarização social – ainda que as diferenças de classe fossem enormes – anterior ao conflito armado. Ao longo dos anos de ditadura militar é que se dá a dicotomia entre Estado e “Revolucionários”<sup>28</sup>.

Levando em consideração as ressalvas apontadas por Bataillon, utilizo no decorrer deste texto o termo guerra civil e conflito armado como sinônimos. A utilização desses dois termos como representantes de um mesmo acontecimento é baseada no estudo da pesquisadora Krishna Kumar, *Women and Civil War: impact, organization and action* (2001). Irei pensar a guerra civil/conflito armado a partir das seguintes características singulares elencadas por Kumar: 1) As partes bélicas violentam deliberadamente as populações civis. 2) São guerras que deslocam um número significativo de pessoas, o que implica frequentemente na redefinição dos papéis tradicionais de homens e mulheres. 3) As guerras civis contribuem para a redefinição das identidades das mulheres bem como de seus papéis tradicionais. 4) Geralmente há uma tentativa consciente em destruir a infra-estrutura civil que serve

---

<sup>28</sup> Utilizo aqui a palavra revolucionários em um sentido amplo, o qual engloba todos aqueles que se opunham ao regime ditatorial de então.

de apoio para o grupo oponente. 5) Esses conflitos deixam um rastro de ódio e amargura entre os grupos envolvidos que é difícil de ser superado.

Após essa nota, na qual procurei elucidar a utilização do termo guerra civil nesta pesquisa, apresentarei nas próximas seções um panorama histórico sobre o conflito armado na Guatemala e sobre os espaços sociais ocupados pelas mulheres na sociedade guatemalteca. Para o/a leitor/a mais interessado na história da América Latina, o resumo da história do conflito armado guatemalteco pode parecer dispensável. Entretanto, tendo em vista a baixa produção bibliográfica em português sobre este país, optei por apresentar estes acontecimentos históricos de forma mais completa. Já, a seção sobre os espaços sociais que as guatemaltecas vêm ocupando ao longo dos anos, tem como objetivo principal analisar de que formas as mulheres eram percebidas e vistas nesta sociedade. Isto ajudará a responder uma das questões desta pesquisa: “Até que ponto a participação das mulheres nas organizações guerrilheiras fomentou o questionamento em relação aos tradicionais papéis das guatemaltecas em suas sociedades?”, pois fornecerá as bases para nosso entendimento sobre a construção das relações de gênero na sociedade guatemalteca.

### 3.2 36 ANOS DE GUERRA CIVIL GUATEMALTECA : BREVE PANORAMA DO CONFLITO

Dentre as nações centro-americanas envolvidas na luta armada a Guatemala foi a que deixou o maior número de mortos, 200.000, e segundo Eduardo Galeano (2005, p.287), foi “(...) o primeiro laboratório latino-americano da Guerra suja”. Isso porque foi nesse país que os Estados Unidos em parceria com os militares guatemaltecos “treinados” na Escola das Américas<sup>29</sup>, aplicaram técnicas por eles desenvolvidas durante a Guerra do Vietnam. Para que possamos abordar o conflito interno guatemalteco a partir da perspectiva das ex-combatentes, o qual durou mais de 30 anos, se faz necessário situar-nos na história política deste país.

---

<sup>29</sup> A Escola das Américas foi criada em 1946 pelos Estados Unidos em território panamenho com o intuito de treinar militares norte-americanos e latino-americanos seguindo a doutrina da segurança nacional.



Ao se analisar o contexto mundial, percebe-se que a Guatemala é um dos países que mais tiveram governos militares em todo o período republicano. O século XX presenciou apenas 12 anos de governo civil, sendo os anos restantes governados por militares (MARTÍNEZ DE LEÓN, p.41, 1995). Entre os anos de 1951 e 1954 o país foi presidido pelo civil Jacobo Arbenz, o qual iniciou a implementação de uma série de políticas progressistas, dentre elas a reforma agrária em um território com índices de concentração de propriedade alarmantes. Ao desafiar interesses de grandes corporações internacionais como a *United Fruit Company*, o governo de Arbenz passou a sofrer forte pressão advinda dos Estados Unidos a qual, culminou com o golpe de Estado de 1954<sup>30</sup> e o início de uma nova onda de militarismo. Os anos que se seguiram foram marcados por uma série de protestos da população, passeatas de trabalhadores e estudantes dominaram o ano de 1956, cadetes da academia militar se rebelaram em 1957 e, em 1962, as manifestações se ampliaram atingindo assim, amplos setores da sociedade.

Em 1963, após as promessas não cumpridas do governo militar de Ydígoras Fuentes de convocar eleições democráticas para 1964, organizaram-se “oficialmente” os primeiros grupos guerrilheiros no país. O primeiro ciclo de movimentos guerrilheiros guatemaltecos perdurará entre 1964 e 1968, sendo que durante o último ano os combatentes foram controlados e desmontados pelo exército. Em 1973, alguns sobreviventes se reorganizaram e iniciaram um segundo ciclo de luta guerrilheira que terminaria apenas em 1996 com a assinatura dos Acordos de Paz.

No ano em que os Acordos de Paz foram assinados havia no país quatro grupos guerrilheiros: o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), a Organização Revolucionaria do Povo em Armas (ORPA), as Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT). Durante o conflito interno essas organizações guerrilhas lutaram em conjunto e, em 1982 assumiram seu caráter de grupo passando a agir sob o nome de União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

---

<sup>30</sup> Segundo Greg Grandin (2002, p.18), a interferência dos Estados Unidos na Guatemala em 1954, foi a primeira “intervenção norte-americana na América Latina durante a Guerra Fria, uma operação ambiciosa que se valeu não só do tradicional poder militar, econômico e diplomático dos Estados Unidos para depor Jacobo Arbenz, um presidente eleito democraticamente, como de técnicas inovadoras tomadas de empréstimo à psicologia de massa, à mídia e à publicidade”.

Dentre as décadas que o conflito atravessou, os anos 80 foram marcados pelo uso irrestrito da violência por parte do Estado. O governo passou por uma séria crise econômica e política, a corrupção da presidência de Lucas Garcia (1978-1982) ganhou grandes proporções ao mesmo tempo em que a acentuação da crise econômica provocou um mal estar entre os empresários e o alto comando militar. Os militares encontravam-se em uma situação de fracasso tanto de conter a insurgência quanto de administrar a economia.

Em 1982 o presidente da junta militar José Efraín Ríos Montt elaborou o Plano Nacional de Segurança e Desenvolvimento (PNSD), o qual contemplava a criação de um órgão de direção do esforço anti-subversivo assim como a garantia de uma maior autonomia legal e funcional para os organismos de controle civil. O próximo passo de Ríos Montt foi dar um golpe de Estado e proclamar-se presidente. Entretanto, em agosto de 1983 ele mesmo sofreu um golpe e a presidência da república passou a ser exercida pelo então ministro da defesa, o general Oscar Humberto Mejía Víctores.

As campanhas anti-guerrilheiras iniciadas com o PNSD continuaram nos anos seguintes caracterizadas por grandes massacres, principalmente da população indígena, bem como operações de terra arrasada contra a população civil. Paralelamente à intensa onda de opressão, o governo militar começou a falar sobre a possibilidade de um processo democrático. Segundo o pesquisador Luis Eduardo Martínez de León (1995, p.45): “A ‘abertura democrática’, já havia sido utilizada anteriormente na história moderna da Guatemala como um elemento exclusivamente propagandístico, sem relação alguma com a realidade. A nova ‘abertura’ não era exceção”<sup>31</sup>. Martínez de León, afirma que as organizações guerrilheiras desconfiavam da abertura política a qual classificavam como: “uma grande manobra realizada para poder se seguir com uma guerra contrainsurgente, brutal, sem dó, contra o povo da Guatemala, com uma fachada formal de caráter constitucional e democrático” (1995, p.45).<sup>32</sup>

De fato as supostas eleições democráticas durante a década de 80, demonstraram ser apenas uma fachada para encobrir os governos ditatoriais. Em

---

<sup>31</sup> “La ‘apertura democrática’, ya había sido utilizada anteriormente en la historia moderna de Guatemala como un elemento exclusivamente propagandístico, sin relación alguna con la realidad. La nueva ‘apertura’ no era la excepción”.

<sup>32</sup> “una gran maniobra encaminada a poder seguir una guerra contrainsurgente, brutal y despiadada, contra el pueblo de Guatemala, con una fachada formal de carácter constitucional y democrático”.

1985, por exemplo, foram convocadas eleições gerais nas quais o democrata cristão Vinício Cerezo foi eleito. Além do fato de apenas cerca de 47% da população votante ter comparecido às urnas, a campanha de repressão seguiu intensa com um governo que apesar de eleito “democraticamente” comportava-se de forma ditatorial e era guiado pela cúpula militar daquele país. Os massacres contra a população civil, principalmente nas áreas indígenas, se intensificaram e a política de terra arrasada foi definitivamente colocada em prática de forma que os grupos acusados de apoiar a insurgência guerrilheira eram assassinados e os/as guerrilheiros/as que passaram pelas mãos do exército raramente deixaram essa experiência com vida.

Em 1992, Eliot Stellar e Robert Lawrence publicaram um relatório do Comitê de direitos humanos do instituto de medicina dos Estados Unidos com o resultado das observações de uma comitiva enviada a Guatemala no ano de 1991 para que fossem observadas as denúncias de violação dos direitos humanos perpetradas pelo governo. O texto faz uma série de reprovações às políticas guatemaltecas, principalmente no que se refere à relação entre o número de pessoas mortas e desaparecidas e a ausência de presos políticos. Entretanto, os pesquisadores observaram uma possível fonte de mudanças com o presidente que acabara de assumir, Jorge Serrano Elias, referente à busca pelo fim dos conflitos armados: “Ele se comprometeu em trazer ‘paz total’ para a Guatemala e também de restabelecer o respeito pelos direitos humanos”<sup>33</sup>(STELLAR; LAWRENCE, 1992, p.2).

A partir de 1991, portanto, o país caminhava para uma série de tentativas de Acordos de Paz. Com apenas cem dias no governo, Jorge Serrano Elías e o comando geral da URNG reuniram-se com o intuito de aprovar um acordo que buscava alcançar a paz por meios políticos. Entretanto, no ano seguinte, o governo anunciou o fortalecimento das patrulhas nacionais, as quais tinham como objetivo a fiscalização (repressão) da população civil e, com isso, desacelerou as negociações. As denúncias feitas pela comunidade internacional em relação às atividades deste órgão foram diversas, principalmente em relação ao recrutamento das patrulhas o qual, obrigava aos jovens a participarem militarmente. Esse recrutamento forçado fez com que em muitos casos irmãos combatessem irmãos. Muitos dos jovens que fizeram parte das Patrulhas Civis eram indígenas que tiveram que massacrar indivíduos de sua própria etnia. No dia 9 de agosto de 1992, o jornalista Tim Golden

---

<sup>33</sup> “He committed himself to bring Guatemala ‘total peace’ and to reestablish full respect for human rights”

publicou no *The New York Times* uma notícia sobre a possibilidade da assinatura Acordos de Paz na Guatemala e afirmou que a atuação das patrulhas nacionais constituía uma barreira para que guerrilheiros e governos chegassem a um consenso:

Desde que o governo militar guatemalteco criou as patrulhas há mais de uma década como parte de uma estratégia contra insurgente que ganhou a má fama do país internacionalmente, monitores de direitos humanos tem criticado estas unidade incessantemente. Agricultores indígenas das planices guatemaltecas tem sido recrutados forçosamente e rotineiramente por estas unidades, os monitores tem acusado, e as patrulhas tem sido denunciadas pelo assassinato de civis assim como outros tipos de abusos. Os três pequenos grupos rebeldes armados que formam a União Revolucionária Nacional Guatemalteca tem demandado a imediata desarticulação destas patrulhas desde o início da negociações em abril de 1991. Mas os militares guatemaltecos, os quais possuem grande influência no governo do presidente Jorge Serrano Elias, têm relutado em ceder em relação aquilo que consideram ser uma de suas armas mais efetivas contra a insurgência.<sup>34</sup> (GOLDEN, 1992)

Entre 1992 e a concretização da assinatura dos Acordos de Paz em 1996, houve uma série de importantes debates públicos sobre a necessidade de se por um fim aos conflitos. Esses debates foram impulsionados pelo novo contexto político que se formava na América Central, o fim dos conflitos na Nicarágua com a vitória Sandinista e a assinatura dos acordos de paz em El Salvador em 1992. Os diálogos estavam ocorrendo, mas como apontou o membro da URNG, Miguel Angel Sandoval em artigo para a revista *Notícias de Guatemala* (janeiro de 1992), tinha de se ter cautela para que os acordos não fossem feitos sob pressão apenas para agradar certos setores de opinião. Acordos firmados às pressas manteriam a situação socioeconômica do país e dificilmente os conflitos armados chegariam efetivamente ao fim. Em abril 1994, o líder revolucionário Mario Payeras, já discidente do EGP e da URNG, escreveu um artigo para o jornal *Siglo Vinte e um*, afirmando que a guerra deveria acabar, pois já não representava um caminho

---

<sup>34</sup> Since Guatemalan military Governments developed the patrols more than a decade ago as part of a counterinsurgency strategy that earned the country opprobrium around the world, human rights monitors have criticized the units incessantly. Indian farmers in the country's highlands are forcibly recruited into the units as a matter of routine, the monitors have said, and the patrols have often been blamed for killing civilians and other abuses. The three small rebel armies grouped in the Guatemalan National Revolutionary Union have sought the immediate dismantling of the patrols since the latest negotiations began in April 1991. But the Guatemalan military, which still wields enormous influence over the elected Government of President Jorge Serrano Elias, has been reluctant to cede what it considers to be one of its most effective weapons against the insurgency.

emancipatório para o povo e a persistência dos conflitos era uma forma do governo justificar a grande repressão que empregava contra a população civil.

Em dezembro de 1996 terminaram as negociações e os Acordos de Paz foram concretizados. Os acordos foram bastante progressistas no sentido de garantir às mulheres uma série de direitos e colocar questões envolvendo as relações de gênero em pauta. Entretanto, segundo o cientista político Ilja Luciak (2005), a ampliação da atuação das mulheres na sociedade local, bem como uma série de pontos referentes aos direitos humanos foram fadados ao formalismo: “Os Acordos de Paz guatemaltecos podem ser melhor comparados com as constituições de muitos países as quais garantem diversos direitos aos cidadãos que no final, raramente são reforçados”<sup>35</sup> (LUCIAK, 2005, p.17). Na prática, o governo não desenvolveu programas e ações que efetivamente garantissem o cumprimento das metas propostas nos Acordos.

Comparado às possibilidades emancipatórias esboçadas nos documentos oficiais, a vida cotidiana revelou uma realidade extremamente cruel em relação às mulheres. Os anos que seguiram a “paz” representaram uma crescente violência contra as mesmas, acompanhada da impunidade daqueles que as cometiam. O binômio violência e impunidade gerou um problema social reconhecido mundialmente como Femicídio (SANFORD, 2008). De uma forma geral, a assinatura dos Acordos de Paz representou o fim dos confrontos armados diretos entre o exército e os grupos guerrilheiros, mas, ao mesmo tempo, a violência seguida de assassinato só aumentou, de forma que, se o número de assassinatos seguir a crescente que teve nos primeiros cinco anos de paz, em 25 anos após o fim da guerra, o país terá tido mais vítimas do que em 36 anos de conflito armado (SANFORD, 2008, p.24).

O fim da Guerra Civil portanto, demonstrou que velhos problemas sociais – como a desigualdade social e a subjugação feminina – jamais foram resolvidos. O armamento utilizado anteriormente para o combate em uma sociedade polarizada segue seu uso, agora nas mãos de indivíduos e grupos que agem como forças paralelas aos governos eleitos. As Maras, gangues extremamente violentas e organizadas, exercem um poder paralelo que aterroriza a população, limitam os direitos dos cidadãos e justificam a repressão por parte do Estado. Em meio a este

---

<sup>35</sup> “The Guatemalan peace accords can be best compared to the constitutions of many countries that guarantee extensive rights to the citizens that in the end are rarely enforced”.

ciclo de violência, as guatemaltecas lutam por seus direitos, principalmente o de sobreviver. Tendo em vista a incapacidade do Estado em garantir a segurança desta parte da população, as organizações feministas locais exercem este papel e aos poucos conquistam garantias básicas para as mulheres.

### 3.3 CAMINHOS EMANCIPATÓRIOS: CONQUISTAS DE ESPAÇOS PELAS MULHERES NA GUATEMALA

A breve apresentação histórica do cenário político guatemalteco durante os anos que antecederam a Guerra Civil e as movimentações políticas dos anos de confronto apresentadas em seções anteriores, foram acompanhadas de diversas mudanças sociais na sociedade guatemalteca. No que tange às mulheres, o período da Revolução Liberal conduzido durante o Governo Arbenz e os anos de guerra, foram épocas de mudanças profundas das relações tradicionais e patriarcais bem como de novas conquistas que permitiram que aos poucos, ocorresse uma ruptura em relação ao espaço restrito do lar. Tendo como ponto de partida a década de 1950, apresento nesta seção as conquistas sociais das guatemaltecas ao longo dos anos – a ampliação da participação em espaços públicos, na vida política e o acesso à educação. Meu objetivo é traçar os caminhos para que possamos compreender em que contexto as mulheres que participaram das organizações guerrilheiras viveram antes de se juntarem às organizações revolucionárias.

Na Guatemala as conquistas feministas são recentes se comparadas com o restante dos países latino-americanos e ainda mais incipientes quando pensamos em um contexto mundial. Se o feminismo da Primeira Onda<sup>36</sup> (final do século XIX e início do século XX) já havia provocado profundas transformações sociais principalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, na Guatemala as mulheres começaram a ser reconhecidas efetivamente como cidadãs apenas a partir da década de 1940. O voto feminino, por exemplo, tornou-se um direito apenas em

---

<sup>36</sup> É no campo de luta política pelos direitos das mulheres bem como pela visibilização das mesmas que começa a nascer um contradiscurso feminista. Como momentos decisivos para a ampliação do debate, destaco a *Primeira Convenção para o direito das mulheres* em 1848 no estado norte-americano de Nova Iorque e a luta pelo sufrágio feminino que teve seu impulso na Inglaterra por volta de 1897. As manifestações pelo sufrágio feminino estão inseridas no período conhecido por *Feminismo da Primeira Onda* o qual, no final do século XIX e início do século XX, concentrou-se em reivindicações de direitos para as mulheres.

1945 – restrito às mulheres que sabiam ler e escrever, excluindo assim grande parte dessa população. O voto adquiriu caráter universal apenas em meados da década de 1960. De fato, a inserção das mulheres na vida pública – acesso à educação universitária, aos meios de comunicação, ao mercado de trabalho de forma ampla – se deu de forma expressiva, pela primeira vez, com o advento da Revolução Liberal que perdurou entre os anos de 1944 e 1954. Neste período os espaços sociais ocupados pelas mulheres ampliaram-se, mesmo que o lar tenha continuado a ser o local tradicionalmente conhecido como feminino. Sendo assim, ainda que a Revolução Liberal tenha estimulado uma maior participação feminina na vida democrática, “A nova condição de cidadã das mulheres que a revolução estimulava, não implicava a ruptura com o esquema tradicional que havia se constituído acerca da figura feminina” (PADILLA, p.125, 2004)<sup>37</sup>. A maior liberdade para as mulheres pregada pelo Estado estava condicionada à manutenção da condição de dona de casa. Sendo assim, a participação feminina na vida pública veio apenas com o pagamento do alto preço do regime de dupla jornada.

Os anos que seguiram a Revolução Liberal foram marcados portanto, por uma crescente inserção da mulher no mercado de trabalho assalariado, pelo exercício da dupla jornada e pelo desenvolvimento de uma consciência de classe calcada na nova condição de trabalhadora. Essa consciência de classe foi penosa ao desenvolvimento de um movimento de mulheres local, pois limitava-se a enxergar a ampliação dos espaços ocupados pelas mulheres como um acontecimento meramente econômico desestimulando assim, o debate sobre as contradições e jogos de poder das relações entre os gêneros.

As primeiras organizações políticas de mulheres surgiram durante o período democrático e de certa forma, seguiram o referencial de classe, como mote de suas reivindicações. Um dos principais exemplos é a *Alianza Femenina Guatemalteca*, fundada em 1949. A *Alianza* foi de fundamental importância histórica, pois organizou centenas de mulheres em torno de discussões políticas então inacessíveis para o sexo feminino. Entretanto, esta organização possuía grandes limitações como aponta Lorena Padilla (2004): Primeiramente, o foco nunca foi a defesa dos interesses políticos das mulheres como um grupo, mas sim a defesa de uma política maior, a revolução democrática. Em segundo lugar, por estar diretamente ligada ao

---

<sup>37</sup> La nueva condición ciudadana de las mujeres que la revolución estimulaba, no implicaba la ruptura con el esquema tradicional que se había construido acerca de ella

Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), a organização era extremamente dependente das demandas partidárias, as quais eram amplas e hierarquizadas. Em terceiro e último lugar, a *Alianza* era parte em separado do PGT, colocando assim, mais uma vez, as mulheres à margem das discussões das cúpulas do partido, restringindo-as a um espaço de discussão segmentado.

Ainda que com seus limites, as organizações de mulheres ganharam espaço na sociedade guatemalteca do período da Revolução Liberal. Entretanto, a ampliação dos debates sobre as mulheres foi interrompida pelos anos de ditadura que seguiram o golpe de Estado.

O novo governo militar deferiu um contra-ataque à ampliação dos espaços ocupados pelas mulheres por meio do estímulo à família tradicional, ao melhor cumprimento das tarefas exercidas tradicionalmente por homens e mulheres, enfim, uma política que contribuía para a essencialização das diferenças de gênero com o intuito de demarcar as fronteiras entre os territórios (KEHL, 1998)<sup>38</sup>. As organizações cristãs de mulheres se difundiram pelo país, arraigadas em fortes valores religiosos bem como o cumprimento da ordem e da moral burguesas. Essas eram as décadas de 60 e 70, anos em que o movimento feminista se ampliava ao redor do mundo<sup>39</sup>. Entretanto, na Guatemala, por conta das políticas repressivas do governo ditatorial – as quais estimulavam a família tradicional e a moral cristã – os ecos e a difusão das idéias feministas quase não se fizeram sentir.

Ainda assim, os anos 60 e 70 foram marcados por um aumento considerável do acesso das mulheres ao ensino superior o que já demonstrava uma tímida, mas real mudança de percepção da figura feminina. O número de mulheres graduadas na Universidade de San Carlos (principal Universidade do país), passou de 5 para 17, entre as décadas de 60 e 70 e na Faculdade de Humanidades, de 3 em 1960

---

<sup>38</sup> Para Maria Rita Kehl não existe “a Mulher” nem “o Homem” universais. Entretanto, ainda que homens e mulheres sejam vários, em nossa cultura, o conjunto de atributos que identificam os homens raramente está em questão enquanto o conjunto das mulheres “toda vez que sai de uma posição aparentemente complementar à posição masculina, solicita uma produção de discursos e saberes tão mais prolixa quanto maior for a perplexidade que este deslocamento produziu” (1998, p.35). A autora também busca entender o porquê da maximização das diferenças entre homens e mulheres, da procura em se essencializar, em recorrentes momentos, as “diferenças” entre os gêneros. Segundo ela, existe uma espécie de movimento de discriminação e de intolerância que insiste em reafirmar as fronteiras, principalmente quando as “claras” distinções são colocadas à prova. Para Kehl, vivenciamos uma “recente interpenetração de territórios” (1996, p.26) que ameaça as identidades masculinas e femininas, colocando-as em questão.

<sup>39</sup> O período batizado de *Feminismo da Segunda Onda* (1960-1980) teve como foco principal, além de garantir direitos conquistados em momentos anteriores e ampliar o debate sobre igualdade, o levantamento de novas problemáticas como por exemplo, a discriminação sexual. As décadas de 60 e 70 foram marcadas por um feminismo militante, uma vez que, naquele contexto social, as feministas estavam preocupadas em denunciar as formas de opressão de gênero e do sujeito.



para 35 em 1970 (PADILLA, 2004, p.71). O aumento do acesso das mulheres aos debates científicos e ao ambiente acadêmico não deve ser encarado apenas como um maior acesso destas a conhecimentos acadêmicos então restritos aos homens. A vida universitária foi também uma possibilidade de muitas delas terem um primeiro contato com as organizações políticas, sobretudo com o movimento estudantil. Sendo assim, o conhecimento científico feminino veio diretamente acompanhado da descoberta do mundo político.

A década de 1980 foi um período de extrema repressão e conseqüentemente, de intensificação dos conflitos armados. Este cenário de instabilidade gerou uma grande crise econômica. Homens e mulheres sentiram uma forte queda do orçamento familiar, sendo que muitos tiveram que buscar mais de um emprego para garantir o sustento da casa. Muitas mulheres que conviviam com a resistência de seus maridos e familiares para adentrarem o mercado de trabalho tiveram a oportunidade, e/ou necessidade, de trabalhar fora de casa. Entretanto, assim como em décadas anteriores, os novos empregos não significaram apenas conquistas, mas principalmente uma espécie de golpe tendo em vista que a jornada do lar acompanhava o emprego assalariado. Essa dupla jornada, agora ampliada para um maior número de mulheres, fez com que durante os anos 80 questões relacionadas às mulheres passassem a fazer parte da agenda governamental e serem pensadas como políticas públicas. O número de horas reduzido que as mulheres podiam dedicar ao lar tornou-se um problema em uma sociedade acostumada a divisões rígidas baseadas no público (masculino) e privado (feminino). A “crise” da tradicional estrutura familiar guatemalteca fez com que questões até então estritamente privadas se tornassem de certa forma políticas. Este problema trouxe visibilidade e reflexão para assuntos até então secundários, pois estavam “escondidos” no ambiente do lar de forma a não participarem da esfera dos debates mais amplos da sociedade.

Como conseqüência, surgiu uma nova demanda por ações efetivas que envolvessem as problemáticas “femininas”. Assim surgiram diversas organizações de mulheres pelo país, as quais, apesar de aumentarem numericamente, não se articulavam de forma a constituir um movimento feminista ou não representavam necessariamente os ideais deste movimento, pois na maioria dos casos corroboravam com a visão tradicional de família patriarcal difundida pelo Estado. Também, por conta da forte repressão, muitas das organizações mais progressistas,

como a UNAMG, tiveram que limitar o debate para não polemizarem certos assuntos – aborto, violência doméstica, baixos salários, etc – pois o questionamento intenso incomodava o governo militar, o qual buscava a qualquer custo o estabelecimento da ordem.

Em um ambiente de extrema repressão, uma das alternativas ao discurso e programas conservadores proferidos pela ditadura eram as organizações armadas clandestinas. Ainda que as mesmas empregassem um discurso universalizador de luta comunal, o qual acabava colocando as demandas específicas das mulheres em segundo plano (ver capítulos 4 e 5), estimulavam um ambiente de maior igualdade entre os sexos, principalmente no que se refere à divisão das tarefas mais cotidianas. Isto se faz notar nas falas de diversas ex-guerrilheiras, as quais muitas vezes reconhecem que as mulheres exerciam sobretudo funções subordinadas, mas afirmam que encontravam nessas organizações um ambiente mais igualitário do que na sociedade em que viviam. Segundo Linda Lobão (1998), uma divisão de trabalho mais igualitária no interior dos grupos guerrilheiros incentivou a maior participação feminina junto a estes grupos na América Latina. Para a pesquisadora, este é um ponto em comum entre os diversos tipos de participação feminina nas guerrilhas deste continente. Ainda que estes grupos reproduzissem atitudes patriarcais ao destinar quase que naturalmente os espaços subordinados às mulheres, possuíam uma visão diferenciada da sociedade e principalmente do exército, pois mesmo que de forma problemática, não impediam a participação das mulheres (LOBÃO, 1998, p.266).

Nesta mesma década (1980) por conta da intensificação dos conflitos armados, muitas pessoas tiveram que buscar exílio. Um dos principais destinos era o México. Como irei deixar mais claro nos próximos capítulos, foi sobretudo em solo mexicano que diversas mulheres guatemaltecas tiveram a oportunidade de ter um contato mais intenso com grupos feministas organizados e mais tarde, muitas dessas pessoas retornaram para a Guatemala com novas propostas e formas de pensar o feminino contribuindo assim para o crescimento do movimento feminista local. Não foram apenas indivíduos que se exilaram. Em alguns casos, organizações inteiras tiveram de deixar de atuar na Guatemala por conta das pressões e represálias que vinham sofrendo. Segundo minha interlocutora, Walda Barrios, este foi o caso da UNAMG:

Com o seqüestro e desaparecimento de Silvia Galvez (principal dirigente da UNAMG), a organização vai ao exílio e vão para a Costa Rica, a Nicarágua e o México. O exílio fortaleceu a organização e começou a se fazer trabalho de solidariedade com as mulheres, inclusive no México havia uma casa de apoio onde chegavam as pessoas, como um albergue, onde se podia ficar e havia uma atenção especial para as mulheres [...]. Com a assinatura dos Acordos de Paz a UNAMG volta para a Guatemala, se reconstituiu e cresceu muito e hoje é uma organização rejuvenescida. Digo rejuvenescida, porque digo que muita das mulheres jovens que estão nessa organização não são daquela época e estão nesse processo de recuperação da memória história e do que foi a luta na Guatemala (Walda Barrios) .

Os anos 90 foram marcados sobretudo pelos esforços voltados para articulações políticas que visavam o fim da guerra. Os Acordos de Paz, como mencionado anteriormente, possuíam diversas cláusulas dedicadas às mulheres e às relações de gênero. Foi no momento de decisão sobre as pautas presentes nos Acordos de Paz que se deu uma articulação histórica dos movimentos de mulheres locais. Diversas exiladas tiveram a oportunidade de retornar para a Guatemala e os diálogos sobre as relações de gênero se intensificaram por conta da escrita dos textos. Entretanto, infelizmente, os anos de “paz” vêm sendo caracterizados por uma crescente violência contra a mulher e o descumprimento das cláusulas presentes nos Acordos, demonstrando que há muito a se construir para que os direitos das mulheres sejam garantidos.

Não se pode negar contudo, que os espaços políticos ocupados pelas mulheres foram ampliados após o fim de uma série de governos ditatoriais. Com as eleições democráticas, cada vez mais mulheres passaram a disputar cargos e assumir cadeiras no senado e na câmara dos deputados ao longo dos anos. Ainda que as mulheres tenham adentrado os partidos políticos (os quais são cerca de 12 organizações), sua participação segue bastante inferior a dos homens: “Somente três partidos (UNE, Encuentro por Guatemala y URNG- Maíz) possuem estrutura, órgão ou secretaria da mulher. De 1653 candidaturas a deputados nos partidos, apenas 398 (24%) corresponderam a mulheres”<sup>40</sup>(UNAMG, 2008, p.11). Em 2007, Rigoberta Menchú (prêmio Nobel da Paz) foi candidata a presidência pelo partido Encuentro por Guatemala e a historiadora Walda Barrios foi candidata à vice-

---

<sup>40</sup> Solamente tres partidos (UNE, Encuentro por Guatemala y URNG- Maíz) poseen estructura, órgano o secretaria de la mujer. De 1653 candidaturas a diputaciones en partidos, solo 398 (24%) correspondieron a mujeres.

presidência pela URNG. Ainda que nenhuma das duas candidatas tenha vencido o pleito, a simbologia de duas mulheres estarem concorrendo à presidência do país foi extremamente importante para provocar reflexões sobre o lugar do feminino.

Atualmente a Guatemala conta com organizações feministas fortes e bem articuladas como a UNAMG, a Terra Viva, entre outras. Há também uma crescente produção acadêmica e estudos sobre relações de gênero como a pesquisa de Lorena Padilla (2004), a qual foi amplamente citada neste capítulo; artigos, monografias e dissertações da Universidade de San Carlos; pesquisas e publicações da *Asociación para el Avance de las Ciencias Sociales en Guatemala* (AVANCSO). Na área da comunicação social, temos o jornal feminista guatemalteco *La Cuerda*. De distribuição gratuita, é o maior periódico dedicado ao movimento feminista e a discutir as relações de gênero em toda a América Central. As lutas das guatemaltecas são amplas e complexas, mas certamente estão sendo fortalecidas ao longo das últimas décadas.

### 3.4 GUERRA DE GUERRILHA: AS NAÇÕES CENTRO AMERICANAS MIRAM CHE GUEVARA E A EXPERIÊNCIA CUBANA

Sem dúvida, a experiência guerrilheira cubana foi o grande exemplo levado em conta pelos grupos de esquerda armada que se formaram na América Central, bem como na América Latina como um todo<sup>41</sup>. Cuba foi uma tentativa de insurgência que deu certo, ou seja, o grupo guerrilheiro conseguiu conquistar o poder. Sendo assim, a idéia de uma guerrilha centrada sobretudo nas regiões montanhosas e que tinha como base de apoio a população campesina, serviu como inspiração para a resistência armada que se organizava ao longo do continente.

Além de inspirar toda uma geração de jovens, os cubanos que haviam conquistado o Estado ofereciam treinamentos militares, táticos e trocavam informações com os grupos insurgentes. A leitura de textos de Che Guevara – os quais tinham o diferencial de tratar das especificidades da realidade latino-

---

<sup>41</sup> O livro *Che Guevara: uma chama que continua ardendo* (2009) de Oiliver Besancenot e Michael Lowy, apresenta um panorama da expansão do pensamento guevarista na América Latina, tanto nas décadas de grande repressão ditatorial, quanto nos anos de democracia. Neste último caso os autores discutem a presença do pensamento de Che em movimentos sociais e organizações como o EZLN em Chiapas, ao sul do México.

americana – os encontros entre líderes guerrilheiros e revolucionários de diversos países – novas figuras de liderança e líderes de nações socialistas como a própria Cuba e o Vietnã – e a elaboração de documentos da esquerda latino-americana, os quais passavam por um processo de discussão conjunta, são exemplos das redes de comunicação construídas entre os grupos de esquerda na América Central.

A figura de Che Guevara é central à luta guerrilheira guatemalteca, sendo evocada em relatos e documentos das organizações de esquerda daquele país. Ela aparece no símbolo do EGP – uma espécie de brasão utilizado nas bandeiras e documentos oficiais – e em um texto de 1997 (um ano após a assinatura dos Acordos de Paz) intitulado *Dos revolucionários em la historia de Guatemala: El Che Guevara y Mario Payeras* (CAMBRANES; SORIA, 1997), cujo título interpreto como uma tentativa de aproximar a luta guerrilheira guatemalteca – simbolizada pelo líder do EGP, Mario Payeras – do caráter de uma luta de guerrilhas continental, simbolizada por Che. Além dos exemplos citados acima, há também o caráter simbólico da passagem de Che Guevara pela Guatemala na década de 1950. O revolucionário presenciou o golpe de estado que tirou Jacob Arbenz do poder e por conta da situação instável que se instaurou na Guatemala, decidiu fugir para o México. Nessa ocasião é que conhece Fidel Castro e o grupo de combatentes que o acompanhava. Che junta-se ao grupo<sup>42</sup> de Fidel. E o resto, como sabemos, é história.

A antropóloga Aura Maria Arriola, em *Ese obstinado Sobrevivir: autoetnografia de una mujer guatemalteca* (2000) – livro em que relata sua experiência como guerrilheira pioneira – revela a centralidade de Che no imaginário e debates das guerrilhas guatemaltecas, bem como algumas das articulações políticas internacionais entre os grupos de esquerda. Na década de 60 ela esteve em Cuba em diversos momentos, nos quais se encontrou com Che Guevara, Raul e Fidel Castro para debater a situação de seu país e articular estratégias para os grupos guerrilheiros que ali se formavam. Naquelas ocasiões, Aura redigiu diversos textos e artigos para o jornal Granma. Ela revela que seu parceiro Ricardo Ramírez – mais tarde conhecido como Comandante Rolando Morán – um dos líderes fundadores do EGP, trancava-se em salas privadas para travar conversas durante horas com Che e Fidel. Apesar de na maior parte de seu livro Aura parecer ter

---

<sup>42</sup> Em diversos livros sobre Che Guevara encontramos a informação de que ele era o único estrangeiro em meio ao grupo de cubanos revolucionários. A justificativa dada para a sua aceitação está no fato de que Che era médico e sua presença seria útil para todos.

simpatia em relação às idéias revolucionárias cubanas, ela afirma que Fidel e os homens da revolução gozavam de privilégios que contrastavam com a realidade do povo cubano. Em seu relato também não é possível detectar nenhuma mulher que circulasse pelos bastidores da cúpula guerrilheira como ela. Além de seu contato com a experiência cubana, ela teve a oportunidade de viajar para outros países que viviam sob a política comunista/socialista – China, Vietnam e Rússia – aonde recebeu, junto a outros integrantes de grupos da esquerda latino-americana, uma série de treinamentos.

Como mencionado anteriormente, nessa conjuntura, os textos de Che Guevara foram utilizados pelos grupos de esquerda como forma de apreender a experiência revolucionária cubana de então. O livro *Guerra de Guerrilha* (1982), tornou-se a Bíblia para toda uma geração de revolucionários. *Guerra de Guerrilha* revela a construção de um método de luta e a busca por uma unidade continental, a qual levaria à uma guerra na mesma proporção. Em um dos ensaios presentes no livro Che afirma: “Havíamos previsto que a guerra seria continental. Isto significa também que será prolongada, haverá muitas frentes, custará muito sangue e inúmeras vidas durante um longo período de tempo”<sup>43</sup> (GUEVARA, 2002, p.369).

Além do caráter continental do combate, Che aponta algumas características da guerra de guerrilhas baseadas na experiência guerrilheira cubana: a) As forças populares podem vencer o exército; b) Não é necessário esperar que ocorram as condições ideais para a revolução, pois o foco insurrecional pode criar as mesmas; e c) Na América Latina subdesenvolvida, a luta armada deve ocorrer fundamentalmente no campo (GUEVARA, 1982, p.13). As características de uma guerrilha apontadas por Che Guevara foram colocadas em prática nos países da América Central, sobretudo na Guatemala, onde a luta e a maior parte dos recrutamentos se concentraram no campo.

Em seu manual de guerra guerrilheira Che também fala de forma particular sobre as mulheres, as quais, segundo ele, ainda que sejam “naturalmente uma minoria”, são tão capazes de lutar quanto os homens, de desempenhar todas as atividades inerentes a este tipo de luta. O posicionamento de Che em relação à participação das mulheres é significativamente progressista se pensarmos no contexto conservador em que viviam as sociedades latino-americanas durante o

---

<sup>43</sup> “Habíamos predicho que la guerra sería continental. Esto significa también que será prolongada; habrá muchos frentes, costará mucha sangre, innumerables vidas durante largo tiempo.”

período de emergência dos grupos revolucionário (décadas de 50 e 60). Entretanto, ele se contradiz ao afirmar existir funções caracteristicamente femininas, as quais estariam sobretudo nas áreas da comunicação, ensino, serviço social e enfermagem. As limitações de sua visão tradicionalista em relação aos papéis desempenhados por homens e mulheres transparece quando ele chama as mulheres à desempenharem “as tarefas habituais dos tempos de paz [...]. A comida da mulher pode aprimorar a dieta (dos combatentes), além disso, é mais fácil mantê-las nessas atividades domésticas”<sup>44</sup> (GUEVARA, 1997, p.132 apud LUCIAK, 2001, p.2). Os estereótipos mencionados por Che Guevara na década de 50 em relação às funções femininas estariam presentes anos mais tarde nas insurgências guerrilheiras da década de 70 na Guatemala. Como demonstrarei no próximo capítulo, as principais funções das mulheres guatemaltecas eram de apoio estrutural, sendo as mais comuns, as já mencionadas por Che: comunicação, ensino, serviço social e enfermagem. Por meio das palavras desse líder podemos ter uma primeira idéia dos desafios e contradições que as mulheres que aderiram à luta armada na Guatemala e em diversos outros países da América Latina tiveram que enfrentar.

### 3.5 PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS DA AMÉRICA LATINA

A participação de mulheres em conflitos armados na posição de combatentes e militantes das organizações revolucionárias na América Latina foi uma constante durante os períodos ditatoriais que diversas nações enfrentaram neste continente. A presença feminina nos grupos armados de oposição às ditaduras, ainda que numericamente inferior<sup>45</sup> aos homens, foi significativa, principalmente por ter ocorrido em contextos sociais conservadores no que tangia as relações de gênero –

---

<sup>44</sup> “[...] The habitual tasks of peacetime [...]. The woman cook can greatly improve the diet and, furthermore, it is easier to keep her in these domestic tasks [...].”

<sup>45</sup> Segundo a pesquisadora Linda Lobão (1998, p.256), as mulheres latino americanas participam em menor número de quase todas as esferas da vida pública em nosso continente. Sendo assim, não é de se admirar que o número de mulheres que participaram oficialmente das organizações guerrilheiras neste continente também seja inferior ao dos homens.

divisão entre público (masculino) *versus* privado (feminino), as divisões sociais do trabalho, estruturas familiares opressivas e patriarcais, etc.

Estou falando sobretudo das décadas de 1960, 1970 e 1980, anos em que o movimento feminista se expandiu em países da Europa e nos Estados Unidos e as mulheres conquistaram diversos direitos e espaços nas sociedades, como uma maior inserção no mercado de trabalho, na vida acadêmica, assim como um maior poder de decisão em relação à reprodução (por meio da ampliação dos métodos anticoncepcionais). Entretanto, na América Latina, vivíamos um contexto distinto do europeu e do norte-americano, no qual as transformações sociais perpassaram por diferentes tipos de luta. Como bem apontou Joana Maria Pedro (2008), no lugar do ambiente de revolução cultural que se estabelecia nestes países, passávamos, em diferentes anos e períodos de tempo, por ditaduras militares repressoras. Sendo assim, muitos dos esforços políticos direcionados para perspectivas de mudanças sociais foram concentrados no embate contra os regimes ditatoriais, de forma que o florescimento do feminismo foi sentido por aqui de forma mais branda. Entretanto, não se pode negar, que impulsionadas pela efervescência dos movimentos sociais que ocorriam internacionalmente, pela crescente industrialização em seus países, assim como das demandas causadas pelos próprios conflitos civis, as mulheres conquistaram novos espaços e tiveram acesso a ambientes anteriormente exclusivos aos homens. Obviamente estas novas conquistas e espaços não vieram gratuitamente, mas sim carregados de tensões sociais calcadas em relações desiguais entre homens e mulheres, bem como uma série de sistemas de significados (rígidos) sobre o feminino.

Como espaço de atuação política em sociedades polarizadas pela situação de extrema repressão, as organizações de esquerda, muitas das quais eram armadas, surgiram como uma das poucas opções de resistência e reivindicação de transformações sociais para homens e mulheres de diferentes faixas etárias e classes sociais. Cada um dos países latino-americanos teve uma realidade distinta em relação a participação de ambos os sexos nestas organizações, mas em termos absolutos, as mulheres sempre foram minoria.

Para exemplificar a participação das mulheres nas organizações da América do Sul, irei citar dados da Argentina e do Brasil. No caso da Argentina, não há como precisar o número de mulheres que estavam envolvidas nos movimentos de oposição à ditadura, mas segundo números apresentados pela socióloga Fernanda



Gil Lozano (2007, p.78) extraídos dos relatórios *Nunca Más*, é possível se aproximar do que seriam as estatísticas acerca desta participação ao considerarmos o número de pessoas desaparecidas. Cerca de 30% das pessoas que sumiram durante a ditadura Argentina eram mulheres, sendo que naquele momento elas representavam 50% da população. No Brasil, a participação feminina nos grupos revolucionários tinha a característica de ser constituída principalmente por estudantes da camada urbana, entre 20 e 30 anos de idade, e em termos percentuais, as mulheres eram entre 15 e 20% dos participantes (BASTOS, 2008, p.57).

Os países da América Central apresentam um percentual mais elevado em relação à participação das mulheres nas organizações revolucionárias. Em El Salvador as mulheres também tinham uma participação inferior aos homens, eram entre 27 e 34% dos membros das cinco organizações guerrilheiras. Na Nicarágua representavam entre 25 e 30% dos combatentes. Na Guatemala, ainda que as informações sejam frágeis (irei explicar na próxima seção), as mulheres ocuparam entre 15 e 25% dos cargos destas organizações (LUCIAK, 2001, p.5-16). Estes casos se diferem dos demais países da América Latina que passaram por períodos de ditadura militar, pois estavam inseridos em um contexto de guerra civil. Sendo assim, a participação tanto de mulheres quanto de homens extrapolava a resistência a um regime opressor tendo em vista que muitas/os juntaram-se às organizações armadas, pois a guerra chegou às portas de suas casas e pegar em armas era também uma busca pela sobrevivência.

No caso da América Central, o número de mulheres nas organizações de esquerda, como aponta Ilja Luciak (op.cit.), não foi constante ao longo dos anos. Tanto na Nicarágua como em El Salvador houve um aumento de mulheres envolvidas nas organizações revolucionárias durante a década de 1980. Na Guatemala, ainda que não existam dados estatísticos precisos, as ex-combatentes a quem entrevistei também ressaltaram que a participação das mulheres se intensificou a partir da década de 80, assim como os espaços para as discussões sobre as relações de gênero no interior das organizações.

Tendo em vista que o fim dos períodos ditatoriais é recente em nosso continente e conseqüentemente a liberdade de expressão, os anos que sucederam estes governos foram acompanhados de uma vasta produção sobre as ditaduras militares. A partir dos anos 90, sobretudo, pôde se observar a produção de livros, artigos e pesquisas sobre as relações de gênero que permeavam os grupos

combatentes de esquerda bem como relatos de mulheres que participaram destas mesmas organizações. Ainda que a realidade de cada nação tenha suas especificidades sociais e históricas, se pensarmos em termos de um contexto histórico mais amplo e quem sabe, da existência de um projeto guerrilheiro continental como o esboçado por Che Guevara, é possível traçarmos – ainda que com cautela – uma série de paralelos.

Uma constante entre os movimentos armados da América Latina que está diretamente ligada às idéias guerrilheiras difundidas por Che Guevara é apontada por Linda Lobão no artigo *Socialist transformations in Latin America and Cuba* (1998). Segundo a autora, a revisão do “foquismo” como técnica guerrilheira, permitiu a maior participação das mulheres nas organizações revolucionárias. A autora explica que as guerrilhas latino-americanas perceberam ao longo dos anos e das derrotas, que para vencer, teriam que buscar um maior apoio popular e conseqüentemente das mulheres:

O fracasso do Che Guevara na Bolívia e do “foquismo” ao longo da América Latina e a dizimação de movimentos no Brasil (1969-1971) e em outras nações, apontaram para a crescente necessidade de apoio popular em face da grande repressão da direita. Enquanto questões subjetivas e objetivas tinham que amadurecer para a revolução, a organização guerrilheira devia ligar-se à população. Tendo em vista que essas ligações estiveram em falta nos movimentos latino americanos, houve uma grande tendência destes mesmos movimentos falharem. A mobilização de mulheres serve para sedimentar os movimentos em um maior apoio popular (LOBÃO, 1998, p.259-260).<sup>46</sup>

Além da busca pela ampliação de apoio da população, a mobilização das mulheres também era encarada como necessária para que as mesmas não fossem cooptadas pelas correntes mais conservadoras. Lobão (1998) aponta que havia a percepção de que, se os movimentos guerrilheiros não se empenhassem em difundir seus ideais para as mulheres e reivindicassem uma maior participação feminina, estas organizações estariam perdendo apoio para a direita. Sendo assim, tanto para os movimentos de direita quanto para os de esquerda, as mulheres formavam um

---

<sup>46</sup> The failure of Che Guevara in Bolivia and of “foquismo” throughout Latin America and the decimation of movements in Brazil (1969-1971) and other nations pointed to the increase necessity for popular support in the face of greater repression from the right. While subjective and objective conditions must be ripe for revolution, the guerrilla organization itself must be linked to the population. To the extent these links have been absent in Latin American movements, there has been an increased likelihood of failure. The mobilization of women serves to ground movements on more extensive popular support.

grupo de apoio estratégico. Afinal de contas, a partir de meados do século XX as mulheres latino americanas conquistavam novos espaços públicos embaladas pela crescente industrialização. Isto as colocava em contato com uma série de questões para além do espaço do lar de forma que seus interesses políticos foram ampliados (LOBÃO, 1998, p.261).

### 3.5.1 Adiamento das questões femininas

Fica claro a partir da leitura da produção literária sobre este período, que as mulheres tiveram de enfrentar uma série de obstáculos e preconceitos – ainda que naquela ocasião muitas vezes elas percebessem as diferenças de forma “natural” – para lograrem circular e participar destes grupos, como nos demonstram diversos artigos, como os trabalhos das pesquisadoras brasileiras Cristina Scheibe Wolff (2007) e de Natália de Souza Bastos (2008). As demandas específicas das mulheres, como por exemplo, a problematização das relações e funções atribuídas entre os gêneros, eram colocadas em segundo plano. A causa a ser conquistada pelas organizações era o socialismo, questionar os poderes que envolviam as relações de homens e mulheres era percebido como causador de divisões no interior dos grupos uma vez que, a superação dessas diferenças viria com o tempo, no momento em que se conquistasse a igualdade tão almejada. Portanto, ao lutar pela revolução, na concepção de grupo, supunha-se que um dia todos seriam iguais. Diversas ex-combatentes guatemaltecas por mim entrevistadas reconhecem o adiamento das questões femininas e as lutas daquelas que durante a atuação do movimento revolucionário tentaram inserir as questões relacionadas às relações de gênero como pauta central de discussão:

Quando nós começamos com o tema de gênero houve, nos primeiros anos, cada vez que mencionávamos algo, em datas comemorativas, sobre o direito das mulheres, sobre a igualdade de gênero, sobre a questão da equidade, era como se os pelos se arrepiassem. O que elas vêm com essas histórias agora, não é verdade? (Carmen Julia)

Então, efetivamente, se propõem uma transformação, mas há uma concepção de adiar as demandas das mulheres, como se essa fosse uma contradição secundária em relação à contradição principal: a luta

de classes. Inclusive, a luta contra a discriminação dos povos indígenas também, não era tampouco uma prioridade. Ainda que essa discriminação fosse menos visível que a discriminação contra as mulheres. (Lin Valenzuela)

O adiamento em encarar a existência das diferenças, além de representar o pensamento predominantemente difundido nas sociedades latino-americanas, o qual colocava as problemáticas relacionadas às mulheres no espaço do privado, estava diretamente ligado à concepção difundida pela esquerda deste continente de que o movimento feminista era representante dos ideais burgueses. Esta percepção do feminismo, como representante dos países imperialistas (Europa Ocidental e Estados Unidos), aparece em diversos estudos sobre ditaduras e participação feminina nas insurgências guerrilheiras. A pesquisadora Ana Maria Veiga (2009, p.67) afirma que: “os ideais feministas foram, via de regra, vistos como pequeno-burgueses e como instrumentos do imperialismo estadunidense – tomado como um elemento unificador dos regimes militares e promotor de suas práticas e técnicas repressivas”. Dessa forma, reconhecer as reivindicações de cunho feminista era percebido para muitos, como corroborar com um debate representante de ideais repressivos. Vale lembrar que essas reivindicações, eram feitas, em muitos casos, por mulheres que nem mesmo se reconheciam como feministas. Ou seja, muitas daquelas que fomentavam as discussões eram mulheres que buscavam o estabelecimento de relações mais igualitárias, mas que não estavam diretamente envolvidas com estes movimentos<sup>47</sup>.

Tendo em vista a resistência das organizações armadas em aceitar as reivindicações femininas, não é de se estranhar que diversas ex-guerrilheiras e militantes de esquerda da América Latina afirmem terem se tornado feministas a partir do momento em que deixaram de participar das organizações revolucionárias. Efetivamente, a possibilidade de se estabelecer um contato mais aprofundado com as questões de gênero, só foi possível por meio de um distanciamento, de uma análise crítica em relação aos grupos revolucionários, assim com das relações sociais presentes em suas próprias culturas.

O encontro com a crítica feminista se deu tanto nos territórios nacionais,

---

<sup>47</sup> Isto ficará claro nos próximos capítulos, nos quais serão analisadas as falas das guatemaltecas. Muitas das ex-guerrilheiras, lutaram para inserir na pauta das organizações revolucionárias temáticas relacionadas às relações de gênero, mas não faziam parte, naquele momento de grupos feministas organizados. Foi após os conflitos que diversas mulheres se integraram e fundaram grupos feministas locais.

como também por meio de uma situação recorrente para diversas mulheres – fossem militantes, combatentes, simpatizantes dos ideais de esquerda: o exílio. Segundo Joana Maria Pedro (2008), diversas mulheres da América do Sul, pertencentes ou não aos movimentos revolucionários, tornaram-se feministas em situação de exílio, quando tiveram a oportunidade de freqüentar reuniões de mulheres e dialogar sobre o assunto em meio a culturas que trabalhavam com diferentes, mas similares representações culturais dos gêneros. Quando pensamos nos encontros com os feminismos internacionais, tendemos a pensar nos países onde estes movimentos foram mais atuantes, como os já mencionados territórios europeus e os Estados Unidos. Entretanto, a pesquisadora afirma que, apesar de muitas de suas entrevistadas apontarem a França como o local em que descobriram o feminismo, países como o Brasil e o Peru estão presentes na lista. Isto demonstra que, em terras estrangeiras, muitas mulheres tiveram a possibilidade de conhecer novas idéias, travar diversos diálogos, se deparar com distintas percepções de mundo, e possibilidades de viver a vida, enfim, de se reconstruir em meio às dores e às descobertas (SILVA, 2007).

### 3.5.2 Resistência à participação feminina: a ocupação dos cargos de liderança

Como um todo, as organizações revolucionárias não possibilitavam apenas o exercício da atividade política pelas mulheres, mas também espaços para o exercício cotidiano de relações mais igualitárias entre os sexos. Ou seja, a divisão das atividades rotineiras, sobretudo as domésticas, não obedeciam aquelas encontradas mais tradicionalmente nas sociedades. Homens e mulheres lavavam, cozinhavam, limpavam, carregavam peso, pegavam em armas, etc. Ainda que, como iremos perceber adiante, as divisões de poder não seguissem essa mesma lógica, a divisão do trabalho social possibilitava a convivência em um ambiente menos hierarquizado. Segundo Lobão (1998), isto atraiu diversas mulheres para as organizações revolucionárias, percebidas naquele contexto, como sendo bastante progressistas.

A diferença entre homens e mulheres nas estruturas das organizações revolucionária latino-americanas era percebida sobretudo no que se refere à

ocupação dos cargos de liderança. Nos países da América Central que passaram por situação de guerra civil, poucos eram os postos de decisão ocupados por mulheres, como nos revelam as informantes desta pesquisa, as quais destacam a virtual inexistência de mulheres em postos de autoridade militar nas organizações guerrilheiras guatemaltecas. Como aponta o sociólogo Ilya Luciak (2001), uma constante em relação a participação das mulheres nas organizações revolucionárias da América Central, é o fato de que nas camadas médias de decisão e nas organizações clandestinas predominantemente urbanas, era mais comum encontrar mulheres ocupando postos de relativa liderança. No caso da Guatemala, o padrão apontado por Luciak se faz perceber. Algumas funções de liderança média, eram frequentemente exercidas por mulheres como a comunicação via rádio, a propaganda e a formação política. Havia também uma tendência das divisões urbanas apresentarem configurações mais homogêneas, ou seja, relações menos hierarquizadas entre os sexos masculino e feminino.

No que tange os espaços mais estritamente militarizados destas organizações, era mais difícil observar a participação de mulheres em postos médios e de liderança. Como afirma a interlocutora guatemalteca<sup>48</sup> Carmen Julia, as patentes militares dificilmente eram dadas às mulheres. Segundo ela, os líderes das organizações justificavam que estas ficavam menos tempo nas montanhas do que os homens. Este tempo mais curto de participação atribuído ao sexo feminino de fato era uma realidade, pois muitas das jovens que iam às montanhas engravidavam e tinham que deixar o combate pelo menos temporariamente. Sendo assim, as cúpulas das organizações guerrilheiras, ao menos na Guatemala, baseavam-se no papel reprodutivo feminino para as manter distantes dos postos de mando. Neste ponto, encontramos mais uma vez a velha posição patriarcal de definir as mulheres apenas pelo seu sexo. Carmen diz, entretanto, que ao menos na organização de que participou, o EGP, de uma forma geral, as patentes militares eram restritas, tanto para homens quanto para mulheres.

---

<sup>48</sup> No próximo capítulo apresentarei minhas interlocutoras. Apesar de aqui apresentar Carmen Julia como guatemalteca, é importante sinalizar que ela é espanhola e foi uma combatente internacionalista. Carmen vive na atualidade na Cidade da Guatemala e afirma ser mais guatemalteca do que espanhola. Neste ponto do meu texto optei por atribuir a nacionalidade guatemalteca a ela, apenas para um melhor entendimento do leitor.

### 3.5.3 A imagem do combatente não é a de uma mulher

A subordinação das mulheres aos cargos de apoio não era apenas um mero reflexo da estrutura social patriarcal de nosso continente, mas também um tipo de estratégia utilizada pelos grupos guerrilheiros. Segundo Linda Lobão (1998), havia uma tendência em todos os grupos guerrilheiros latino americanos em utilizar as mulheres para as funções de apoio, pois trabalhava-se com a própria imagem que as mulheres possuíam na sociedade. O imaginário conservador latino-americano não situava as mulheres na posição de combatentes armadas e de certa forma, ainda era difícil para os governos repressivos e conservadores assimilarem a idéia de que as mulheres estavam envolvidas diretamente nas organizações revolucionárias.

A pesquisadora Cristina Scheibe Wolff (2007) em artigo sobre a participação feminina nas guerrilhas do Cone Sul recolheu depoimentos nos quais aparece a informação de que muitas vezes as mulheres eram escolhidas para funções que exigiam maior interação com civis pois não chamavam tanta atenção. Dessa forma, as mulheres encontravam maior facilidade para circular pelas ruas sem serem consideradas suspeitas. Funções como o transporte de armamentos e o trânsito de informações eram mais facilmente exercidas por pessoas do sexo feminino. É difícil afirmar até que ponto as organizações jogavam deliberadamente com este imaginário social. O fato é que de uma maneira ou de outra, mesmo que não evidenciado pela divisão mais igualitária do trabalho diário, as mulheres tinham na sua participação nas organizações revolucionárias a reprodução dos tradicionais papéis sociais a elas atribuídos e exercidos: de mãe, esposa e dona de casa via a exploração destas funções junto ao imaginário social.

Este estranhamento em relação à participação de mulheres que acabei de mencionar, se faz notar em diversas manchetes dos jornais guatemaltecos do período do conflito armado as quais, quando era o caso, destacavam a existência de mulheres dentre os “subversivos” e “terroristas”. O destaque dado para a presença de mulheres nestes grupos ocorreu em diversas outras situações, como no caso do Brasil, no qual a imprensa dava destaque freqüente para a presença de uma loira fatal, ladra de bancos, entre os “terroristas” (BASTOS, 2008). Essa afirmação da diferença, demonstra que o gênero do guerrilheiro era destacado apenas quando

este era feminino. Isso nos permite perceber, portanto, que era esperado que o “subversivo” fosse um homem, a neutralidade, o universal e o combatente óbvio era masculino. A surpresa, por outro lado, era quando este combatente fora da lei era uma mulher, no momento em que isso ocorria, o gênero do indivíduo tornava-se diferente à norma, merecendo assim ser evidenciado.

Ao analisarmos algumas das manchetes guatemaltecas essa questão fica clara. Quando dentre os combatentes capturados ou mortos não havia a presença de mulheres, o sexo do indivíduo não era mencionado: “Remédios e munições são confiscados de 3 subversivos mortos” (*Medicinas y municiones les toman a 3 subversivos abatidos*) – 25 de setembro de 1982; “27 subversivos e um soldado morreram durante enfrentamento” (*27 subversivos y 1 soldado perecieron en enfrentamiento*) – 28 de setembro de 1982. Entretanto, quando haviam mulheres entre os participantes, o sexo ganhava destaque: “Morrem 18 em um combate. Oito militares e dez guerrilheiros, três dos quais eram mulheres” (*Mueren 18 en un combate. Ocho militares y diez facciosos, três de los cuales eran mujeres*) – *si* data; “Mulher se matou com uma granada na presença das forças de segurança” (*Mujer se mató con una granada ante la presencia de fuerzas de seguridad*) (22 de fevereiro de 1982). A forte presença do corpo feminino é ainda mais evidenciada pela ausência de um corpo masculino. Ao passo que o primeiro aparece nas manchetes, “[...] o ausente corpo masculino continua a operar illicitamente como a norma” (BORDO, 2000, p.12).

#### 3.5.4 Juntando os pontos: características das participações femininas nas organizações revolucionárias

Ainda que os períodos ditatoriais e os grupos que se organizaram para combater os mesmos tenham tido características distintas em que cada um dos países da América Latina, é possível perceber, por meio dos trabalhos de pesquisa aqui mencionados e da fala das interlocutoras guatemaltecas, a exclusão das mulheres dos postos de decisão das organizações revolucionárias como uma constante. Como analisei acima, a dinâmica das organizações guerrilheiras latino americanas refletia – ainda que muitas delas buscassem construir um espaço mais



igualitário – as relações de poder entre os gêneros presentes nas camadas mais amplas das sociedades. Ainda que ocorresse uma clara exclusão das mulheres dos postos de decisão, as organizações revolucionárias representavam uma alternativa à norma social tendo em vista o ambiente mais harmônico e menos hierárquico que a maioria delas cultivavam entre seus integrantes.

Os cargos de apoio ocupados pelas mulheres seguiam as funções competentes às mesmas, enunciadas por Che Guevara, e foram uma constante nas diversas organizações revolucionárias que se estabeleceram no continente latino americano. As posições subalternas que as mulheres ocupavam não só refletiam idéias conservadoras e patriarcais, como eram utilizadas estrategicamente, tendo em vista que o corpo feminino não era percebido como sendo ameaçador.

Um outro ponto em comum em relação à participação feminina foi o adiamento das questões colocadas em pauta pelas mulheres. Ao seguir o caminho da revolução, os grupos revolucionários optaram muitas vezes por não reconhecer demandas tidas como “individualistas”. Sendo assim, por diversos países da América Latina, repetia-se o discurso de que o feminismo era um perigo, pois estava calcado em ideais individualistas e burgueses. Uma vez que o feminismo era visto como uma ameaça à conquista da revolução, para a maioria das mulheres, o encontro com a crítica feminista só foi possível a partir do distanciamento temporal e muitas vezes físico (exílio).

A participação feminina nas guerrilhas guatemaltecas seguiu, nos pontos acima mencionados, os padrões continentais. Obviamente, como em todo estudo de caso, diversas são as particularidades, as quais serão discutidas no próximo capítulo. O que é importante ficar claro, é que as experiências femininas nas organizações revolucionárias da América Latina possuem diversos pontos em comum, os quais merecem ser analisados com maior aprofundamento, pois os diálogos entre as experiências dessas mulheres é também uma conversa entre feminismos de todo o continente. Por conta das restrições de tempo e de espaço, esta pesquisa pôde dar conta apenas dos aspectos mais gerais relacionados à esta participação continental. A seguir, entrarei mais especificamente na participação feminina nas guerrilhas guatemaltecas e na análise de suas trajetórias pessoais.

## **4 NAS MONTANHAS E NAS CIDADES: PARTICIPAÇÃO DAS GUATEMALTECAS JUNTO AOS GRUPOS GUERRILHEIROS**

### **4.1 COMO QUANTIFICAR A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS GUERRILHAS?**

As mulheres estiveram presentes nas guerrilhas guatemaltecas desde os primeiros anos de existência destes grupos clandestinos. Entretanto, na primeira década de luta, os anos de 1960, ainda eram poucas as integrantes do sexo feminino, sendo que a participação das mesmas teve um aumento gradual ao longo dos anos de guerra civil e de certa forma acompanhou as transformações sociais na Guatemala. Sendo assim, enquanto nas décadas de 60 e 70 a participação guerrilheira feminina era baixa, esta teve seu ápice nas últimas décadas de conflito, os anos 80 e 90.

A intensificação da participação das guatemaltecas nos grupos guerrilheiros a partir da década de 1980 possui algumas possíveis explicações. Além das mulheres estarem ocupando mais espaços públicos, a participação feminina nas guerras dos países vizinhos Nicarágua e El Salvador foi inspiradora tendo em vista que naquelas duas nações a participação feminina foi significativa, principalmente após a vitória da FSLN na Nicarágua em 1979 (LUCIAK, 2001). Um outro ponto fundamental, é o fato da repressão por parte do Estado e conseqüentemente a quantidade de conflitos armados, terem se intensificado durante aquele período. Dessa forma, tornar-se guerrilheira representou também a possibilidade de sobrevivência para aquelas que viviam nas regiões mais atingidas pelos conflitos armados (analisarei este ponto mais adiante).

Ainda que a presença de mulheres nas organizações guerrilheiras guatemaltecas seja uma realidade, não é possível precisar a participação feminina em números e isso se deve a diversos fatores. Um deles é o desgaste político sofrido pela força guerrilheira guatemalteca na última década do conflito, fazendo com que diversos/as participantes saíssem dos grupos sem deixar registros oficiais. Ou seja, diversos/as dissidentes abandonaram a URNG com o intuito de não deixar rastros, marcas de um passado clandestino que buscavam esquecer e/ou apagar por conta das discordâncias políticas que se estabeleceram nos últimos anos de

conflito armado. Um segundo fator, apontado por Ilja Luciak (2001, p.26), é o clima de medo e tensão presente no país mesmo após a assinatura dos Acordos de Paz. Diversos/as ex-combatentes optaram por não “usufruir dos benefícios”<sup>49</sup> da desmobilização, pois não desejavam ser reconhecidos/as pela sociedade como ex-guerrilheiros/as, em virtude do preconceito social. Em um ambiente de forte tensão social, um passado de participação nas organizações armadas possivelmente viria acompanhado de um estigma social fundamentado nos rótulos amplamente difundidos pelo governo ditatorial em relação aos combatentes: terroristas, subversivos, detratores da ordem e da moral, etc.

Luciak aponta também a existência de um terceiro fator: a saída precoce das mulheres das organizações, as quais deixavam as frentes guerrilheiras sobretudo por conta da gravidez<sup>50</sup>. Esta também foi uma questão recorrente nas entrevistas que realizei. Grande parte das entrevistadas afirmaram que a gravidez fez com que elas mesmas, assim como muitas de suas companheiras, desistissem do combate ou que deixassem as organizações, ao menos temporariamente. Um quarto ponto é a invisibilidade histórica de diversos grupos étnicos, a qual fez com que a participação na luta armada de muitos grupos indígenas tenha sido “esquecida” e dessa forma, não computada. Esta invisibilidade deixa de fora um significativo número de pessoas tendo em vista que a base de apoio das organizações guerrilheiras, assim como diversos de seus combatentes, eram de comunidades indígenas. As mulheres *ixiles*, por exemplo, dizem não terem sido consideradas como ex-guerrilheiras, deixadas de lado pelas próprias forças revolucionárias, de forma que após o fim dos conflitos não encontraram seus nomes na lista de desmobilizados da URNG. Para elas, não foi dada nem mesmo a opção de se assumirem ou não como combatentes (ALARCÓN et.al., 2008, p.7).

Luciak (Op.cit.) aponta uma pesquisa realizada pela União Européia com os combatentes da URNG no momento da desmobilização, como uma das fontes de dados numéricos que mais se aproxima da realidade. Naquela ocasião, as mulheres representavam 410 (15%) dos 2778 combatentes entrevistados e 356 (25%) dos

---

<sup>49</sup> Os benefícios a que me refiro estão relacionados aos apoios de organizações locais e internacionais para os/as ex-combatentes com o intuito de integra-los/las à vida civil. Muitas pessoas, ainda que tenham perdido tudo, desde bens materiais até suas famílias, optaram por não receber benefícios em dinheiro e moradia para suas reintegrações.

<sup>50</sup> Neste momento não irei procurar me aprofundar nesta questão. Entretanto, ficará claro no decorrer do texto que a gravidez era utilizada como argumento para excluir as mulheres da participação nas organizações, principalmente no que tange os cargos de decisão.

cargos políticos. Estes dados, se comparados com a participação feminina nas guerrilhas nicaragüenses e salvadorenhas (apresentados no capítulo anterior), revelam que na Guatemala, a participação direta das mulheres na luta armada foi reduzida. Nos níveis de comando, é conhecida, virtualmente, a participação de apenas uma mulher, a Comandante Lola, do EGP, hoje deputada e integrante do partido da URNG. Lola é uma espécie de figura mítica, todas as vezes que eu entrava no assunto das lideranças guerrilheiras, seu nome surgia. Em nenhum outro momento me foi citado outro exemplo de mulher líder. Sua figura funcionava como um exemplo isolado, mas que ao mesmo tempo afirmava que havia uma possibilidade, ainda que restrita, das mulheres serem comandantes guerrilheiras.

Certamente, as estatísticas não revelam o verdadeiro número de mulheres que integraram as organizações revolucionárias, por conta dos fatores acima mencionados, de forma que é impossível afirmar quantas foram aquelas que lutaram na guerra civil guatemalteca. O que fica evidente, entretanto, é o silêncio que seguiu a participação feminina. Este silêncio das vozes femininas pode ser notado tanto na baixa produção bibliográfica que aborda suas participações no conflito, bem como o espaço restrito que ocupam no cenário político atual – principalmente quando analisamos especificamente a situação das ex-guerrilheiras, ao considerarmos que a URNG se tornou um partido político logo que o conflito terminou. Ao que tudo indica, a invisibilidade da participação feminina junto aos grupos guerrilheiros, não se deu por conta de uma suposta baixa participação das mesmas, mas sim dentro de uma tradição discursiva, historiográfica e literária que considera as mulheres como coadjuvantes e os homens como os sujeitos da guerra (ver considerações iniciais desta dissertação).

#### 4.2 PERFIL DAS INTERLOCUTORAS: SUAS HISTÓRIAS E SUAS EXPERIÊNCIAS

*Así como los caracoles gardan el eco del mar, así mi corazón  
ha retenido sus memorías, sueños y muertos (Yolanda Colom)*

A experiência guerrilheira guatemalteca é bastante subjetiva no que tange seus significados para cada uma das ex-combatentes e se deu de formas distintas

para cada uma das mulheres – de acordo com o modo de inserção, histórico familiar, classe, etnia, espaço ocupado junto às organizações revolucionárias, entre outros fatores. Algumas mulheres aderiram ao movimento armado como sua primeira experiência de luta política, outras por meio dos movimentos social ou estudantil, algumas, devido à crescente repressão, perceberam a luta armada como a única possibilidade de se conquistar mudanças sociais e de sobreviver. Muitas foram assassinadas e mortas por se simpatizarem e apoiarem as organizações guerrilheiras com “pequenos atos”, como o fornecimento de uma refeição à um/a combatente.

Ainda que se possa traçar diferentes níveis de participação das mulheres junto aos grupos revolucionários armados guatemaltecos, me restringi às mulheres que participaram oficialmente da luta armada, as quais se reconhecem como ex-combatentes e viveram uma experiência de clandestinidade. Dessas, o grupo que irei apresentar e analisar, possui também a característica de ser constituído por mulheres que hoje vivem em regiões urbanas, sobretudo na capital do país. Sendo assim, quando apresentar os perfis de cada uma das minhas interlocutoras, o leitor irá perceber que nenhuma delas é campesina<sup>51</sup>. Esse recorte se deu principalmente pelo fato de que os contatos que estabeleci com as minhas informantes chave (no qual empreguei a *snowball sampling*), terem me levado a mulheres ex-combatentes que hoje vivem em áreas urbanas, em sua maioria, ladinas ou mestiças (ver capítulo 2). Minha restrição às mulheres das camadas urbanas não foi apenas resultado da metodologia empregada, mas também uma escolha guiada pelo fato de grande parte das/os campesinas/os serem de origem indígena. Sendo uma pesquisadora estrangeira, percebi este fato como uma dupla barreira: tanto lingüística quanto de cosmo visão de mundo.

Como participantes oficiais dos grupos armados, as mulheres estavam inicialmente divididas, durante o segundo período de luta guerrilheira (1970-1996), em quatro organizações: ORPA (Organização do Povo em Armas), EGP (Exército Guerrilheiro dos Pobres), PGT (Partido Guatemalteco do Trabalho) e FAR (Forças Armadas Revolucionárias). Tive a oportunidade de entrevistar pelo menos uma ex-combatente de cada uma dessas organizações. Entretanto, tendo em vista que nos

---

<sup>51</sup> Ainda que não tenha entrevistado mulheres que na atualidade sejam campesinas, algumas de minhas informantes cresceram em famílias dedicadas à agricultura e que viviam em pequenas cidades. Gostaria de assinalar também que, as campesinas se fazem presentes neste estudo, por meio de seus relatos editados no livro *Memorias Rebeldes contra el olvido* (2008), de Rosalinda Alarcón.

últimos anos de guerra essas organizações combateram sob uma mesma denominação (URNG), optei por não realizar uma análise das falas das interlocutoras calcada nas particularidades de cada uma das organizações a que originalmente pertenciam. Sendo assim, as organizações originais não foram levadas em conta na análise dos perfis das combatentes, mas sim a organização final: a URNG.

As análises dos materiais, me indicaram a possibilidade de dividir os perfis das mulheres combatentes em torno de dois eixos principais: o primeiro eixo, tem como objetivo analisar de que forma as mulheres aderiram às organizações armadas e divide-se entre: a) As mulheres que integraram os grupos revolucionários por uma questão de sobrevivência e b) As que se juntaram às guerrilhas por conta de suas participações e/ou aproximação com movimentos sociais. Esta divisão de perfis foi feita, pois o modo de inserção das mulheres junto aos grupos guerrilheiros, ou seja, suas redes de contato e de relações pessoais, é crucial para se compreender não apenas a maneira pela qual elas se envolveram com as organizações, como também as razões pessoais que as levaram ao caminho da luta armada.

O segundo eixo tem como objetivo analisar os espaços que as mulheres ocuparam durante o tempo em que participaram das guerrilhas: a) Guerrilheiras das montanhas e b) Guerrilheiras das frentes urbanas. Esta divisão justifica-se pois, a geografia neste caso foi crucial para determinar o tipo de experiência vivida e conseqüentemente a percepção das combatentes em relação à guerra. As montanhas guatemaltecas são locais de extensa vegetação, onde a alimentação, higiene e condições mínimas de conforto são escassos. Por estarem localizadas em regiões remotas do país, foram palco dos conflitos armados mais sangrentos. Ir para a montanha era também ir de encontro ao combate, era viver em um ambiente extremamente militarizado. Nas cidades, as combatentes viviam em um ambiente mais familiar, mas tinham que se esforçar para manter a clandestinidade. Os conflitos armados eram mais restritos e as relações de poder entre os integrantes das organizações um pouco mais igualitárias. Sendo assim, combater na montanha ou nas cidades definia também o tipo de função que as mulheres exerciam junto às organizações, assim como as bases de suas experiências.

Antes de analisar as experiências das guatemaltecas ex-combatentes sob o foco dessas duas divisões principais, é necessário apresentar minhas interlocutoras.

Para tanto, optei por fazer um breve resumo de suas trajetórias pessoais e de suas relações com as organizações armadas. Foram destacados não apenas pontos em comum entre as interlocutoras, mas também características e acontecimentos que elas mesmas deram destaque durante nossas conversas.

#### 4.2.1 As interlocutoras

##### **Carmen Julia**

Espanhola, ainda seu país trabalhou no comitê de solidariedade à Guatemala. Aos 34 anos, em 1988, decidiu apoiar a luta revolucionária guatemalteca de perto:

Eu vinha dos comitês de solidariedade na Europa. Éramos parte da coordenação do comitê internacional europeu em solidariedade com a luta do povo da Guatemala [...] e dávamos apoio direto aos diferentes povos que estavam em luta naqueles anos.

Carmen se mudou para a América Central e ingressou oficialmente no EGP. Durante 9 anos fez parte de uma frente guerrilheira nas montanhas. Ao deixar a luta guerrilheira, após os Acordos de Paz, ela trabalhou durante 4 ou 5 anos em comunidades na região de Ixcán. Voltou à capital em 2002 e desde então trabalha na Fundação Guillermo Toriello. Nunca mais voltou a viver na Espanha, “Me sinto mais daqui (Guatemala) do que de lá”, diz ela.

##### **Patrícia Castillo**

Entrou nas organizações revolucionárias aos 17 anos de idade por meio do movimento estudantil. Aos 22 entrou para a clandestinidade. Durante sua participação no EGP trabalhou nas atividades de formação política e de organização (logística). Castillo fez parte de uma equipe especializada em apoiar o Estado maior do EGP atividade esta, que disse não poder explicar em detalhes. Com o final da guerra, ela passou a trabalhar na Fundação Guillermo Toriello, onde está até os dias atuais. Patrícia é casada com um companheiro de origem indígena, o qual conheceu na guerrilha. Em relação aos planos pessoais, a interlocutora dedica parte do seu tempo para finalizar seu mestrado em políticas públicas.

## **Lin Valenzuela**

Entrou para as FAR aos 14 anos, em 1974, por meio do seu envolvimento com o movimento estudantil, movida pelo sentimento de que as manifestações e resistência pacífica à ditadura já não eram suficientes.

Porque se vai às ruas, às manifestações, estávamos em desacordo com um exército de ocupação que naquele momento estava ali, com as atrocidades que cometiam. Isso te vai radicalizando o pensamento e por isso que o mesmo vai tomando forma na luta e vai aprofundando o desejo de fazer síntese para fazer parte da luta político militar que eu estive participando.

Lin Valenzuela deixou a luta guerrilheira apenas após a assinatura dos Acordos de Paz, já em 1997. Durante todo o tempo em que esteve na guerrilha trabalhou na área de comunicação e propaganda. Lin trabalha na Fundação Guillermo Toriello desde que deixou a luta armada, sendo assim esta é a primeira e única experiência de emprego formal que possui. Inicialmente trabalhou diretamente com os desmobilizados e atualmente dedica-se ao setor de projetos sociais. Está cursando licenciatura em história pela Universidade de Havana. É casada com um companheiro dos anos de guerrilha e possui dois filhos.

## **Rubilia**

Entrou para o PGT (então URNG), aos 19 anos, em 1994. Deixou a luta armada após a assinatura dos Acordos de Paz. Sua primeira função na organização foi o transporte de armas. Decidiu, pouco tempo depois de ingressar na organização, pedir para ir à montanha junto com seu companheiro. Rubilia ingressou na montanha grávida de seu primeiro filho, mas decidiu não comunicar a ninguém para que não fosse impedida de lutar. Ficou na montanha por dois anos – intercalados com o nascimento do seu bebê. Desceu um pouco antes do fim da guerra para fazer um curso de segurança do partido na Cidade da Guatemala. Desde então Rubilia se tornou segurança do agora partido, URNG, a única mulher a exercer essa atividade, a qual envolve o manuseio e/ou porte diário de arma de fogo. Rubilia é divorciada e possui um filho.



### **Carmela Marroquín**

Aderiu à luta armada pois sua mãe, uma combatente, foi capturada e assassinada pelo exército fazendo com que ela, seu irmão e sua irmã, ainda crianças, ficassem sós. Sem outra alternativa, em momentos diferentes, os três entraram para as guerrilhas. Entretanto, Carmela não foi diretamente para as áreas de combate. Ela ficou em exílio no México, apoiada pela organização revolucionária. A decisão de aderir às frentes guerrilheiras nas montanhas foi pessoal, movida segundo ela por um impulso:

Ou seja, meu destino era ficar lá (México) e não ir para a montanha. Mas pela idade que eu tinha... Quando eu fui para a montanha eu tinha 15 anos, creio que 18. Agora não me lembro. Tinha 18 anos! A inquietude era diferente aos 18 anos. Uma pessoa toma decisões mais: “Bem, isso é o que eu quero fazer, não me importa o resto”.

Durante o tempo em que estive na montanha trabalhei como radista, ou seja, fazia, via rádio, a comunicação entre as diferentes frentes de combate. Quando deixei a luta revolucionária, Carmela trabalhou com refugiados na fronteira com o México. Atualmente não se envolve com nenhuma atividade política, ainda que visite amigos na sede da URNG periodicamente. Carmela tornou-se cabeleireira, é casada e possui dois filhos.

### **Maria Tuyuc**

Entrou para o movimento revolucionário (ORPA) por meio do movimento estudantil, em 1979, aos 19 anos de idade. Dois anos mais tarde deixou sua casa definitivamente para ir à montanha. Na guerrilha, Maria fez um pouco de tudo, pois, como fazia parte de uma frente que entrava em muitos combates, ela afirma que sua atividade principal era o combate propriamente dito. Do grupo das minhas interlocutoras, ela é a única indígena, mas viveu na capital durante toda sua vida. Proveniente de uma família de 9 irmãos, teve que trabalhar desde cedo e por meio das limitações que vivia no seu cotidiano compreendeu o sentido da luta revolucionária. Maria e mais três de seus irmãos (todos homens), fizeram parte das frentes guerrilheiras das montanhas, mas ela foi a única que sobreviveu. Hoje ela é

casada com um companheiro com quem lutou nos tempos de guerra e está prestes a se formar em direito.

### **Yolanda Colom**

Yolanda completou seus estudos de magistério em um colégio católico, onde além de aprender uma profissão, dedicou-se ao serviço voluntário, viajando assim às regiões mais remotas de seu país. Dessa forma, ela conheceu a realidade guatemalteca e anos mais tarde iria perceber a similaridade dessa realidade com a de outros países, durante uma viagem pela América Latina. Yolanda ingressou para o EGP no início da década de 70, junto com seu então marido. Na ocasião, ela foi escolhida para ir à montanha e ele para integrar as frentes urbanas. Yolanda estava grávida quando se envolveu com o movimento guerrilheiro. Depois de ter o bebê, o entregou aos cuidados de sua mãe, pois iria para a frente as frentes das montanhas. Ela destaca a vontade dos/as combatentes em se unir a esta divisão guerrilheira:

Então, eu era daquelas que naquele tempo considerava que para realmente exercer a militância revolucionária no país o ideal era a montanha. Um pouco com toda a mística de Che Guevara e toda a mística de Cuba. Toda essa mística, não é verdade? Que é uma apreciação um pouco romântica e unilateral das lutas revolucionárias. Mas eu era, digamos, uma expoente dessa mentalidade. Desde que eu busquei a militância, eu aspirava junto à militância ir às montanhas.

Nas montanhas ela conheceu o líder guerrilheiro Mario Payeras, o qual seria seu companheiro até 1995, ano em que ele faleceu, quando o casal ainda estava em exílio no México. Na guerrilha, ela se dedicou sobretudo à formação política dos novos integrantes. Ao regressar à Guatemala, após a assinatura dos acordos de paz, Yolanda Colom se dedicou ao magistério e à formação política por meio de oficinas e da Função Manuel Argueta Colom. A fundação leva o nome do seu tio, um político liberal, cujo assassinato foi um dos marcos decisivos para o início dos conflitos armados. Na atualidade, seu irmão, Álvaro Colom, é o presidente do país. Ainda que ele tenha um cargo político de tamanha importância, ela não se envolveu mais na política partidária, pois diz não acreditar na mesma.

### **Sandra Morán**

Iniciou sua participação política por meio do movimento estudantil, aos 14 anos de idade. Quando questionada sobre a participação política de sua família, Sandra diz que seu tio, o qual fez parte das organizações revolucionárias, era para ela uma referência. Ao ingressar na Universidade de São Carlos fez parte das organizações estudantis universitárias e por meio das mesmas se envolveu com o EGP, aos 19 anos, em 1979. Durante os cerca de 4 anos que fez parte das frentes urbanas do EGP dedicou-se principalmente à propaganda revolucionária e à organização clandestina universitária. Teve que sair ao exílio, pois sua vida estava ameaçada e viveu no México por 14 anos. Durante esse tempo se dedicou a denunciar as atrocidades que ocorriam em seu país e a apoiar os refugiados. Sandra também fez parte de um grupo de música, que compunha e gravava canções revolucionárias, as quais eram enviadas para as frentes de luta na selva: “Estávamos lá fora, mas ao mesmo tempo estávamos aqui dentro”.

### **Yolanda Gómez**

Iniciou sua participação na vida política, segundo ela, com “coisas pequenas”. Na sua comunidade em Amatitlán, sempre que havia algum tipo de problema, como por exemplo, a colocação de asfalto, Yolanda se envolvia. Sua família sempre esteve envolvida na política, seu avô foi preso político e seu pai era forte simpatizante do movimento guerrilheiro, sendo que recebia combatentes em sua própria casa. No final de 1975 ela entrou para o EGP. Suas principais funções eram as comunicações, propaganda e formação política da população. Durante 10 dias foi seqüestrada pelo exército e ao ser solta teve que, por segurança, sair em exílio ao México durante alguns meses. Quando retornou à Guatemala ela mudou de organização e juntou-se à ORPA, mas seguiu trabalhando com as comunicações. Hoje Yolanda é jornalista, profissão essa que desejava seguir desde criança. Ao falar de sua experiência nas frentes urbanas da URNG, Yolanda destaca que a) Poderia ter estado nas montanhas: “Os companheiros sempre me diziam: do grupo que há no Amatitlan, a única que possui condições de subir à montanha, de ter um posto de liderança era eu”. b) Existiam diversas mulheres em cargos de direção nas divisões urbanas: “Nós éramos várias. Em alguns momentos estive na

área de direção. Ali estava bastante equilibrado naquele momento, é verdade. De 7 pessoas, éramos 3 mulheres e 4 homens”.

#### 4.3 INSERÇÃO NOS GRUPOS GUERRILHEIROS: OS MOTIVOS DAS COMBATENTES

De uma forma geral, os motivos apontados pelas mulheres para justificar sua adesão à luta revolucionária não estão ligados a inquietações de cunho feminista. Ou seja, as guatemaltecas não se envolviam com os grupos armados por reivindicarem novos espaços de atuação política para as mulheres de forma que, participar das organizações revolucionárias não era percebido como uma questão de gênero. O sociólogo Ilja Luciak (2001, p.27), detectou esta mesma característica em sua pesquisa e afirma que as razões levantadas pelas ex-guerrilheiras da América Central eram bastante genéricas e dessa forma muito similares às dos homens, quer dizer, os motivos mencionados relacionavam-se a toda a sociedade e não a questões individuais: “muitas aderiram à luta por conta de uma convicção de que as condições da Guatemala tinham que ser mudadas, algumas sofreram de um sentimento de insegurança logo após o assassinato de seus familiares, enquanto outras ingressaram nas guerrilhas junto aos seus familiares”<sup>52</sup> (LUCIAK, 2001, p.27).

As entrevistas que realizei com ex-combatentes revelam os mesmos motivos apontados por Luciak, assim como a existência de um sentimento coletivo como norteador das decisões pessoais. Por conta de uma percepção da necessidade de transformações amplas e universais, as mulheres utilizaram corriqueiramente as palavras: injustiça social, busca pela justiça, pobreza, necessidade de mudança, inconformidade, entre outras, para descrever a adesão revolucionária:

Quando eu me incorporei à luta revolucionária eu pensava que eu não queria que houvesse gente pobre, que não... Como eu tinha 14 anos eu pensava, bem, que gostaria que todos pudessem se vestir, que os meninos e meninas que vejo na rua não morram quando chover no inverno, que tenham casa e que possam comer pelo menos 3 vezes ao dia (Lin Valenzuela).

---

<sup>52</sup> “[...] many women joined out of a conviction that conditions in Guatemala had to be changed, some sought greater safety following the assassination of family members, while others joined the guerrillas together with their family”.

As questões relacionadas com a infância, com os problemas do povo. E creio que isso me deu vontade de fazer algo, que naquele momento da minha vida não sabia o que era, mas estava fazendo algo que acreditava que poderia surtir mudanças (Yolanda Gómez).

Eu havia participado com ele (seu tio), mas em partido político, a democracia cristã era parte disso, quando eu era criança o apoiava. Então, a partir dessa relação e a partir de uma decisão pessoal de buscar uma forma de encontrar justiça, de construir justiça, de apoiar as pessoas eu aderi ao movimento revolucionário (Sandra Moran).

Pode se perceber por meio dos fragmentos das entrevistas, o uso de palavras relacionadas à coletividade para justificar as decisões individuais em participar das organizações guerrilheiras. Ainda que houvesse uma sensibilidade comum àquelas que seguiram a luta guerrilheira, os meios e as redes de contato que elas articulavam para se incorporar aos grupos variaram, assim como suas origens econômicas, sociais e étnicas, as quais eram cruciais para a escolha do caminho pela luta armada.

O que é interessante na concepção de luta coletiva acima mencionada, é que, independente da classe social que as mulheres eram provenientes, este sentimento permanecia. Yolanda Colom, por exemplo, é de uma família tradicional e atuante na política partidária. Segundo ela, sua aproximação das reivindicações campesinas se deu ainda jovem, pois havia lecionado ao longo dos anos em áreas remotas de seu país e estava familiarizada com a situação de miséria da população destas regiões. Na sua concepção, a luta revolucionária era necessária para modificar a situação de desigualdade econômica dessa camada marginalizada da população em relação aos mestiços e ladinos das regiões urbanas. Já no caso de Maria Tuyuc, de origem muito pobre, a luta coletiva a incluía diretamente, pois, além de ser uma busca por melhores condições para o povo da Guatemala, era também uma possibilidade de transformar suas próprias condições materiais. Tuyuc lutava por uma causa que não apenas conhecia, mas que vivenciava diariamente: “Quando eu entrei no movimento me falavam das necessidades que, não somente eu, mas que muitas famílias passavam e da possibilidade de transformar essa sociedade” (Maria Tuyuc).

Os exemplos de Tuyuc e Colom demonstram que a idéia de uma luta coletiva, destinada ao povo da Guatemala, independia das classes sociais das quais as mulheres eram provenientes. O que as diferenciava era a perspectiva do resultado da guerra – caso o movimento revolucionário viesse a vencê-la – tendo em vista

que, apesar de Colom e Tuyuc terem vislumbrado a possibilidade de viver em uma sociedade mais justa, para a segunda isso acarretaria uma melhoria direta em suas próprias condições de vida. Já para Colom, suas condições materiais pouco mudariam – quem sabe seriam até mesmo ameaçadas – tendo em vista sua origem social privilegiada. Ainda que os motivos gerais apontados pelas mulheres estivessem no âmbito da coletividade, haviam questões pessoais que influenciaram diretamente a decisão de pegar em armas. Para muitas, o movimento revolucionário não era apenas uma escolha, mas significava também a possibilidade de sobrevivência.

#### 4.3.1 Regiões devastadas: a inserção nas guerrilhas como possibilidade de sobrevivência em meio à guerra

O primeiro grupo que irei descrever e analisar é representado aqui pelas interlocutoras Carmela Marroquín, Rubilia e Yolanda Gómez. Trata-se de um grupo composto principalmente por mulheres camponesas e indígenas que viviam em cidades pequenas e em aldeias – regiões onde os conflitos armados foram extremamente intensos. Eram de famílias pobres ou de classe média baixa e elas ou suas famílias, tinham, na maioria dos casos, relações estreitas com suas comunidades. Para essas mulheres, as questões inerentes à classe social e etnia, foram cruciais para que se envolvessem com as organizações armadas. Digo isso porque os motivos relatados por elas para terem se envolvido com os grupos revolucionários, além de estarem intimamente ligados a um sentimento de justiça social para as suas famílias e todos/as aqueles/as provenientes de classes mais baixas, também estavam relacionados à necessidade de defesa de suas próprias vidas. Como irei explicar a seguir, naquela situação de polarização social, as camadas mais pobres e de etnia indígena eram percebidas como apoiadoras das frentes guerrilheiras e por isso constituíam um dos principais alvos da repressão militar.

Para entender a trajetória dessas mulheres é necessário acompanhar algumas das situações pelas quais passaram as suas comunidades. As pequenas cidades, comunidades e aldeias em que viviam, eram áreas de população

predominantemente pobre e indígena. Situadas perto das montanhas, tinham um longo histórico de exploração econômica por parte de grupos mais abastados. Grande senhores de terra que dedicavam sua produção ao agro negócio vinham, ao longo dos anos, exercendo a força para tomar as terras dos mais pobres. Com isso, não só diversas populações perderam legalmente o local em que viviam há anos, como também passaram a ser exploradas economicamente, pois viraram empregadas de grandes corporações. Esta situação que se arrastava por longa data, sem que o Estado interviesse e tomasse providências, fez com que diversos grupos de pessoas se organizassem – antes mesmo da repressão do exército se intensificar – com o intuito de reivindicar direitos humanos básicos, sendo o principal deles a posse legal das terras em que viviam.

Com o passar dos anos a repressão do Estado aumentou e as reivindicações dos camponeses, assim como a dos indígenas, além de não serem atendidas passaram a ser duramente coibidas. Sendo assim, as manifestações públicas foram proibidas e diversos atos de intimidação foram cometidos por parte dos sucessivos governos militares. Essa repressão aumentou o nível de indignação das populações, bem como a necessidade de uma maior organização das comunidades para enfrentar a violência institucionalizada. Dessa forma, grupos que até então estavam “conformados” com sua situação de miséria, passaram a dialogar uns com os outros com o intuito de trocar experiências em relação a difícil situação que vinham sofrendo. Líderes locais construíram uma ampla rede de contatos, a qual dentre outras coisas, permitia que pessoas de diferentes comunidades passassem um tempo em outras localizações para que houvesse um maior conhecimento da situação geral. Aos poucos, por meio das trocas e dos diálogos, essas populações marginalizadas passaram a compartilhar da idéia de que aquilo que viviam não era um simples fruto do destino. Rigoberta Menchú resume o sentimento de inconformismo que tomou conta daquelas populações: “a situação não é motivo de sorte, mas sim de algo que nos foi imposto”<sup>53</sup> (MENCHÚ, 2000, p.146).

Além da organização dos camponeses e indígenas por meio de redes de contato e em movimentos sociais, houve também um forte movimento de resistência das comunidades à violência promovida pelo Estado conhecido como Comunidades de Populações em Resistência (CPR). As CPRs, eram comunidades formadas nas

---

<sup>53</sup> la situación no es una suerte que nos ha tocado sino que es algo que nos han impuesto.

montanhas por pessoas originárias de diversos grupos que tiveram que deixar suas casas, pois tinham suas vidas ameaçadas ou estavam sendo obrigadas a trabalhar e viver sob a tutela do Estado nas aldeias modelo. Ainda que a maioria dessas pessoas fossem de origem indígena, haviam diversos/as mestiços/as e ladinos/as. Seus/as integrantes abdicavam do pouco que possuíam na tentativa de preservar suas próprias vidas e juntos construía(m) as mais variadas armadilhas<sup>54</sup> para poderem se defender dos ataques dos militares. Um documento intitulado Comunidades de População em Resistência – CPR (sem data/19?), explica o que eram essas organizações civis:

Chamam-se de População em Resistência porque souberam enfrentar valentemente a repressão criminal, persecução e o arrasamento de seus pertences pelo exército. Pelo amor à pátria, à sua terra e o grau de consciência, decidem se organizar e se unir com outros grupos para não se submeterem às patrulhas civis, aldeias modelo, trabalhos forçados baixo o controle do exército e nem se refugiarem. Optam por um novo estilo de vida com muitos sacrifícios e esforços. Com muitas limitações de recursos econômicos<sup>55</sup> (CPR, 19?,p.1).

Os sacrifícios que as populações civis integrantes das CPRs tinham que enfrentar eram inúmeros, pois na maioria dos casos, as pessoas que decidiam partir para essas comunidades das montanhas carregavam apenas a roupa do corpo, tendo em vista que familiares haviam sido mortos, seus lares e poucos pertences completamente destruídos pelos militares. Privados de um teto, comida, roupas, enfim, de suas necessidades básicas, os integrantes das CPRs além de lutarem contra as armas do exército, tinham que se adaptar a condições de vida ainda mais precárias do que haviam tido antes. Como se pode perceber, além da guerrilha, as CPRs e o exílio, eram algumas das poucas alternativas – se é que podemos chamá-las de alternativas – que milhares de pessoas possuíam para preservar a vida e a dignidade.

---

<sup>54</sup> O livro da jornalista Elisabeth Burgos: *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (2007), descreve em detalhes os tipos de armadilhas utilizadas contra o exército.

<sup>55</sup> Se les llama población en resistencia porque han sabido enfrentar valientemente la criminal represión, persecución y arrasamiento de sus pertenencias por el ejército. Por el amor a la patria, a su tierra y el grado de conciencia deciden organizarse y unirse con otros grupos para no someterse a las patrullas civiles, aldeas modelo, trabajos forzados bajo el control del ejército y ni refugiarse; optan por un nuevo estilo de vida con muchos sacrificios y esfuerzos con muchas limitaciones de recursos económicos.



A história de vida de Rigoberta Menchú<sup>56</sup>, presente no livro da jornalista Elisabeth Burgos: *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (2007), é bastante esclarecedora da situação descrita acima. Rigoberta, a qual fez parte de uma CPR junto com a sua família, teve sua mãe, pai e um de seus irmãos torturados e assassinados pelas forças armadas. Mesmo assim, ela decide que deve continuar na luta por sua comunidade por meio do movimento campesino. Ainda que sob forte perseguição, Rigoberta Menchú não deixou de atuar nos movimentos sociais, mas teve que, em certo momento, buscar exílio no exterior. Após alguns meses de exílio na França, Rigoberta retornou para a Guatemala e seguiu lutando pelos direitos humanos. Suas duas irmãs mais novas, as quais tinham articulações com grupos de guerrilheiros, optaram por um caminho distinto: a luta armada nas montanhas. Apesar de haver uma aparente escolha sobre qual caminho seguir, uma coisa era certa: o destino das três irmãs era o de serem assassinadas. A história de vida de Rigoberta Menchú e sua família é apenas uma dentre milhares. Ela mesma aponta em diversas passagens de seu livro que o fato de reconhecer que o seu sofrimento não era isolado, mas que estava ocorrendo com inúmeras pessoas, fez com que ela tivesse forças para seguir na luta e não pensasse exclusivamente na sua sobrevivência.

Assim como esse caso mundialmente conhecido<sup>57</sup>, uma de minhas interlocutoras, Carmela Marroquín – de origem pobre e campesina – relatou uma história de vida similar. Após ter sua mãe assassinada pelo exército, Carmela e seus dois irmãos entraram para as organizações revolucionárias. Ela ainda era muito jovem, 11 anos de idade, mas devido a ausência da chefe de família, percebeu que a única chance de sobreviver era aderindo às organizações armadas. Carmela afirma que não buscou a luta revolucionária, mas sim que a mesma a buscou. Ou seja, para ela, devido sua idade e situação socioeconômica, não parecia haver nenhuma possibilidade de escolha sobre que caminho seguir. Carmela, então muito jovem, foi acolhida pela ORPA, de forma que sua infância e adolescência foram marcadas pela participação nesta organização. Ela relata brevemente este período de sua vida:

---

<sup>56</sup> Rigoberta Menchú recebeu o prêmio Nobel da Paz em 1992 por conta de sua atuação na defesa dos direitos indígenas.

<sup>57</sup> A biografia de Rigoberta, redigida por Elisabeth Burgos já alcançou sua vigésima edição. Entretanto, vale ressaltar que diversos dos trechos geraram polêmica, pois há uma desconfiança sobre a veracidade de certos trechos da obra.

Realmente, eu me “alistei” devido a perda da minha mãe que foi seqüestrada pelo exército. Devido ao seu desaparecimento nós tivemos que sair do nosso lugar [...]. Por conta disso, começou uma nova vida, totalmente. Porque eu tinha mais ou menos 11 anos, minha vida era estudar, estar ali, éramos três irmãos e minha mãe era viúva. Nossas condições econômicas eram...era uma extrema pobreza, verdade? Sem pai (Carmela Marroquín).

Como afirmou Rigoberta Menchú em seu relato biográfico, sua situação – assim como a de Carmela – não eram exceções. Essas duas mulheres demonstram que a luta revolucionária “buscava” diversas pessoas, pois em meio a uma situação de repressão extrema, poucas alternativas restavam para aqueles/as que não comungavam com as idéias e princípios do governo ditatorial. Da mesma forma, ser de uma condição étnica e econômica específicas, levantava suspeitas e relacionava as pessoas pobres e de origem indígena à figura do/a guerrilheiro/a. Para estas, o caminho da luta armada era traçado tanto por suas escolhas pessoais, quanto pela estigmatização sofrida, a qual não deixava muitas alternativas de defesa.

Podemos concluir que esses dois casos demonstram que, além da inserção no movimento revolucionário por conta de uma vontade pessoal, as pessoas que viviam em comunidades vistas como cúmplices dos guerrilheiros ou envolvidas em movimentos sociais, sofriam uma espécie de “absorção” pelas organizações de esquerda armada. Ou seja, em uma situação de profunda divisão da sociedade, aqueles/as que estavam envolvidos/as na liderança de suas comunidades ou não aceitavam as imposições do governo, eram rotulados de comunistas e terroristas, de forma que viravam alvo direto dos militares. A aliança com os grupos guerrilheiros, além das afinidades política e ideológica, dava-se também como forma de proteção contra os massacres realizados pelo exército em diversas regiões e territórios indígenas do país.

#### 4.3.2 Fazer parte do movimento revolucionário: redes de contato das combatentes de origem rural

O recrutamento de civis para as organizações revolucionárias raramente se dava de forma individual nas regiões predominantemente rurais, ou seja, na maioria dos casos, uma série de pessoas da mesma família envolvia-se com as guerrilhas. Yolanda Colom justifica que esse recrutamento “familiar” se dava pelo fato de as populações indígenas terem uma concepção distinta de organização, a qual gira em torno do grupo e não do indivíduo. Segundo ela, não era raro que, após um grupo de revolucionários estabelecer contato com um/a civil com o intuito de recrutá-lo/a, este/a chegasse à primeira reunião marcada junto a diversos membros de sua família. Para Colom, essa estrutura em que a informação, ou melhor o segredo, tinha uma conotação coletiva e não individual, trazia muitas riquezas, mas também problemas, pois o envolvimento de diversas pessoas se dava por meio do chamamento de um/a líder da comunidade e não por motivos e convicções pessoais. Sendo assim, em alguns casos a adesão ao movimento revolucionário não era a representação de uma vontade do indivíduo mas sim da coletividade a qual pertencia.

Essa estrutura de recrutamento pode ser percebida nas falas de grande parte das mulheres que viviam em pequenas cidades, pois elas descrevem uma espécie de presença gradual das organizações guerrilheiras em suas vidas diretamente relacionada às suas famílias e comunidades. Tendo em vista que o apoio e a participação nos grupos armados eram atividades que tinham que ser mantidas em sigilo, as ex-combatentes relatam que aos poucos – devido principalmente ao fato de ainda serem crianças quando as suas famílias começaram a se envolver com os grupos guerrilheiros – foram percebendo o envolvimento de seus pais e familiares com as guerrilhas. Suas lembranças descrevem o medo em relação aos/as combatentes, sussurros no meio da noite e a presença de homens/mulheres desconhecidos/as em suas casa:

Mas eu me recordo, como que no início dos anos 60, quando havia recém começado a luta armada, como em sessenta e pouco. Eu me lembro que éramos muito pequenos e que o meu pai saía de noite e me lembro que com voz baixinha ele conversava com os outros “isso e aquilo” e imaginávamos o que estava ocorrendo. Éramos muito pequenos e isso nos marcou bastante (Yolanda Gómez).

Antes de entrar na guerra, bem, eu venho de uma família muito pobre, vivíamos em uma aldeia, ouvíamos falar dos guerrilheiros, eu tinha muito medo dessa gente. Sempre que diziam que eles

andavam por ali eu não saia da minha casa. Quando, de repente, um dos meus irmãos me disse:

- Você viu um dos guerrilheiros?
- Não, eu não vi. Eu não quero vê-los.
- Por que?
- Porque são maus.

As pessoas falavam muito mal deles.

- Não. Me disse. Saiba que eu sou um deles (Rubilia)

Essas ex-combatentes revelam que a luta armada não apareceu em suas vidas da noite para o dia, mas sim no decorrer de diversos acontecimentos e principalmente do reconhecimento dos laços diretos ou indiretos que tinham com esses grupos. À medida que familiarizavam-se com a presença e existência dos/as guerrilheiros/as em suas comunidades, desenvolviam também um maior conhecimento em relação aos motivos que fundamentavam a luta revolucionária. Este conhecimento provocava em muitas um sentimento de identificação, pois estava calcado na perspectiva de mudança. Rubilia, por exemplo, a qual demonstrou em sua fala medo em relação aos desconhecidos armados que circulavam em sua aldeia, passou a se simpatizar com eles quando soube que seu irmão também era um combatente. Ao mesmo tempo, este lhe explicou os motivos que o levaram a se juntar aos grupos armados – luta pela justiça social, por melhores condições de vida para as populações que ali viviam, etc. – fazendo com que a jovem vislumbrasse para ela a possibilidade de também buscar pela sua justiça. Entretanto, como ficará claro na fala da própria Rubilia, ela, como mulher, irmã e filha mais velha, não poderia se juntar imediatamente à guerrilha, pois tinha que responder junto ao lar. Como seu irmão mais velho já havia se integrado aos grupos revolucionários, na sua ausência Rubilia teria que tomar para si certas responsabilidades:

Com meu irmão me interei sobre o porquê. Foi assim que eu disse: então me vou. Porque antes tinha medo. Mas ele se arrependeu em dizer que eu fora, porque tinha que tomar conta dos meus irmãozinhos e da minha mãe, porque o meu pai era muito complicado, ele gostava de beber e sempre andava brigando em casa. Então meu irmão me disse: “se eu e você formos, então a mamãe ficará sozinha com os irmãos pequenininhos” – porque somos dez irmãos. Por isso naquela época não fui (Rubilia).

Tempos mais tarde, após a família de Rubilia mandar os filhos para a capital, com o intuito de distanciar os mesmos dos constantes conflitos e do envolvimento com os grupos armados, ela encontra na rua um combatente, amigo de seu irmão.

Após envolver-se amorosamente com o guerrilheiro, ela junta-se aos grupos revolucionários, mesmo com a reprovação familiar e dessa forma abdica da responsabilidade de ajudar sua mãe a cuidar de seus irmãos menores.

As outras duas interlocutoras que fazem parte deste grupo, Carmela Marroquín e Yolanda Gómez, integraram-se aos grupos revolucionários por motivos diferentes dos de Rubilia. Da mesma forma, traçaram redes de contatos junto aos grupos guerrilheiros que, apesar de fundamentadas em suas famílias, tiveram pontos específicos que as distinguem umas das outras.

Carmela Marroquín, como disse anteriormente, teve sua mãe assassinada e saiu de sua casa ainda criança, junto com a ORPA. Apesar de Carmela ter sido acolhida pela organização, a ORPA teve o cuidado de mandar a menina para o exílio no México, de forma a não recrutar-la ainda criança. Ainda que ela vivesse a vida do grupo revolucionário ajudando na organização de suas estruturas, o combate nunca havia feito parte de sua realidade, pois estava para lá da fronteira. Entretanto, mesmo no exílio, Carmela decidiu participar efetivamente dos combates armados que estavam sendo travados em seu país e retornou para a Guatemala. Foi por meio do contato com um grupo de cubanos que ia se juntar às guerrilhas guatemaltecas, os quais lhe explicaram suas razões ideológicas para se integrarem à luta armada, que Carmela decidiu tornar-se guerrilheira. Segundo ela, a decisão de ir para a guerra estava relacionada ao fato de ser jovem, impulsiva e não pensar com cuidado as conseqüências de suas escolhas. Ao mesmo tempo em que justifica seu alistamento por conta de uma vontade da sua juventude, Carmela afirma não entender como foi que agüentou tantos anos de guerra e sacrifícios pessoais. Ela descreve:

A oportunidade se apresentou, me juntei com um grupo de companheiros que vinham de Cuba, vinham para nos preparar. Eles iam para a montanha e quando eles me contaram sobre essa experiência, isso me inquietou bastante. Então eu disse: “me vou com vocês” e ninguém me deteve. [...] Eu estive quatro anos na montanha, de 1988 até 1993. Quatro anos de vida, principalmente quando se é mulher, bastante difíceis. Não sei como foi que agüentei, porque quatro anos é bastante tempo para se ter uma vida de guerra (Carmela Marroquín).

Já Yolanda Gómez, teve o contato gradual com o movimento guerrilheiro – iniciado ainda em sua infância – intensificado ao longo dos anos e durante todo este

tempo essa relação perpassava diretamente pelos seus familiares. Diversos membros de sua família haviam entrado oficialmente para os grupos guerrilheiros e à medida em que ela se envolvia com os problemas e as demandas de sua comunidade, Yolanda Gómez se aproximava ainda mais dos grupos revolucionários então em crescimento. No seu caso, ser uma líder comunitária a colocava na posição de pessoa suspeita, tendo em vista que, para as forças do exército, qualquer atividade de reivindicação era percebida como distúrbio da ordem. Juntar-se ao movimento revolucionário era uma espécie de efeito causado pelo seu histórico familiar e da sua participação junto à comunidade, a qual a tornava automaticamente uma “subversiva”.

O caso de Yolanda Gómez e das demais mulheres citadas nestas duas últimas subseções demonstram que, para aquelas que viviam em pequenas cidades e comunidades isoladas, a guerra fazia parte de suas realidades cotidianas. O conflito civil se fazia presente não apenas por conta dos combates que presenciavam, mas principalmente devido a repressão do Estado. Sendo assim, como já foi mencionado, juntar-se aos grupos guerrilheiros era uma forma de lutar por uma melhor qualidade de vida, por seus familiares, assim como de sobreviver.

No que diz respeito às redes de contato das combatentes de origem rural, podemos afirmar que para estas mulheres, participar oficialmente da luta revolucionária era apenas um passo a mais a ser dado, pois de certa forma, os laços com estes movimentos já haviam sido estabelecidos por suas famílias, seus históricos de luta comunitária e por suas próprias comunidades. Sendo assim, as redes de contato para chegarem aos grupos guerrilheiros, perpassavam por pessoas com quem tinham fortes relações pessoais. Para essas mulheres, as armas não eram uma escolha individual, mas sim coletiva, calcada nas opções feitas por suas famílias e comunidades de origem. A guerra de certa forma as absorveu e se a morte era algo que estava intimamente relacionado ao cotidiano de suas vidas, ir para o combate era uma das poucas alternativas que lhes restavam.

#### 4.3.3 Ambiente acadêmico: possibilidade de envolvimento político

Como demonstrado no terceiro capítulo, ao longo do século XX as guatemaltecas foram ganhando espaço nas universidades locais. O número de estudantes mulheres cresceu exponencialmente, de forma a aproxima-las cada vez mais de um ambiente de possibilidades – de troca de informações, de conhecimentos e de movimentação política. Nas escolas de educação secundária, a presença de estudantes mulheres tornava-se uma realidade cada vez mais comum e os grêmios estudantis eram presença constante em manifestações políticas. Durante décadas de mudanças profundas no cenário político nacional, marcadas pela derrocada da Revolução Liberal e os sucessivos Golpes de Estado que culminaram no conflito civil, o movimento estudantil crescia como forma de resistência à ditadura. As mulheres, cada vez mais presentes tanto na educação secundária, quanto universitária, passaram a fazer parte de organizações estudantis que criticavam os regimes autoritários na Guatemala.

Ao passo que a repressão aumentava, a crítica dos estudantes ganhava maiores proporções. Diferentemente das guerrilheiras provenientes das regiões isoladas, diretamente afetadas pela guerra civil, as estudantes das camadas urbanas não viviam o conflito armado em seus cotidianos, de forma que a adesão aos grupos clandestinos não era percebida como possibilidade de sobrevivência. Pode-se dizer até mesmo que muitas imaginavam o que estava ocorrendo no interior do país, mas não tinham um alcance mais concreto das atrocidades que estavam sendo cometidas por parte do exército. Obviamente, por estarem inseridas em ambientes de produção de conhecimento, essas mulheres tinham também informações privilegiadas se comparadas com o restante da população guatemalteca, que tinha acesso apenas às informações oficiais do governo ditatorial. Sendo assim, mesmo que não conhecessem de perto as batalhas que estavam sendo travadas nas montanhas, tinham um grande conhecimento do nível de repressão que estava sendo instaurado.

Neste sentido, para estas mulheres, as organizações revolucionárias era algo a que buscavam, uma vontade de se aprofundar nas lutas sociais. Sendo assim, elas foram de encontro com as organizações clandestinas, configurando portanto, diferentes redes de relações que direcionavam-se para a incorporação. Pode-se dizer que para elas, a participação nas organizações revolucionárias foi uma escolha pessoal, a qual perpassava pela reflexão sobre as condições sociais da maior parte do povo guatemalteco, assim como das opções políticas existentes naquele

momento. Certamente, a reflexão crítica está diretamente relacionada ao ambiente acadêmico, ao contato com leituras e informações diversificadas e à descrença em uma democracia de fachada. Os meios democráticos, já não eram percebidos como mais uma opção para modificar os quadros do governo, tendo em vista que além das sucessivas eleições fraudulentas, qualquer tipo de manifestação social era fortemente reprimida. Dessa forma, sem espaço para que fosse estabelecido algum tipo diálogo com o governo, a resistência estudantil foi aos poucos ganhando ares de combate:

Eu, quando me meti na luta, já tinha lido muito, já tinha analisado muito e havia estudado muito a realidade do meu país. O suficiente para me convencer de que essas estruturas, esse sistema, não tem solução desde dentro. Se eu houvesse acreditado nisso, o teria feito e trabalhado desde dentro (Yolanda Colom).

A fala de Yolanda revela uma descrença em relação à democracia, como se a situação já estivesse tão desestruturada que mudanças internas não eram mais suficientes. Restava apenas o caminho da revolução, do combate direto e da profunda transformação das estruturas de poder. Me arrisco a afirmar – mesmo com a ausência de estatísticas – que a maior parte das mulheres de origem urbana teve sua inserção no movimento revolucionário motivada pelo ambiente acadêmico e o movimento estudantil. Estes espaços permitiram o compartilhamento de experiências e informações restritas a grande parte da população urbana – principalmente da capital – tendo em vista que o governo cultivava o imaginário de que os conflitos estavam em um lugar distante, nas montanhas e regiões isoladas que diversos guatemaltecos de origem urbana não conheciam e portanto, pouco se identificavam. A integração junto aos grupos clandestinos foi uma escolha pelo caminho do combate, em meio a uma sociedade extremamente polarizada, na qual o Estado intensificava uma verdadeira política de terror.

4.3.4 Fazer parte do movimento revolucionário: redes de contato das combatentes de origem urbana



As mulheres provenientes das camadas urbanas tiveram uma inserção nas organizações armadas revolucionárias diferente daquela vivida pelas mulheres de origem campesina. Ao contrário das campesinas, as quais tinham sua inserção nas guerrilhas marcada por uma espécie de envolvimento conjunto às suas famílias, as então jovens das cidades, envolviam-se de forma mais individualizada, ou seja, as rede de contatos que as levavam ao movimento clandestino não tinha uma base familiar direta, mas perpassava principalmente por relações de amizade. As mulheres com quem conversei destacaram o ambiente das escolas e das universidades como o principal local onde se dava o primeiro contato com a vida política e, em um segundo momento, com as organizações armadas:

Me incorporei à luta social primeiro através do movimento estudantil eu era da coordenadoria dos estudantes de educação média e participei de organizações sociais. Estive em um sindicato de trabalhadores da universidade de Rafael Andigua e logo me incorporei à luta guerrilheira, à luta político-militar (Lin Valenzuela).

Eu comecei a participar do movimento popular como estudante secundária, aos 14 anos. Logo me incorporei a uma participação mais organizada, estruturada no EGP, quando já estava na Universidade de São Carlos. Então eu já estava, era parte das organizações estudantis da faculdade de ciências econômicas da universidade de São Carlos. Aderi em 1979 aos 19 anos e bem, eu aderi ao EGP pois já participava de movimentos, buscava outras formas de participação (Sandra Moran).

Ambas interlocutoras estavam envolvidas diretamente no movimento estudantil e ocupavam espaços políticos na universidade e escola em que estudavam. Elas descrevem a inserção nos grupos revolucionários como a continuação de uma luta social que já estava sendo travada, de uma participação política presente em suas vidas. Dessa forma, o recrutamento dessas mulheres pelas organizações armadas se deu no contexto do movimento estudantil, o qual integrava, junto a diversos segmentos da sociedade, a resistência à ditadura. Ainda que muitas encarassem as organizações revolucionárias como uma próxima etapa da luta de resistência, havia uma forma particular de se recrutar novos integrantes para as organizações nas áreas urbanas. Segundo o relato de Yolanda Colom esse recrutamento baseava-se sobretudo na discrição e em um efeito do tipo bola de neve, no qual uma pessoa que já integrava um grupo guerrilheiro convidava outra pessoa que julgasse apta à luta clandestina. Durante a segunda entrevista que

realizei com Yolanda, ela descreveu de forma detalhada como se davam os contatos entre os/as jovens estudantes e os membros das organizações revolucionárias:

Na época que eu me incorporei não se conhecia publicamente (as organizações). Ou seja, eram completamente clandestinas e secretas. Então os que já estavam lá dentro, você sabia não é verdade? Éramos amigas, companheiras de estudo, então você era militante, mas eu não sabia e você tampouco me dizia. Mas você mirava alguém e dizia: Ah, vou conhecer mais a essa pessoa, vou conhecer melhor essa vizinha, ou essa companheira de estudos, porque vejo o que ela fala, o que ela lê. Mas você já está com a idéia de ver se em algum momento vai falar com a pessoa sobre a luta, ou vai falar para a organização sobre essa pessoa, para que a própria organização busque a melhor maneira de aborda-la. Mas de tal maneira, que se diz sim é secreto, mas se diz não é secreto também. Ou seja, os que andavam recrutando naquele tempo também se asseguravam que a pessoa, quando dizia que não, também não ia comentar por aí. Você ficava calado para que não se evidenciasse que você estava metido naquilo. Havia todos esses cuidados. Mas no meu caso eu também andava buscando. Então, eu andava buscando, mas também meu marido tinha alguns amigos. Para nossos amigos dizíamos: se abordarem vocês, diga que nós também queremos (Yolanda Colom).

A fala da interlocutora revela que apesar das organizações atuarem na clandestinidade, havia o conhecimento ou suspeita, sobre quem eram os integrantes das mesmas. Esses integrantes suspeitos eram percebidos, por aqueles/as que estavam ansiosos/as em participar da luta revolucionária, como possibilidades de contato para a integração ao movimento. Como descreveu Yolanda, havia uma atmosfera de suspense que envolvia esses recrutamentos ou seja, você sabia que poderia ser chamado, mas ao mesmo tempo, quando estava certo sobre a vontade de participar das organizações, avisava aqueles/as que integravam sua rede de contatos e aguardava. Diversos cuidados eram tomados para não evidenciar quem eram os novos e antigos integrantes, de forma que discrição era fundamental. É interessante perceber que, a interlocutora fala de dois tipos de recrutamento: daqueles/as que iam de encontro aos grupos e daqueles/as que eram convidados pelos mesmos. Os/as que eram convidados eram observados durante algum tempo, poderiam dizer que não iriam participar e a forma como estas pessoas evidenciavam aquilo em que acreditavam – leituras, discursos, etc. – era crucial para o convite.

Ainda que nas falas das interlocutoras seja destacada a relação entre a inserção no movimento revolucionário e o ambiente acadêmico, quando questionadas sobre a participação de outros membros de suas famílias junto às

organizações armadas, as ex-combatentes afirmaram que não eram as únicas pessoas de suas famílias a participar de movimentos considerados de esquerda. Algumas entrevistadas afirmaram não terem tido parentes próximos entre os guerrilheiros, mas ao menos um de seus familiares tinha atuação política significativa, fosse em movimentos sociais ou em partidos políticos que resistiram à ditadura. Certamente, as redes de contato das mulheres de origem urbana não estavam diretamente vinculadas às suas relações de parentesco, mas a participação de um ente querido, foi para muitas, uma forma de se identificar e de se aproximar das propostas das organizações, ao menos inicialmente. Como demonstra a fala de Sandra Morán, a referência de uma pessoa próxima e admirada, respaldava a decisão pessoal de participar ativamente do movimento revolucionário:

Por outro lado, dentro da minha família, um tio meu, ele havia sido seqüestrado por um tempo e saído ao exílio. Então eu tinha uma referência clara de sua participação. Eu havia participado com ele, mas em partido político [...]. Então, foi a partir dessa relação e a partir de uma decisão pessoal de buscar uma forma de encontrar a justiça, de construir a justiça, de apoiar as pessoas (Sandra Morán).

Nenhuma das guatemaltecas que entrevistei aderiu à luta de forma totalmente isolada. Ainda que o envolvimento político de suas famílias não fosse determinante para que elas se envolvessem com as organizações clandestinas, pois não integravam diretamente as redes de contato que as levaram aos grupos revolucionários, todas tinham uma pessoa de referência. Assim como o caso de Sandra, existia sempre ou uma figura política forte e admirável em suas famílias ou outros familiares já haviam se juntado aos combatentes, servindo assim de exemplo a ser seguido. Podemos concluir dessa forma que, mesmo que os contatos para o recrutamento não perpassassem diretamente pela estrutura familiar, a relação de seus familiares com a política local ou com as próprias organizações, era crucial para uma decisão final. Esta relação direta ou indireta de suas famílias com o movimento revolucionário rompia a barreira do medo, assim como as apresentava para um universo pouco conhecido, tendo em vista que nas áreas urbanas, os combates diretos eram raramente vivenciados de forma que a luta armada chegava até mesmo a ser desconhecida para muitos.

Após o período de integração junto às organizações revolucionárias, as mulheres iniciavam uma vida de clandestinidade, fosse nas áreas rurais ou urbanas.

A clandestinidade, vinha muitas vezes de forma gradual, ao passo que as relações das novas integrantes e as organizações de solidificavam. Como integrantes oficiais das organizações, as combatentes eram delegadas a atuar em duas frentes principais: a urbana e a das montanhas.

#### 4.4 GUERRILHEIRAS DAS MONTANHAS E GURRILHEIRAS DAS FRENTE URBANAS

As diferenças nas experiências das mulheres aparecem principalmente quando refletimos em relação às categorias guerrilheiras das montanhas e guerrilheiras urbanas. Ir à montanha, como afirmou Yolanda Colom, “era a vontade de todo combatente”, uma vez que o imaginário guerrilheiro daquele período estava calcado sobretudo na guerrilha cubana – a qual se deu principalmente nas montanhas daquele país. Sendo assim, muitas pessoas integravam as organizações clandestinas sob a expectativa de que atuariam no ambiente da selva, com armas nas mãos e vivenciando intensos combates.

Obviamente, nem todos/as poderiam subir para lutar nas montanhas, uma vez que existiam tarefas que tinham que ser cumpridas nas áreas urbanas, como o transporte (de armas, de alimentos e de pessoas), o cuidado dos filhos das/os combatentes, logística, comunicações e até mesmo o próprio combate. Aptidões pessoais e físicas também eram levadas em conta pelas organizações no momento da designação para as áreas urbanas ou as montanhas. Um indivíduo com problemas respiratórios crônicos, por exemplo, não poderia ser destinado às montanhas, assim como uma pessoa que havia trabalhado anteriormente em atividades de logística, provavelmente seria aproveitada para integrar os quadros urbanos. Entretanto, mesmo sabendo que seus desejos pudessem não ser atendidos, grande parte daqueles/as que se juntavam às organizações, pediam para lutar na divisão das montanhas. Como mencionado acima, haviam diversas demandas estruturais que tinham que ser cumpridas e nem todos/as tinham condições pessoais e físicas para o combate em meio à selva. Sendo assim, o pedido de ir à montanha frequentemente não era atendido.

As frentes urbanas – colocadas como segunda opção por grande parte dos/as novos/as integrantes – além de serem as bases logísticas da luta nas montanhas e o principal destino de diversas combatentes, também funcionavam muitas vezes como um rito de passagem para aqueles/as que viriam a integrar as frentes das montanhas, principalmente para aquelas/es que eram provenientes das cidades. Todas as entrevistadas relataram exercer algum tipo de atividade nas áreas urbanas antes de serem convocadas para subirem às montanhas. As funções que exerciam previamente nas cidades funcionavam como uma espécie de preparação, de adaptação à condição clandestina, ao combate, familiarização com a estrutura guerrilheira, etc. Outras, ficaram todo o tempo nas frentes urbanas, desde a incorporação até a desmobilização.

Apesar da constante ameaça à vida, da clandestinidade e muitas vezes do exílio, as mulheres das frentes urbanas não lidavam tanto com o combate direto quanto aquelas que iam às montanhas. Outro ponto que diferenciava as combatentes das cidades das combatentes das montanhas, era o fato de não obedecerem rigidamente uma estrutura militarizada, de forma que vivenciaram relações menos hierarquizadas. Certamente, essas condições resultaram em diferentes experiências e percepções da guerra civil. A seguir, analisarei as experiências das ex-combatentes, tendo como referencial principal a divisão entre as frentes de luta urbana e da montanha.

#### 4.4.1 Guerrilheiras das Montanhas

Das nove interlocutoras entrevistadas que participaram da luta revolucionária, sete estiveram nas montanhas. Sendo assim, é importante lembrar que a experiência guerrilheira guatemalteca se deu sobretudo nas montanhas, no interior do país, pois foram nestes locais que ocorreram os maiores focos de tensão. Ainda que diversas/os combatentes fossem oriundas/os das cidades, de uma forma geral, as pessoas que viviam nas regiões mais urbanizadas estavam muitas vezes indiferentes ao conflito pelo fato de não vivenciá-lo diretamente. Tanto os combates armados como as piores atrocidades, ou seja, os massacres, ocorreram nas regiões interioranas. Portanto, as pessoas que participavam do movimento revolucionário

nas montanhas vivenciaram com maior intensidade o clima de guerra instaurado no país. Esse contraste sobre a percepção da guerra entre as pessoas das cidades e as do interior aparece na fala de Maria Tuyuc:

Digamos, aqui na Guatemala, na capital, não há a consciência da magnitude do nível de repressão que se alcançou naqueles tempos se comparado com o interior da república. Há muita gente que ainda se pergunta: “Por que o conflito armado? E por que isso e por que aquilo outro?”. Então é necessário compartilhar um pouco.

Ir para a montanha poderia ser a vontade de uma maioria de combatentes, os/as quais compartilhavam do imaginário da guerrilha cubana. Entretanto, a idéia romântica de se pegar em armas, estava aquém da realidade da selva, a qual provocava sofrimento físico e mental. A selva fechada, a falta de luz, a umidade, a dificuldade para encontrar mantimentos, enfim, as adversidades do local, somadas aos combates constantes entre os/as guerrilheiros/as e o exército torna difícil imaginarmos que diversos combatentes foram capazes de ali viver durante anos. Mario Payeras, em obra clássica *Los días de la selva* (2002) relata as dificuldades da guerrilha Edgar Ibarra, um grupo de quinze pessoas que reiniciou o movimento guerrilheiro guatemalteco em 1972, grupo este que mais tarde viria a se transformar no EGP. Como demonstra Payeras, todos/as aqueles/as que se dispuseram a lutar nas montanhas, encontraram um mundo novo, no qual tinham que sobreviver, reaprender como caminhar (entre a vegetação sufocante), escutar (os novos sons) e falar (baixo para não ser detectado):

Durante os primeiros dias nos empenhamos em aprender as verdades elementares da selva. Chegávamos em um mundo triste, onde apenas com o tempo nossa inteligência aprendia a encontrar pontos de referência. Sem estes a bússula tornava-se um instrumento inútil. Logo aprendemos que era melhor esquecer a praga dos zamcudos e dos jejenes. O canto melancólico da guancolola marcava as horas naqueles primeiros dias de chuva e solidão. Aprendemos a distinguir as folhas boas para envolver tamales e conhecemos o bejuco do qual se obtem chá e é ao mesmo tempo resistente para a construção de casas [...]. Enquanto isso, aprendemos a nos orientar de forma rudimentar, utilizando a luz e as mudanças do terreno. Pouco a pouco nos aventurávamos naquele silêncio de mariposas e vaga-lumes<sup>58</sup>(PAYERAS, 2002, p.25).

<sup>58</sup> Estos primeros días los empleamos en aprender las verdades elementales de la selva. Llegábamos a un mundo triste, donde solo con el tiempo aprendía la inteligencia a encontrar puntos de referencia. Sin éstos, la brújula era un instrumento inútil. Pronto aprendimos que la plaga de zancudos e jejenes más valía olvidarse. El canto melancólico de la guancolola marcaba las horas aquellos primeros días de lluvia y soledad. Aprendimos a

Payeras foi um dos combatentes pioneiros da década de 70. No decorrer de seu livro ele segue descrevendo as condições da luta nas montanhas e relata o estado lastimável que muitos de seus companheiros se encontravam após algum tempo no meio da selva: os pés cortados, a palidez causada pela falta de luz solar, o cansaço e a má nutrição eram inerentes à condição de combatente. A condição real do combatente das montanhas, como demonstra Payeras, pouco tinha haver com o imaginário revolucionário que se construía em torno de personalidades heróicas como Che Guevara e Fidel Castro. As dificuldades descritas pelo autor, assim como a realidade concreta dos/as guerrilheiros/as, ficam evidentes nas palavras de Yolanda Colom quando ela comenta sua reação na ocasião de seu primeiro encontro com a frente guerrilheira do EGP da qual faria parte:

Conheci os companheiros quando ainda estavam muito remendados, fracos, pálidos. Vê-los em estado tão lamentável foi impactante. Apenas fazendo esforços de abstração consegui me persuadir de que eram meus companheiros de luta e um dos baluartes da revolução no meu país<sup>59</sup> (COLOM, 2007, p.35).

Como demonstram as falas de Payeras e Colom, ser guerrilheiro/a nas montanhas era estar em uma situação bastante adversa, pois além dos combates armados havia também as adversidades geográficas, de clima e impostas pela fauna local. Das sete informantes que estiveram na luta guerrilheira das montanhas, a maioria viveu na selva – ainda que intercalado com momentos de vida urbana – por mais de cinco anos, sendo assim, pode-se dizer que viveram intensamente o cotidiano da guerra. São elas: Carmela Marroquín, Carmen Julia, Lin Valenzuela, Maria Tuyuc, Patricia Castillo, Rubilia e Yolanda Colom. Dessas, Rubilia foi a que ficou menos tempo na montanha, cerca de dois anos.

As condições de vida nas montanhas, como mencionado, eram bastantes precárias e como o/a leitor/a pôde perceber, afetavam diretamente a saúde daquelas/es que combateram nesses locais. Para as mulheres, essa era uma situação particularmente delicada pois as combatentes tinham que lidar com a

---

distinguir las hojas buenas para envolver tamales y conocimos el bejuco del que se obtiene té y es a la vez resistente para el amarre de casas. [...] Mientras tanto, aprendimos a orientarnos rudimentariamente, utilizando la luz y los acontecimientos del terreno. Por de pronto nos aventurábamos poco en aquel silencio de mariposas y luciérnagas.

<sup>59</sup> Conocí a estos compañeros cuando todavía andaban muy remendados, flacos, pálidos. Verlos en tan lamentable estado fue impactante. Solo haciendo esfuerzos de abstracción lograba persuadirme de que eran mis compañeros de lucha y uno de los baluartes de la revolución de mi país

inconveniência mensal da menstruação. Segundo os relatos de ex-combatentes presentes do livro *Memórias rebeldes contra el olvido* (ALARCÓN et. al., 2008), a menstruação causava situações que agravavam-se naquelas condições. As indisposições físicas como a cólica e as dores no corpo não tinham como ser minimizadas, sendo até mesmo agravadas por conta da precariedade local. As mulheres tinham que lidar também com condições de mínima higiene, de forma que não havia absorventes disponíveis nem água para banharem-se e tinham apenas uma muda de roupa, a qual, quando suja não poderia ser trocada. Para muitas mulheres de origem indígena, o sangramento era uma novidade, pois como eram muito jovens e provenientes de famílias conservadoras, elas nunca haviam ouvido falar deste acontecimento. Sendo assim, a descoberta da sexualidade ocorria em meio a pessoas fora de suas relações íntimas e em condições de extrema precariedade.

Uma outra situação de dificuldade era a gravidez. Muitas mulheres ficavam grávidas nas montanhas e passavam os meses iniciais – em alguns casos até quando agüentavam – participando dos combates. Isso significava não apenas envolver-se diretamente na luta armada, mas também longas caminhadas, noites ao relento e a má alimentação. As mulheres desciam das montanhas para terem seus filhos, algumas retornavam meses depois e outras deixavam a vida de combatente. Seja qual fosse a decisão da guerrilheira, a situação provocava uma série de conflitos pessoais, pois principalmente para aquelas que queriam prosseguir nas montanhas, havia a decisão de abdicar temporariamente do cuidado do recém-nascido. Como para as mulheres grávidas o distanciamento da vida nas montanhas era iminente, muitas optavam por não revelar a gravidez até o momento em que a mesma não era passível de ser escondida. Dessa forma, além de viverem em uma situação de extrema dificuldade, não podiam compartilhar com ninguém suas dores e conflitos.

Além da das/os combatentes terem que lidar com seus corpos debilitados, havia também a questão psicológica. A vida nas montanhas significava isolamento. Com exceção dos momentos em que os grupos guerrilheiros desciam para as comunidades próximas, com o intuito de conquistar apoio local, as relações pessoais eram estabelecidas basicamente entre os integrantes das organizações. Dessa forma, além de terem suas relações restritas a um pequeno número de pessoas, as/os combatentes tinham poucas informações de suas famílias, amigos e demais



acontecimentos. Sendo assim, os sentimentos de perda, saudade e solidão eram comuns. As comunicações eram escassas, pois naquele tempo as opções eram a troca de cartas e o rádio, de forma que as “novidades” chegavam remotamente. Havia também a possibilidade de se adquirir informações sobre a vida que foi deixada para trás quando alguns dos integrantes iam em missões para a cidade ou de lá retornavam. A clandestinidade para quem ia para as montanhas era portanto, uma ruptura brusca com o passado, significava a abdicação de conforto material, restrições na higiene pessoal e a separação familiar.

#### 4.4.2 Guerrilheiras das cidades

As organizações guerrilheiras não estavam restritas à luta nas montanhas de forma que diversas atividades e até mesmo combates ocorriam nas cidades. As áreas urbanas, principalmente a capital, eram bases tanto militares como organizacionais. Dentre as minhas interlocutoras, apenas duas estiveram em tempo integral nas frentes urbanas: Yolanda Gómez e Sandra Morán.

As pessoas que participavam das frentes urbanas, assim como as/os combatentes das montanhas, também viviam na clandestinidade. Tudo o que faziam era por meio de documentação falsificada, desde a identidade, até carteira de motorista e a declaração de rendimentos econômicos, a qual era utilizada principalmente para o aluguel de casas que serviam de base para a organização. Sendo assim, a interação dos integrantes das organizações com a população era rotineira, diferentemente da vivida pelos participantes das frentes das montanhas, os quais viviam a maior parte do tempo em total isolamento. Dessa forma, apesar de todas as dificuldades e cuidados para não envolver diretamente pessoas de fora das organizações em situações adversas, as/os combatentes das cidades podiam, de certa forma, contar com suas redes de contato tradicionais. Sendo assim, mesmo na clandestinidade e na eminência de serem capturadas pelo exército, essas pessoas não abdicavam totalmente de suas vidas pessoais. Obviamente, isso não quer dizer que suas vidas não fossem completamente transformadas, pois sendo suspeitos e clandestinos, seus movimentos, palavras e comportamentos tinham de ser a todo momento monitorados. Entretanto, existia um pequeno espaço de relação com suas

vidas “reais”, como nos demonstra um caso relatado por Yolanda Gómez, a qual foi acolhida pela prefeita de sua cidade – por conta da antiga participação de sua família junto ao município – em um momento de grande perseguição.

As cidades foram locais de luta armada, sobretudo na década de 80, quando os conflitos entre militares e organizações guerrilheiras se intensificaram. Segundo Mario Payeras (2006), apenas no primeiro semestre de 1981 foram realizadas 17 operações de guerrilha urbana na capital, a Cidade da Guatemala<sup>60</sup>, as quais envolviam seqüestros, ataques surpresa a funcionários do governo militar, bem como ataques a locais símbolos do conflito armado, como a companhia petrolífera Chevron<sup>61</sup>, percebida pelos combatentes como um dos emblemas do imperialismo<sup>62</sup>. Como ressalta o autor, até aquele ano não havia ocorrido baixas entre os combatentes urbanos, demonstrando assim, um alto nível de organização dos grupos clandestinos e de planejamento militar no ambiente da cidade. Além de servir aos combates, as estruturas urbanas eram o principal centro de fornecimento de suprimentos para as guerrilhas da selva, como armas, comida e fonte de contato com outros países e movimentos internacionais. A propaganda pró-movimento revolucionário espalhava-se nesses locais, tendo em vista que nas regiões mais urbanizadas concentrava-se uma grande parte da população guatemalteca. Panfletos informativos eram entregues em pontos de ônibus, universidades, mercados, etc. Por conta da demanda em informar a população sobre a atuação dos grupos guerrilheiros e a grande repressão que se estabelecia no interior do país, diversas pessoas que integravam os grupo revolucionários dedicavam-se à propaganda clandestina.

No que tange as experiências femininas, podemos afirmar que as divisões urbanas eram mais igualitárias em relação à divisão de cargos e funções entre homens e mulheres (irei analisar este assunto na próxima seção). Apesar das frentes urbanas estarem inseridas em uma organização político-militar, estas não seguiam estruturas militarizadas tão rígidas quanto nas montanhas, de forma que neste ambiente a estrutura era mais horizontal, culminado assim em divisões de

---

<sup>60</sup> Segundo Payeras (2006), naquele ano haviam um pouco mais de um milhão de habitantes vivendo na capital.

<sup>61</sup> Em maio de 1981, na véspera do dia do trabalho, um grupo de combatentes urbanos atacou com bombas as reservas petrolíferas da Chevron, provocando assim uma grande explosão e um dos maiores ataques urbanos do país (PAYERAS, 2006, p.23).

<sup>62</sup> Surpreendentemente, a referência ao inimigo “Imperialismo” pouco apareceu nas falas de minhas interlocutoras. Apenas uma delas, Maria Tuyuc, fez menção direta a este assunto: “Então o principal inimigo eram as oligarquias e então o exército que defende os interesses dessa oligarquia e um Estado que igualmente está em função dessa oligarquia. E nós dizíamos também que nosso outro inimigo era o imperialismo Yankee.

poder menos hierárquicas. Como mencionado em páginas anteriores, grande parte das participantes mulheres que pertenciam às divisões urbanas integravam grupos de apoio nos quais não havia grandes disparidades na proporção entre homens e mulheres. Um dos motivos que podemos mencionar em relação a grande presença feminina nas cidades é a situação descrita por Linda Lobão (1998), na qual as mulheres eram designadas para cargos que exigiam uma maior interação com a população, pois não levantavam tantas suspeitas.

Ao compararmos as condições em que se encontravam as guerrilheiras urbanas e a das montanhas, podemos tirar algumas conclusões. A primeira é que as mulheres que estiveram nas frentes urbanas conviveram em um ambiente mais familiar, de forma que a clandestinidade não perpassava por questões de adaptação profunda em relação ao ambiente físico. Certamente essas mulheres tiveram que estabelecer novas relações com as cidades em que viviam e conseqüentemente isso significava readaptação, pois tiveram que aprender a desconfiar de tudo aquilo que lhes parecia tão comum. Entretanto, nas montanhas, como mencionado, havia uma necessidade de adaptação muito mais difícil, pois envolvia condições geográficas e sociais completamente distintas das que diversas mulheres estavam acostumadas. Se o ambiente de atuação das mulheres combatentes significava realidades distintas, isto iria se refletir também nas divisões de cargos e funções inerentes a estas duas frentes de combate, como ficará claro a seguir.

#### 4.5 ESPAÇOS OCUPADOS PELAS MULHERES NAS ORGANIZAÇÕES GUERRILHEIRAS DAS MONTANHAS E DAS CIDADES

El grado de desarrollo de una revolución, estará en función del grado de participación de la mujer en ella  
(Guatemala en lucha, março de 1987)

Como mencionei anteriormente, o número de mulheres que atuaram nos grupos revolucionários armados aumentou gradativamente ao longo do tempo. Nos primeiros anos de vida das organizações guerrilheiras, poucas eram as participantes do sexo feminino, mas com o passar do tempo, não apenas um número maior de

mulheres buscava a participação nessas organizações, como também foi relatada uma maior abertura dos próprios grupos guerrilheiros para a inserção de mulheres.

As organizações guerrilheiras não se opunham diretamente à participação feminina em seus quadros. Não havia, de acordo com as minhas informantes e os documentos consultados, uma resistência – ao menos verbalizada – ao recrutamento de mulheres. Mas, ao analisarmos a questão das lideranças nesses grupos, aí sim encontramos uma clara divisão sexual. Já repeti ao longo desta dissertação o nome da Comandante Lola, a única mulher a possuir um cargo de liderança militar. Com a exceção de Lola, nenhuma outra mulher ocupou tal posição, ao menos oficialmente. Segundo Patrícia Castillo, o problema em relação a participação feminina não era quantitativo, mas estava relacionado aos cargos e funções desempenhadas pelas mulheres :

Mas eu penso que quantitativamente não era o problema. O problema é que havia uma participação fundamentalmente à nível de base, aí era muito mais numerosa a participação de mulheres. Na medida que, digamos, se estruturavam níveis superiores de responsabilidade, aí é que se começava a dar a pirâmide, digamos, de exclusão, a qual se dá ao longo de toda a nossa sociedade e as organizações revolucionárias não eram a exceção. (Patrícia Castillo).

Como Patrícia Castillo mencionou, as organizações guerrilheiras refletiam as divisões sexistas presentes na sociedade guatemalteca como um todo. Dessa forma, encontramos mais uma vez as mulheres desempenhando ocupações de base. No caso das guerrilheiras urbanas, eram destinados cargos que demandavam maior contato com a população, dentre os quais estavam a comunicação, a formação política e o transporte de armas. Dentre as guerrilheiras das montanhas, o quadro pouco mudava, sendo a comunicação via rádio e a formação política – a qual incluía o ensino do espanhol para os indígenas – algumas das atividades mais comumente desempenhadas pelo sexo feminino. Tanto nas cidades e principalmente nas montanhas, não podemos deixar de lado os combates armados, cuja participação, em certa medida independia do cargo principal dos/as integrantes. Entretanto, segundo Yolanda Gómez, possuir funções de liderança, ainda que nas camadas médias, poupava as pessoas dos combates constantes.

Essas funções que mencionei acima, eram as atividades centrais que as mulheres desempenhavam, mas, como as organizações guerrilheiras tinham que

dar conta de uma série de demandas em meio a uma estrutura precária por conta da clandestinidade e de recursos financeiros escassos, era comum que as pessoas se ocupassem de diversas demandas simultaneamente.

O que ao meu ver surpreende, é a incoerência dos grupos revolucionários, os quais se propunham a representar e lutar pelos direitos das camadas excluídas da sociedade, mas reproduziam de maneira explícita a pirâmide de poder presente na mesma. Ou seja, os segmentos da sociedade que sofriam opressão podiam participar da luta comunal, mas não havia uma preocupação em tê-los representados nos níveis mais altos de decisão. Ainda que fique evidente que os espaços de liderança foram ocupados sobretudo por homens, principalmente por aqueles provenientes de camadas de classe média/alta e de origem ladina, curiosamente, a palavra de ordem no interior dessas organizações era “igualdade”. Diversas interlocutoras afirmaram que não percebiam claramente a necessidade de se debater questões especificamente relacionadas às mulheres, pois no movimento revolucionário, havia uma constante reafirmação de que todos estavam em busca da igualdade:

Na formação política era incluído tudo isso, os direitos das mulheres, dos homens, dos seres humanos. Uma palavra chave era a igualdade, ou seja, ao falar da igualdade, quero dizer que eu e o companheiro tínhamos os mesmos direitos e as mesmas responsabilidades. [...] Não havia confrontação entre o homem e a mulher. Nesse tempo tínhamos tão internalizada a palavra igualdade (Carmela Marroquín).

Certamente a igualdade neste caso estava condicionada ao esquecimento das diferenças, de forma que, em nome do grupo, as diferenças eram ignoradas. Entramos aqui em algumas das questões analisadas por Joan Scott em *O enigma da igualdade* (2005). Scott afirma que as soluções para os debates acerca das questões sobre igualdade e diferença, indivíduo e grupo estão longe de serem esgotadas e resolvidas. “Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos” (SCOTT, 2005, p.12). Para Scott, os conceitos de igualdade e diferença não são opostos, mas sim interdependentes, em constante tensão – tensão esta relacionada às especificidades históricas e políticas de uma sociedade. Segundo a autora, no interior de grupos,

portanto, a igualdade significa ao mesmo tempo reconhecimento ou ignorância de determinada(s) diferença(s) sendo os agentes que participam destes grupos aqueles capazes de decidir o melhor caminho que deve ser seguido – decisão esta baseada em escolhas políticas, econômicas, de gênero, raça e/ou de estratégia.

O problema em relação ao adiamento das reivindicações femininas está principalmente em não se permitir e/ou fomentar um debate mais amplo relacionado às tensões entre igualdade e diferença. Ou seja, ao não se discutir os problemas da minoria feminina, as tensões entre indivíduo e grupo não eram respeitadas. As demandas e os questionamentos específicos das mulheres – como a ocupação de cargos militares, os cuidados dos filhos, as condições de higiene feminina, etc – eram, de forma preconceituosa, percebidos como individualistas e como difusores de um pensamento feminista importado dos países imperialistas. Sendo assim, quando as mulheres buscavam visibilizar as diferenças existentes sobretudo no exercício e na ocupação do poder pelos homens dirigentes, elas encontravam uma forte resistência calcada na velha concepção comum às esquerdas latino-americanas de então, de que as idéias feministas fundamentavam divisões no interior dos grupos:

Os dirigentes sempre tiveram uma posição anti-feminista, como se o feminismo fosse um machismo ao contrário. Eles diziam que o feminismo dividia a luta revolucionária. Isso era uma ignorância e também machismo. Havia o lema de que a causa geral era mais importante do que questões “particulares”. Resolva a causa principal e depois... Assim é em todas as sociedades que tentaram fazer a luta revolucionária (Patricia Castillo).

Fica claro na fala de Patricia Castillo a existência de uma política de adiamento das reivindicações femininas, as quais eram constantemente situadas em um tempo futuro, após a guerra, no momento em que as organizações de esquerda vencessem o exército. Esse adiamento em se discutir as questões inerentes às relações de gênero no tempo presente, não só parecia ser uma maneira de mascarar a pirâmide de poder que se formava nas organizações guerrilheiras, como de ausentar as organizações da responsabilidade em relação a manutenção destas mesmas relações desiguais. A marginalização das mulheres na sociedade guatemalteca, era justificada pelos grupos revolucionários como uma contradição do sistema capitalista. O problema, portanto, não deveria ser discutido naquele

momento – de guerra e de luta política – tendo em vista que, a opressão feminina, na interpretação dos líderes guerrilheiros, era uma questão a ser resolvida pela mudança do sistema econômico e não das relações desiguais estabelecidas entre os sujeitos. Sendo assim, o problema da desigualdade entre os gêneros era percebido como algo exterior às organizações, ou seja, um problema social relacionado exclusivamente ao sistema capitalista. Esta percepção de que a desigualdade entre homens e mulheres é fruto do capitalismo, está presente em um informativo dedicado às mulheres redigido pelas FAR:

Dos 7 milhões de habitantes da Guatemala, quase a metade (49.9 por cento) são mulheres. Junte a isso uma sociedade injusta e desumana criada pelo capitalismo dependente, que, além de explorar e oprimir aos homens, obriga as mulheres a viverem em condições mais precárias que os mesmos. [...]

Para evidenciar a falta de participação da mulher na política tradicional, porque o sistema o impede, basta destacar que em 1975, depois de 30 anos de uma legislação moderna, que permite a vida política à mulher, apenas 5 mulheres haviam sido eleitas congressistas, de um total de menos de 20 candidatas eleitorais.

Apenas em uma militância revolucionária, a mulher guatemalteca tem a garantia de uma participação política efetiva (FAR, 1981)<sup>63</sup>.

As relações entre homens e mulheres, como já mencionado, seriam transformadas a partir da conquista do poder pelo povo e conseqüentemente, com o advento de uma nova sociedade. Um documento informativo emitido pela URNG, demonstra que a nova sociedade tinha espaço para as mulheres e garantiria seus direitos desde que as mesmas assumissem as mesmas responsabilidades tidas como masculinas. Porém, nada é mencionado em relação a possíveis mudanças do comportamento e responsabilidades dos homens. Estes ficariam no lugar onde sempre estiveram, ao passo que as mulheres deveriam acumular suas novas “conquistas”, com suas funções “naturais de mães”: “Na nova sociedade, a mulher terá os mesmos direitos do homem na medida que compartilhar das mesmas obrigações assumidas por ele. Essas obrigações são ainda maiores, por conta de

---

<sup>63</sup> De los 7 millones de habitantes de Guatemala, casi la mitad (49.9 por ciento) son mujeres. Pese a ello, la sociedad injusta e inhumana creada por el capitalismo dependiente, además de explotar y oprimir a los hombres, obliga a las mujeres a vivir en condiciones más precarias que estos. [...]

Para evidenciar la falta de participación en política tradicional de la mujer, porque el sistema se lo impide, basta señalar que en 1975, después de 30 años de una moderna legislación, que permite la vida política a la mujer, solo 5 mujeres habían sido electas congresistas de un total de menos de 20 candidatas electorales.

Solo en una militancia revolucionaria, la mujer guatemalteca tiene garantía de una efectiva participación política. (FAR, 1981).

seus deveres como mães” (URNG,1982,p.1)<sup>64</sup>. Se a condição feminina, na percepção da URNG, estava estritamente relacionada ao plano da natureza ou seja, de sua condição como procriadora, como aprofundar os debates em torno das relações de gênero?

Ainda que a discriminação em relação às mulheres fique evidente quando se analisa as divisões de cargos, bem como o adiamento de suas reivindicações, o espaço das organizações armadas de esquerda era percebido como diferente daquele vivido na sociedade guatemalteca. Ou seja, um lugar onde era possível o exercício de relações mais igualitárias entre homens e mulheres. Esta concepção estava fundamentada na divisão das tarefas cotidianas, as quais, não seguiam uma ordem determinada pelos sexos. Sendo assim, tanto mulheres quanto homens tinham que cozinhar, lavar suas roupas, carregar o mesmo peso em suas mochilas, montar e desmontar o acampamento, dentre muitas outras funções. Dessa forma, mesmo as mulheres que hoje miram a experiência guerrilheira por meio de um olhar mais crítico no que tange as relações de gênero, afirmam que, se comparado com o restantes da sociedade guatemalteca, estavam em uma situação muito melhor:

Ainda que se tenha consciência da discriminação, ainda assim está em melhor situação do que na sociedade em geral. Porque a discriminação não é consciente e premeditada, senão inconsciente e toma várias formas. É por isso que sim, houve mudanças, por exemplo, os homens lavavam suas roupas, faziam tarefas relacionadas à comida, faziam tarefas que são conferidas na sociedade em geral às mulheres. Então sim, houve mudanças em alguns papéis práticos e isso criava condições coletivas particulares em relação à sociedade em geral (Lin Valenzuela).

Mesmo com as claras restrições, relacionadas principalmente à divisão de cargos, o ambiente das guerrilhas possibilitava arranjos distintos daqueles com que tanto as mulheres quanto os homens estavam acostumados. Ambos os sexos, em diferentes níveis, desempenharam atividades que pouco provavelmente haviam desempenhado em outro momento de suas vidas. Com isto houve a possibilidade de se experimentar novas situações à nível individual, como também de visualizar

---

<sup>64</sup> En la Nueva Sociedad la Mujer gozará de iguales derechos que el hombre en la medida en que comparte con este obligaciones iguales y aún mayores por sus deberes de madre. Los niños y los ancianos gozarán de la protección que merece por el aporte que darán o que ya han dado a la producción de la riqueza social (Proclama unitária URNG, janeiro de 1982).



novas possibilidades coletivas. Ou seja, mulheres e homens tiveram a oportunidade de ver seus companheiros/as em situações até então inusitadas. O que antes provocava estranhamento, como um homem no espaço da cozinha, aos poucos, no decorrer dos anos de luta guerrilheira, foi se tornando algo extremamente comum.

Ao analisarmos o conjunto das questões apresentadas acima, podemos traçar uma conclusão central. Mesmo fazendo parte de uma organização que não atendia suas demandas específicas, a qual pode ser considerada, portanto, como excludente no que tange sobretudo os espaços de liderança, as mulheres combatentes vivenciaram nas guerrilhas divisões sociais do trabalho mais igualitárias do que na sociedade guatemalteca. Ainda que o poder não fosse com elas compartilhado, a pretensa igualdade revolucionária permitiu que se vislumbrasse novas possibilidades de relação entre homens e mulheres. Poderia dizer até mesmo que, essa divisão do trabalho foi um dos principais fatores que permitiu que as mulheres olhassem para a divisão do poder de uma forma mais crítica. Muito provavelmente, ao logo dos anos, esta contradição criada pela própria cúpula guerrilheira, de funções distribuídas de forma mais igual ao passo que o poder seguia centralizado, chamou ainda mais atenção para diversos questionamentos inerentes às contradições que subjazem as relações entre os gêneros. O fim dos conflitos e a possibilidade do desenvolvimento de um olhar mais crítico por conta do distanciamento temporal, permitiu tanto que as mulheres vislumbrassem possibilidades de relações mais igualitárias com os homens, por conta daquelas estabelecidas por meio da divisão de tarefas, quanto se dessem conta da problemática da exclusão, causada sobretudo pela divisão desigual do poder.

#### 4.6 O EXÍLIO

Antes de finalizar este capítulo, gostaria de apresentar uma breve análise da situação de exílio vivenciada por diversas mulheres que integraram as organizações revolucionárias. O exílio esteve presente na vida de grande parte das mulheres ex-combatentes em diferentes momentos de suas vidas. Para um grupo de mulheres, a vida em um outro país se mostrou como um caminho a ser seguido logo no início de

suas atividades de militância, pois ficar na Guatemala acarretava perseguição política e a possibilidade de serem assassinadas. Para outras, o exílio foi passageiro, uma medida de proteção intercalada com as atividades nas organizações revolucionárias no próprio país. Nesses casos, as mulheres saíam da Guatemala em busca de um período de calmaria – para que o foco da perseguição fosse tirado delas – ou como parte do treinamento para os combates, para a vida na organização clandestina. Um terceiro grupo de mulheres, já conhecido pelos órgãos repressores por conta de sua atuação na URNG, seguiu o caminho do exílio após deixarem a organização e a militância política. Neste caso, ficar na Guatemala, após anos de clandestinidade significava ser reconhecida e capturada em algum momento pelas forças do exército.

Por conta da proximidade geográfica, o país que concentrava o maior número de exiladas/os da Guatemala era o México. Além da questão espacial há também uma afinidade cultural entre os estados do sul mexicano e a Guatemala por conta de serem regiões de população predominantemente indígena. Vale lembrar que o estado de Chiapas, na região sul do México e a Guatemala faziam parte de um mesmo território até o final do século XIX. Sendo assim, por conta das proximidades geográfica e cultural, Chiapas se tornou um dos primeiros destinos dos exilados. Além do México, foram estabelecidas redes de migração entre a Guatemala e diversos países da América Central, principalmente Honduras e El Salvador. Redes migratórias também foram estabelecidas entre a Guatemala, os países europeus, os Estados Unidos e o Canadá<sup>65</sup>.

Ainda que o exílio seja quase sempre acompanhado de sentimentos ligados ao sofrimento, não se pode negar que essa experiência tenha trazido novas descobertas para aqueles/as que a vivenciaram. Viver em outro país significou o encontro com outras culturas, outras pessoas, grupos políticos e o acesso a debates que muitas vezes não ocorriam na Guatemala por conta da intensa repressão. Sendo assim, concordo com a pesquisadora Helenice da Silva (2007), a qual afirma que o exílio, além de significar ruptura, pode ser percebido também como uma possibilidade de reconstrução pessoal:

---

<sup>65</sup> Em relação à rede de migração estabelecida entre a Guatemala e o Canadá ver: NOLIN, Catherine. *Transnational Ruptures: gender and forced immigration*. Burlington: Ashgate, 2006.

Ruptura trágica mas, ao mesmo tempo, experiência de libertação, o exílio traduz, concomitantemente, desenraizamento e enriquecimento. Metáfora de deslocamento, essa experiência de migração subte a idéia de transferência cultural. Abandonando seu país, voluntariamente ou pela força, o “exilado”, apesar dos traumatismos, tem a possibilidade de reconstruir sua existência fora do seu solo natal. [...] Fugindo de perseguições políticas e da censura sobre as atividades de pensamento, os intelectuais, vítimas (direta ou indiretas) das ditaduras militares, abandonam seu país para viver uma etapa, considerada como transitória, no país do exílio (SILVA, 2007, p.2).

O relato biográfico de Rigoberta Menchú, escrito pela jornalista Elisabeth Burgos, faz parte desse momento de encontro entre culturas e reconstrução pessoal descritos por Silva. De certa forma, o aclamado e controverso livro de Burgos *Me llamo Rigoberta Menchú e así me nació la consciencia* (2007), só foi possível devido a necessidade de Menchú exilar-se e de a França a ter acolhido. A franco venezuelana Burgos fala na introdução do livro que o encontro entre ela e Rigoberta Menchú, proporcionou ao mesmo tempo o aprendizado sobre uma realidade distinta da sua e o encontro com uma parte de si por algum tempo abandonada. O cheiro das tortillas preparadas por Menchú na cozinha de Elisabeth Burgos, transportava sua memória para os tempos de infância, assim como para a vida que deixou na Venezuela. Acompanhadas desse prato típico da América Latina, Menchú narrou sua experiência de vida em meio à guerra civil guatemalteca enquanto Burgos registrava cada palavra. Neste caso, documentar a fala de Menchú ia muito além do mero registro. A guatemalteca, de origem indígena, não dominava completamente o espanhol, portanto, Burgos trabalhava como uma espécie de intérprete. O encontro entre Elisabeth Burgos e Rigoberta Menchú pode ser percebido como um exemplo de possibilidade de reconstrução do exilado. Por meio da narrativa, Rigoberta Menchú reorganizou o vivido, enquanto pelas palavras de Burgos a voz de Menchú foi mais uma vez resignificada.

Por ter se transformado em livro, o caso de Rigoberta Menchú fornece um exemplo concreto de possibilidade de reconstrução pessoal por meio da experiência do exílio. Uma de minhas interlocutoras, Yolanda Colom, a qual esteve em Chiapas durante cerca de 10 anos, também buscou na escrita a reflexão acerca de sua experiência. No sul do México afirma ter vivido em meio a condições materiais precárias, mas em um ambiente cultural intenso e de muito estudo. Foi no exílio que escreveu seu livro *Mujeres en la arborada* (2007). Segundo ela a obra foi escrita em

um momento em que as perspectivas eram limitadas, envoltas por uma profunda reflexão pessoal, pois além de exilada, Yolanda e seu companheiro Mario Payeras haviam deixado a URNG na condição de dissidentes. Escrever, além de narrar e reorganizar o vivido, foi também uma maneira de lidar com a perda, de reconstruir sua experiência por meio de um olhar de distanciamento:

E eu fui fazer um livro, que não era um plano, mas de repente você se encontra sem um plano, sem uma Organização, sem companheiros, sem futuro, sem perspectiva. A razão de ser da sua vida desaparece, então isso é terrível, porque não tem mais sentido a sua vida, a sua vida era para isso e não pode mais ser. Não porque você não quer, mas porque as condições se perderam. Então eu escrevo o meu livro, é a primeira coisa que faço e aí me concentro (Yolanda Colom).

Se para algumas o exílio representou o reencontro com suas histórias pessoais, para muitas, foi uma possibilidade de contato com discussões mais aprofundadas sobre as teorias feministas e as relações de gênero. Ainda que os países que as ex-combatentes encontraram refúgio tenham sido os mais diversos, no caso das minhas interlocutoras, todas as que se exilaram, foram diretamente ou em algum momento para o México. Portanto, quando falo dos feminismos com que as mulheres tiveram contato, estou me referindo principalmente ao mexicano. Certamente existiram pessoas que conheceram outros tipos de feminismos, mas aparentemente, ao menos até onde minhas fontes revelaram, o caso mexicano foi o mais emblemático.

O movimento feminista estava em amplo crescimento no México durante a década de 1980. Neste mesmo espaço de tempo, como mencionado anteriormente, a Guatemala estava passando pelo período mais crítico da guerra civil, ou seja, a repressão foi intensificada de forma que os combates e massacres aumentaram vertiginosamente. Dessa forma, foi nesta época que o número de exilados/as se intensificou fazendo com que muitas/os das/os guatemaltecas/os tivessem a oportunidade de vivenciar o momento histórico de efervescência dos debates feministas mexicanos. As organizações de mulheres se multiplicavam, as reivindicações feministas ganhavam força, as teorias feministas adentravam a academia e o país vivia um clima positivo politicamente, durante o qual vislumbrava-se possibilidades concretas de mudanças (SERRET, 2000, p.49). Neste ambiente de transformações pessoais, políticas e sociais intensas, as guatemaltecas exiladas

participaram, de diferentes formas, das organizações feministas locais. Na maioria dos casos, este encontro se dava por meio de grupos articulados para prestar solidariedade ao povo guatemalteco e dar assistência aos refugiados. Esses grupos de apoio, além de fornecerem condições materiais para os/as refugiados/as, eram espaços de diálogo e debates sobre diferentes temáticas, dentre as quais destacava-se o feminismo:

No México sim, participei de algumas discussões que se fizeram com as mulheres de organizações revolucionárias e mulheres refugiadas. Então sempre ouvíamos falar disso mais no México, porque no México havia um desenvolvimento do feminismo digamos. [...] me dei conta das relações de equidade, me dei conta das contradições de até então, porque agora tinha mais enfoque, mas antes não (Sandra Moran).

Em alguns casos, na busca por um refúgio momentâneo, ainda na condição de integrantes das organizações revolucionárias, as então guerrilheiras eram “cobradas” pelas mexicanas, as quais questionavam se os debates sobre gênero estavam se desenvolvendo no âmbito dos grupos clandestinos revolucionários. Yolanda Gómez afirma que estes questionamentos, que vinham do outro lado da fronteira, contribuíram para a fomentação da discussão sobre esta temática em solo guatemalteco:

Me lembro que nos anos 90 eu fui ao México e me reuni com companheiras que, me recordo bem, me perguntavam: “Como estão tratando essas questão de gênero?”. “O que estão fazendo?”. Porque isso era uma inquietude muito forte naquele momento. A partir disso começou a surgir mudanças (Yolanda Gómez).

Ao mesmo tempo em que as guatemaltecas tiveram a oportunidade de conviver em meio aos diversos feminismos que perpetuavam pelo solo mexicano, em seu país de origem, os debates sobre as relações de gênero ganhavam espaço, impulsionados tanto por organizações internacionais, quanto pelos membros dos grupos clandestinos, os quais traziam de outros lugares novos referenciais. As vozes femininas, que até então não encontravam outras para dialogar, aos poucos ganhavam eco e com isto os debates se multiplicavam.

O exílio, apesar de ter sido uma experiência sofrida, foi também uma possibilidade de encontro tanto com as vozes das próprias mulheres quanto a de outras/os. Se a sociedade em que viviam e a nova sociedade que seria instaurada

com a vitória guerrilheira reservavam poucos espaços e possibilidades para as mulheres, o distanciamento da realidade guatemalteca representou, naquela ocasião, uma possibilidade de se recriar e repensar. O feminismo mexicano certamente contribuiu para isto ocorrer.

## **5 REFLETIR, FALAR, ESCUTAR A VOZ: CONSTITUIR-SE SUJEITO POR MEIO DA EXPERIÊNCIA GUERRILHEIRA**

Antes mesmo do final da guerra civil ser decretado, quando os debates sobre o fim dos conflitos armados se intensificaram, as guerrilheiras sentiam uma apreensão em relação aquilo que as esperava. Ninguém podia afirmar o dia em que a guerra teria um fim, mas havia a dúvida sobre como seriam suas vidas com a chegada da “paz”. As mulheres combatentes haviam deixado uma sociedade na qual tinham espaços de atuação restritos e naquele momento vivenciavam a clandestinidade por conta de suas participações no movimento revolucionário. Suas atuações nas organizações clandestinas significaram novas possibilidades de ser, pois proporcionaram novas experiências políticas, distintas lógicas de divisão do trabalho e acima de tudo, a crítica acerca das relações sociais estabelecidas. A luta guerrilheira foi também uma forma de se libertarem da tutela da família e do Estado, ao mesmo tempo em que podiam vislumbrar a possibilidade de relações amorosas entre homens e mulheres para além das que tradicionalmente haviam estado envolvidas.

Ironicamente, a paz era vista com desconfiança, pois havia entre as mulheres a percepção de que sair da clandestinidade poderia não representar uma maior liberdade, mas sim a continuidade de uma opressão com a qual certamente estavam familiarizadas. Dessa forma, as novas condições que se configuravam no horizonte do pós-guerra, acompanhadas da eminente derrota da URNG, provocaram uma série de questionamentos sobre a continuidade das relações desiguais entre homens e mulheres. Paralelamente, por meio do diálogo e do acesso às discussões sobre as relações de gênero, houve o crescimento de uma compreensão cada vez mais crítica da opressão vivida pelo gênero feminino:

Nos últimos anos de guerra, sim começou a haver por parte de companheiras diferentes, essa reflexão (sobre as relações de gênero). [...] O que sim começamos a questionar era o que ia acontecer com nós quando as condições mudassem. Então essa era a preocupação porque, o que estávamos conscientes era que a maioria de nós éramos provenientes de condições muito opressivas. Sim estávamos conscientes da opressão, o que não estávamos conscientes era da exclusão [...]. O que realmente sabíamos era que

não queríamos voltar a sermos cozinheiras, voltar a nos fechar em uma casa, a reproduzir os ciclos de violência (Patrícia Castillo).

O fim dos conflitos armados ocorreu em 1996 após intensos debates entre o governo e os líderes revolucionários, os quais acarretaram na assinatura dos acordos de paz. Os acordos contemplavam uma série de artigos relacionados à segurança dos/as ex-combatentes e outros tantos dedicados especialmente às mulheres – preservação da integridade física, garantia de emprego digno e moradia, garantia da propriedade da terra, etc. – ao mesmo tempo em que previam a anistia de todos/as aqueles/as que foram combatentes. Sendo assim, as pessoas que integravam a URNG e as que estavam em situação de exílio aos poucos tiveram condições de retornar para a Guatemala. Em relação aos retornados tanto à vida civil, como ao país propriamente dito, é possível se estabelecer duas categorias centrais: combatentes desmobilizados/as e exilados/as.

Como combatentes desmobilizadas ou exiladas, o retorno significou uma redescoberta do país, de amigos, parentes e costumes, pois durante anos as mulheres haviam vivido na clandestinidade. Era necessário familiarizar-se com a realidade local – a transformação do espaço urbano, os acontecimentos de destaque nacional, o cenário político “oficial” e dentre diversas outras coisas, modificações em suas próprias estruturas familiares. Esta redescoberta do familiar causada pelo fim do conflito armado, também representou para muitas reconstrução pessoal, ou seja, novas possibilidades de ser, novas escolhas e formas de viver a vida.

Obviamente, o retorno para a vida civil não significou a abertura de portas para todas as ex-combatentes. Para diversas mulheres, o desejo da transformação pessoal não foi suficiente para romper com a vida de pobreza e opressão. Deve-se ter em mente que questões de classe e de etnia foram cruciais para definir o futuro das mesmas. Em alguns casos, como por exemplo, a de grande parte das indígenas, o fim da guerra representou a continuidade de uma situação opressiva e de fortes restrições econômicas. Muitas pessoas foram estigmatizadas por suas comunidades por terem sido guerrilheiros/as; as mulheres que sofreram situação de tortura e estupro foram por muitos consideradas impuras; dada a falta de reconhecimento pela URNG e pelo Estado da condição de ex-combatente, não foi fornecida assistência pessoal e financeira para estas pessoas. Estes são apenas



alguns dos fatores que limitaram possíveis transformações e emancipações pessoais, assim como a conquista de condições de vida mais dignas.

Para diversas ex-combatentes, a experiência guerrilheira assim como os momentos de reconstrução do país após o final da guerra, foram apenas o início de uma profunda ruptura. Como se pôde perceber, a transformação pessoal não consistia apenas na realização de escolhas melhores, mas sim em um processo de rompimento com a ordem discursiva vigente, com o olhar masculino e o conhecimento – de si, dos Outros/as e da sociedade – adquirido por meio da participação política. Quer dizer, ocorreu sobretudo uma busca em deixar de ser apenas objeto de uma produção discursiva muito consistente, a qual definia a mulher por meio de um “conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominados feminilidade” (KEHL, 1998, p.58).

Certamente, essa definição da mulher pelo olhar alheio não é e nunca foi um destino. Ao longo da história podemos identificar casos em que as mulheres encontraram formas de transcender as redes de poder, de participar e existir fora dos parâmetros definidos por suas culturas. Transcender a cultura dominante certamente é complexo e dificilmente conquistado. Entretanto, aqui devo concordar com Margareth Rago, existe sim a possibilidade de uma ruptura ainda mais profunda, a qual não envolve apenas estratégias, mas consiste na subversão “de uma ordem moral no mais íntimo de seu ser, isto é, na maneira pela qual construíram a si mesmas, olhando-se de maneira independente do olhar masculino projetado sobre elas” (RAGO, 2008, p.188). Esta subversão descrita por Rago parte do mais íntimo, de uma transformação que perpassa não apenas pela relação do sujeito com o mundo, mas principalmente do sujeito consigo mesmo e permitiu que essas mulheres se reconhecessem por meio de outros olhares que não aqueles que as via apenas como seres marcados pela diferença e que portanto, precisavam ser definidas.

A atuação política e o reconhecimento pessoal para além do olhar masculino<sup>66</sup> possibilitou que escolhas pessoais fossem levadas adiante, como a

---

<sup>66</sup> Segundo John Berger (1995, p.48), o olhar masculino define em grande medida quem são as mulheres, pois, segundo o autor: “Ter nascido mulher é ter nascido num determinado e confinado espaço, para a guarda do homem. A presença social da mulher desenvolveu-se como resultado de sua habilidade em viver sob essa tutela e dentro desse espaço delimitado [...]. Uma mulher deve vigiar-se constantemente. Ela está quase que continuamente acompanhada pela própria imagem de si mesma. [...] Seu próprio senso de ser por si mesma é suplantado por outro senso de estar sendo apreciada, como ela mesma, por outro”.

busca pela continuidade dos estudos, o início de uma carreira e a construção de relações mais puras com seus parceiros (GIDDENS, 1991). A autonomia do olhar, foi também uma conquista da palavra, da possibilidade de falar de si mesma com a sua própria voz. Ainda que as realidades de cada ex-combatente sejam as mais diversas, uma coisa é certa: a guerra mudou a forma das mulheres pensarem a si mesmas e de se relacionarem com o mundo.

## 5.1 REENCONTROS FAMILIARES

A volta para a sociedade guatemalteca e o reencontro com aqueles/as com quem as mulheres conviviam antes de entrarem para a clandestinidade foi extremamente difícil, pois ao mesmo tempo em que pouca coisa havia mudado, tudo era percebido de uma forma diferente. A mudança havia ocorrido em cada uma das mulheres por conta dos anos que viveram a experiência da guerra, durante os quais certamente passaram por diversas transformações pessoais e sobretudo de visão do mundo e de suas sociedades. Quando elas deixaram suas vidas para se dedicarem ao movimento revolucionário tinham a expectativa de que ao final da batalha iriam construir novas e melhores condições de vida. Entretanto, o final da guerra resultou na derrota da URNG e a manutenção do sistema econômico, bem como das relações sociais contra as quais haviam lutado. Sendo assim, de certa forma, “voltar para casa” significou sujeição e aceitação.

Um dos grandes desafios enfrentados pelas mulheres foi conviver novamente com as suas famílias. As interlocutoras deixaram claro que o reencontro com seus parentes foi como conhecer novamente pessoas muito familiares, assim como ter que voltar a conviver em meio às contradições sociais contra as quais haviam lutado. Ou seja, além da distância dos anos, havia também barreiras ideológicas, pois nem todos os membros da família concordavam com as escolhas feitas pelas ex-combatentes. Sendo assim, diversas mulheres se encontraram em situações conflituosas, pois, como não tinham bases materiais, tiveram que se sujeitar à opressão de relações familiares patriarcais e a conviver em ambientes que não eram os de suas escolhas. Porém, o reconhecimento da condição opressiva que representava o retorno foi também um momento de escolha, ou seja, dizer não para

aquela situação. Dessa forma, diversas ex-combatentes buscaram, por meio de decisões pessoais e coletivas, alternativas para as situações e relações indesejadas.

No que tange o âmbito familiar, o retorno à sociedade civil também significou transformações nas relações pessoais com seus parceiros, ou melhor, uma certa busca pela continuidade daquilo que era praticado nos grupos revolucionários: a divisão das tarefas domésticas e o respeito mútuo. A grande maioria das mulheres que entrevistei estão casadas com homens que conheceram nas guerrilhas (ver perfil das entrevistadas) e mesmo para estas, houve uma espécie de reencontro com seus parceiros, no sentido de que suas relações pessoais naquele momento seriam construídas em um ambiente distinto daquele vivenciado nas guerrilhas. Para elas isso representou a possibilidade de relações mais puras<sup>67</sup> (GIDDENS, 1993), nas quais há mais espaço para o exercício da autonomia e dos desejos. Tendo em vista que as uniões nestes moldes possibilitam o exercício da individualidade das mulheres, o conflito entre a dicotomia do lar e da vida pública é menor do que em relações que seguem as divisões sexuais tradicionais do trabalho e do poder. Sendo assim, quando é o caso, as interlocutoras referem-se ao ambiente de suas famílias nucleares como espaços de diálogo e nenhuma das mulheres casadas com que conversei afirmou ter enfrentado ou ainda enfrentar barreiras impostas por seus companheiros para seguir com seus estudos e carreiras profissionais.

Um outro aspecto positivo do retorno à sociedade civil foi o caminho dos estudos. Todas as interlocutoras retomaram este aspecto de suas vidas, tanto no nível da formação escolar básica, como da formação universitária ou uma especialização. O retorno aos estudos pode ser de um lado percebido como a continuidade da formação destas mulheres, pois a maioria aderiu ao movimento revolucionário ainda muito jovem e por conta da clandestinidade tiveram que interromper o processo de educação formal. Por outro lado, muitas tiveram a oportunidade de estudar apenas com o final da guerra, pois deixaram a condição de extrema pobreza que viviam antes do conflito como também passaram a fazer parte de uma rede de solidariedade entre os/as ex-combatentes, a qual, por meio de programas desenvolvidos por fundações – como a Guillermo Torriello – e de

---

<sup>67</sup> Segundo Anthony Giddens, “Um relacionamento puro não tem em nada a ver com pureza sexual sendo um conceito mais restritivo do que apenas descritivo. Refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem” (1993, p.69).

contatos pessoais, deram apoio a diversas pessoas. Um fragmento da entrevista de Yolanda Gómez, hoje jornalista, exemplifica o encontro dessas duas condições:

No final eu não havia podido, por todo esse trajeto de vida e também por questões econômicas, eu não pude estudar. Então quando começou a fundação<sup>68</sup> e todos os programas que ocorreram, eu pude fazer em 1997 o ensino básico, em 1998 o ensino médio e em 1999 comecei a universidade.

O caminho dos estudos foi a busca pela ampliação do conhecimento formal assim como o início, ou até mesmo a continuidade, da construção de carreiras profissionais. As interlocutoras expressam uma grande satisfação em relação ao fato de terem se tornado profissionais, ainda que reconheçam que isto não signifique necessariamente a conquista de novos espaços. Como bem aponta Carmela Marroquín, “Ser mulher é ser bastante reprimida, eu fui me dando conta com as mulheres profissionais. Ainda que as mulheres sejam profissionais custa muito ter algum destaque”.

Apesar da resistência da sociedade guatemalteca em aceitar que as mulheres transcendam o espaço do lar e das definições corriqueiramente empregadas, as quais falam de sua natureza particular e de sua capacidade de procriar, muitas foram capazes de transcender os seus esquemas mentais, moldados pela ordem patriarcal e conservadora em que vivem. O que fica claro nas palavras das guatemaltecas que foram guerrilheiras é a barreira que colocaram contra um perspectiva de vida que funcionava como uma espécie de destino para diversas guatemaltecas:

Veja, eu não vou te dizer que pela revolução eu estou aqui e sou, digamos, uma profissional, que tenho possibilidade de trabalhar. Não. Porque isso é uma luta pessoal minha, verdade? Mas também fui ganhando pela experiência que tive na luta, porque se não tivesse sido assim, se não tivesse me incorporado na luta, tinha ficado como qualquer mulher, criando uns 15 filhos. Porque aqui na Guatemala é assim [...]. Mas por todo o processo que passei, aqui estou e com vontade também de seguir lutando, mesmo que de outra maneira. (Carmela Marroquin).

---

<sup>68</sup> Yolanda Gomez se refere à fundação Guillermo Toriello, a qual foi criada logo após a assinatura dos acordos de paz com o intuito de fornecer bases de apoio aos/as combatentes desmobilizados/as.

## 5.2 DIFICULDADE EM GARANTIR DIREITOS E A VIOLÊNCIA COMO RESISTÊNCIA À TRANSFORMAÇÃO

Os espaços que as mulheres vêm ocupando na sociedade guatemalteca estão sendo conquistados com muita dificuldade desde o final da guerra, pois a resistência de um país não acostumado com as mulheres circulando em espaços públicos ainda é grande. Entretanto, não se pode negar que as mulheres venham tendo mais espaços de atuação desde que foi restabelecida a democracia no país, pois na atualidade, a legislação, programas sociais e mecanismos institucionais buscam garantir os seus direitos (UNAMG, 2007, p.42). No caso da URNG, na condição de partido político, diversas políticas específicas para as mulheres vêm sendo discutidas com maior aprofundamento desde 2000, ano em que ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres da URNG. Dois anos depois, em 2002, foi elaborada a política de equidade de gênero do partido, a qual vem sendo implantada, como por exemplo, por meio das cotas (30% das candidaturas do partido são reservadas às mulheres) e dos cursos de alfabetização.

Porém, mesmo que tenham seus direitos garantidos em tese, na prática, a resistência de diversos setores da sociedade em aceitar a ocupação de espaços públicos pelas mulheres é percebida tanto pelo preconceito que sofrem, mas sobretudo pela violência indiscriminada instaurada contra o feminino (cf. SANFORD), a qual faz com que ser mulher seja uma reivindicação diária. Os níveis de violência contra a mulher na Guatemala são tão alarmantes que não permitem que as mulheres exerçam seus direitos (GUTIÉRREZ, 2007, p.16). Não poderia aqui apontar todas as razões para esta violência desenfreada, até porque este não foi o foco desta pesquisa. Posso afirmar apenas que a Guatemala passa hoje por uma situação complexa, pois não só a guerra deixou seu rastro de violência, perpetuado pela práticas sociais, mas também as condições econômicas desiguais, vêm permitindo que o crescimento do poder paralelo das Maras (gangues de jovens) e de grupos paramilitares.

Além de crescente, a violência contra a mulher também é pouco combatida pelo Estado. Sendo assim, todos os anos centenas de assassinatos ficam impunes, sendo que uma grande porcentagem nem mesmo passam por julgamento. Segundo o informe alternativo da CLADEM – Guatemala, sobre o cumprimento do Estado da

Guatemala aos compromissos da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), a Guatemala é o terceiro país da América Latina em número de assassinatos, mas resolve apenas 2% dos casos, portanto, 98% dos assassinatos seguem impunes (CLADEM, 2008, p.7). A impunidade dos assassinos apenas naturaliza a situação de violência contra a mulher e parece reforçar as fronteiras que por elas estão sendo transpostas, entre o lar e a rua, entre o público e o privado.

Esta breve apresentação da situação atual da violência contra a mulher na Guatemala tem o intuito de demonstrar que os direitos que as mulheres conquistaram sobretudo após a guerra, não estão sendo protegidos pelo Estado, portanto, a situação segue extremamente crítica. Os anos de guerra pareciam ser uma grande ameaça à vida, mas os anos de paz não vêm se mostrando muito diferentes. Entretanto, as mulheres seguem lutando, como disse Carmela Marroquín, de outras maneiras, sobretudo na busca do estabelecimento de novas relações entre os sujeitos que não signifiquem sujeição a outros/as ou a regras previamente estabelecidas sem que suas vozes sejam consideradas.

### 5.3 ONDE ESTÃO OS FRUTOS DO NOSSO TRABALHO?

Mas há muita inquietude da minha parte e do meu esposo. Fica essa inquietude de que por que o partido não avançou mais? Então fica essa pergunta. Até aqui chegamos, e te digo, há o desejo de que houvesse mais repostas, algo melhor, que houvesse frutos do trabalho que nós fizemos. Isso eu expressei, e também irá expressar toda a pessoa que esteve envolvida (Yolanda Gómez).

Em meio a tantas lutas e algumas conquistas pessoais, é comum encontrar um sentimento de frustração entre as/os ex-combatentes. Não se pode deixar de lado o fato de que a guerra civil guatemalteca teve perdedores e vitoriosos. E neste caso, a URNG foi o lado perdedor. Vidas foram perdidas e dedicadas a uma luta que não deixou muitos frutos a serem colhidos, ou seja, a sociedade guatemalteca da atualidade, ainda é muito similar àquela contra a qual os/as revolucionários/as lutaram.

A URNG foi transformada em partido político no início de 1997 e desde então disputa as eleições democráticas com candidatos próprios que concorrem a diversas posições públicas. Entretanto, a votação no partido é bastante inexpressiva se comparada com outras coligações de forma que, se antes a organização era capaz de mobilizar milhares de pessoas em torno de uma grande luta social, na atualidade não exerce muito apelo popular. Para aquelas/es que estiveram diretamente envolvidos na URNG, quando esta era uma organização clandestina com inúmeros integrantes e apoiadores, é difícil acreditar que o partido esteja resumido a uma atuação política mediana, principalmente porque, quando a organização se transformou em partido político, havia a esperança de que a luta teria continuidade por meio do sistema democrático. Se a guerra não havia dado os resultados esperados, quem sabe as eleições democráticas seriam o caminho.

Sendo assim, aquelas/es que lutaram durante tantos anos em meio aos combates armados e a clandestinidade olham para a realidade que se configura por meio de uma série de questionamentos. As atrocidades dos anos de guerra foram vistas e vividas por estas pessoas, de forma que diversas perderam não apenas suas bases materiais, mas também familiares e muitas vezes isso resultou na descrença na transformação social. Portanto, diante da inexpressividade de uma organização que deveria de certa forma, representar os ideais revolucionários, ecoa a pergunta: Por que lutamos? A resposta para esta pergunta é tão difícil de ser dada, que para muitos/as parece até mesmo não existir. Ao meu ver, a resposta não é única e pode ser encontrada nas motivações originais das/os combatentes, nos sonhos que perseguiram, a busca em viver em uma sociedade mais igualitária e na resistência perante à opressão do Estado.

Uma outra resposta possível pode ser dada ao analisarmos o presente, por meio de diversas conquistas individuais e também de menores, porém crescentes conquistas coletivas. Não se pode negar que a marginalização dos indígenas tenha ganhado maior visibilidade após o final dos conflitos armados, como também os direitos das mulheres. Falar que estas “conquistas” foram alcançadas por meio da guerra pode ser uma afirmação medíocre, mas certamente o desmascaramento das atrocidades cometidas nos anos de guerra civil fez com que certas problemáticas não fossem mais ignoradas.

Se formos pensar objetivamente em avanços, poderia dizer que ao menos no papel, os Acordos de Paz propuseram objetivos bastante progressistas para a

sociedade guatemalteca. Os conteúdos dos Acordos, se não são cumpridos no dia-a-dia, ao menos possibilitaram que a sociedade guatemalteca elencasse suas prioridades coletivas. Sem querer ser irônica, os Acordos de Paz surgiram ao menos como um documento sobre os sonhos de diversas camadas da sociedade que vêm ao longo dos anos lutando por condições de vida mais justas e humanas:

Os Acordos de Paz forneceram as bases de um novo pacto social na Guatemala, geraram muitas expectativas entre os setores organizados da população e diferentes esferas da sociedade civil. Permitiram as mulheres situar-nos como atoras e além disso, participar de processos, direitos básicos como a propriedade de terras e de sermos sujeitas políticas, também aparecem nos acordos<sup>69</sup> (CLADEM, 2008, p.3).

Entretanto, visibilizar situações opressivas e objetivos coletivos não são medidas suficientes para provocar mudanças. Se a situação das mulheres e dos indígenas foi trazida às claras principalmente pelas reivindicações presentes nos acordos de paz, as estratégicas políticas são fundamentais para que os objetivos de uma melhor qualidade de vida sejam cumpridos. Na prática, diversos pontos dos acordos de paz caíram no formalismo e até os dias atuais aguardam seu cumprimento efetivo. Sendo assim, se o governo se ausentou em adotar medidas que garantissem os objetivos que a Guatemala, como sociedade, colocou para si mesma, na atualidade os movimentos sociais e as organizações civis exercem pressão para que garantias básicas sejam asseguradas para todos/as.

Se os frutos dos sacrifícios pessoais e coletivos daqueles/as que vivenciaram os anos de guerra, parecem nos momento de desolação fora do alcance das mãos e a busca por transformações por meio do voto e de políticas públicas efetivas impossíveis, outros caminhos vêm sendo adotados. Algumas formas encontradas para se questionar a situação social foram: a) o movimento ecologista; b) o terceiro setor (fundações sociais e Organizações Não Governamentais – ONG), c) o movimento indígena e d) o movimento feminista.

No primeiro caso, o desenvolvimento do movimento ecologista foi uma forma de se refletir sobre a exploração econômica desenfreada (principalmente em

---

<sup>69</sup> Los Acuerdos de Paz sentaron las bases de un nuevo pacto social en Guatemala, generaron muchas expectativas entre los sectores organizados de la población y distintas esferas de la sociedad civil. Permitieron a las mujeres situarnos como actoras y además de participar en procesos, derechos básicos como la propiedad de la tierra y ser sujetas políticas, aparecieron en los Acuerdos.



territórios indígenas), a qual acarreta na maioria dos casos em miséria econômica para aqueles que ali vivem e a destruição do habitat natural. Segundo o ativista José Manuel Chacón (2003, p.10-11), os ecologistas vêm ao longo dos anos, recebendo algumas definições bastante contraditórias acerca de suas atuações políticas, as quais dividem-se em duas correntes principais. A primeira segue a linha empregada pelo governo ditatorial, e define os ecologistas por meio de estereótipos como: terroristas, ecohistóricos, maconheiros, extremistas, entre outros. Uma segunda forma de ver essas pessoas, baseada em análises da situação socioeconômica local, vem ganhando força ao longo dos anos. Esta define os ecologistas como defensores dos direitos humanos, principalmente dos indígenas e os percebe como uma das bases para a consolidação da democracia. Não irei analisar o movimento ecologista com maior aprofundamento, mas é importante pontua-lo como uma das alternativas encontradas por diversos militantes de “esquerda” e ex-integrantes das organizações revolucionárias para dar continuidade às lutas sociais na Guatemala.

No caso do terceiro setor, diversas possibilidades foram abertas. Uma série de necessidades dos/as ex-guerrilheiros/as foram atendidas por ONGs e Fundações, como a já mencionada *Guillermo Torriello*. Estas pessoas, haviam vivido muitos anos na clandestinidade e encontram dificuldades para reintegrar a sociedade civil como o preconceito, a ausência de familiares e a falta de uma base material. Tendo em vista que a ajuda ofertada pelo Estado não dava conta das demandas dos/as ex-combatentes, o terceiro setor foi responsável por fornecer apoio financeiro, tecnológico e psicológico para centenas de pessoas. As ONGs e as Fundações criadas no período do pós-guerra foram responsáveis por fomentar o debate e fornecer apoio a diversas causas que não eram percebidas como prioritárias pelos governantes. Sendo assim, foram criadas instituições de apoio às mulheres, aos indígenas, à agricultura familiar, entre outras.

O terceiro agente de transformação social é o movimento indígena, o qual vem crescendo na Guatemala nos últimos anos, impulsionado não apenas pelos Acordos de Paz, mas também pelo crescimento de organizações indígenas em países da América Latina como Peru, Bolívia e Equador. Essas organizações reivindicam sobretudo as propostas colocadas nos Acordos, como o direito à terra moradia digna e educação. É importante destacar as organizações de mulheres indígenas – grupo historicamente marginalizado política e socialmente. A atuação desses grupos vêm crescendo desde os Acordos de Paz, mas suas atividades à

nível nacional e junto às entidades internacionais é bastante recente. Apenas em 2009, na *43 Reunión del Comité de Expertad de la CEDAW* é que as mulheres indígenas, representadas pelo grupo *Tzununijin*, sentaram-se junto a outras seis instituições e debateram em um espaço considerado internacional e das Organizações das Nações Unidas (ONU).

A quarta e principal possibilidade que coloco de se seguir na luta por transformações sociais é o movimento feminista. As mulheres que fizeram parte das organizações revolucionárias e/ou as que estiveram em exílio foram as principais responsáveis pelo estabelecimento de organizações feministas no país ao mesmo tempo em que fomentaram as discussões sobre as relações de gênero em diversas áreas. As teóricas feministas européias, norte-americanas, latino-americanas e guatemaltecas, ofereceram ao momento de reconstrução do país bases teóricas e reflexivas para se pensar as relações de poder naquela sociedade. Pode-se dizer, que o feminismo, como agente de transformações sociais, surge na Guatemala sob o mesmo objetivo com que atuou e atua em outras nações: afirmar as dimensões subjetivas e objetivas da política (HALL, 2006, p.40). Tendo em vista que na minha percepção, o feminismo foi e vem sendo o principal agente de transformação social na Guatemala contemporânea, dedico a próxima seção desta pesquisa à análise da relação entre o crescimento dos ideais feministas na Guatemala e o reconhecimento das ex-combatentes guatemaltecas como sujeitos sociais.

#### 5.4 REFLEXÕES CAUSADAS PELA PARTICIPAÇÃO NA GUERRA: TORNAR-SE FEMINISTA NA GUATEMALA

Incluso em 1992 eu começo a fazer um trabalho mais específico com mulheres, a discutir, a me relacionar, a ler, aprender, me dou conta de que até então não me sentia parte da luta revolucionária no sentido de que os resultados estavam bem para mim, porque sempre eram para os outros: para o povo, para a organização, sempre para os outros. Ou seja, era como se eu não estivesse no filme, como se tudo aquilo não fosse para mim também ou como se fosse mal sentir que era para mim também (Sandra Moran).

A vitória dos grupos revolucionários, prometiam seus líderes, proporcionaria às mulheres condições de vida mais igualitárias. Antes do dia da vitória chegar e conseqüentemente a transformação do sistema socioeconômico, restavam apenas a

luta armada e a espera. A vitória não aconteceu, mas, ao que as divisões de poder nos grupos guerrilheiros indicavam, poucas coisas iriam mudar, mesmo se os revolucionários tivessem sido melhor sucedidos. Essa análise possível, por conta de um olhar temporalmente mais distante e reflexivo, vêm acompanhando o pensamento de diversas das ex-combatentes, as quais, apesar de terem sido integrantes das lutas guerrilheiras, não se percebiam, assim como não eram percebidas, como sujeitos sociais e da história. O espaço de atuação das mulheres era o de coadjuvantes, ou como Sandra Morán apontou, apenas de observadoras, pois não se reconheciam nem mesmo como integrantes daquele acontecimento histórico.

Diversas ex-combatentes perceberam que o movimento revolucionário apresentava contradições muito similares às existentes na sociedade capitalista. A opressão e a exclusão femininas não estavam relacionadas, portanto, apenas ao sistema econômico, como foi propagado em diversos momentos pela URNG, mas a questões relacionadas às relações de poder entre o masculino e o feminino. Se nem a luta guerrilheira nem o sistema vigente pareciam ser capazes de dialogar e responder às reivindicações femininas, de que maneira as mulheres que participaram das lutas revolucionárias, as quais buscavam uma verdadeira emancipação do lar e das estruturas opressoras que as cercavam, poderiam reivindicar e encontrar novos espaços na sociedade guatemalteca?

As guatemaltecas, fossem ex-guerrilheiras ou não, viviam em um país que estava sendo reconstruído após uma longa guerra. A reconstrução das ruas, dos prédios, das escolas, de suas casas... era também a reconstrução de suas vidas pessoais. Após o envolvimento que tiveram na URNG, ou seja, da atuação direta em uma organização política, as mulheres passaram pelo que Walda Barrios, ao fazer uma analogia com o livro de Rigoberta Menchú chama de: “o despertar da consciência para muitas mulheres, ou seja, é como um parto extremamente doloroso em direção ao que seria a vida política e a cidadania. Envolver-se na guerra”. Este momento era uma possibilidade de ser diferente, de se refazer agora em que “tudo” estava mesmo destruído.

Dentro das possibilidades que surgiram por meio da reconstrução, muitas das mulheres guatemaltecas exerceram sua autonomia e foram em busca de seus desenvolvimentos pessoais – continuidade dos estudos, construção de uma carreira e de relações mais puras com seus parceiros. Politicamente, as organizações de

mulheres e feministas passaram a exigir ativamente que seus direitos fossem cumpridos, a começar pelo mais básico de todos: o direito à vida, o direito de serem mulheres. Sendo assim, por meio do reconhecimento, assim como do exercício dos seus desejos e das suas necessidades “particulares”, muitas ex-combatentes questionaram as estruturas sociais, fizeram política – em seus lares, em seus empregos, nos novos movimentos sociais, no movimento feminista, etc – e atuaram como sujeitos sociais e políticos.

Em meio a buscas relacionadas aos questionamentos pessoais, diversas mulheres se depararam com o movimento feminista. Segundo Anthony Giddens (2002), o feminismo, principalmente na contemporaneidade, está dando maior espaço para as questões referentes à auto-identidade. Para ele, as feministas perceberam que a emancipação por si só não resolve os “problemas”. Ao emanciparem-se do lar, as mulheres depararam-se com identidades sociais calcadas em uma concepção masculina de ser humano. A falta de opções abertas – paralelamente à maior opção de escolhas que surgiam para as mulheres – fez com que elas percebessem que a cultura moderna não satisfazia suas necessidades. Sendo assim, surge a demanda por transformações sociais e a criação de novos espaços de atuação política e social que permitam que as pessoas sejam reconhecidas e vivam nas suas diferenças. É dentro desta concepção que percebo o encontro de diversas ex-guerrilheiras com o feminismo, assim como o crescimento do movimento feminista na Guatemala.

Provavelmente, um dos primeiros exercícios públicos dos ideais feministas após os anos de repressão foram as reivindicações dos Acordos de Paz, as quais permitiram que os diálogos acerca da condição feminina fossem intensificados em todo o país. Os acordos de paz foram debatidos tanto pelas/os integrantes da URNG, quanto por organizações feministas – cuja a grande maioria esteve em situação de exílio – e mulheres exiladas retornadas. Esta abertura e destaque ao debate acerca da situação social da mulher, demonstra que, mesmo que aparentemente as relações de gênero não estivessem em primeiro plano durante os anos de guerra, os diálogos sobre as teorias feministas e as relações de gênero foram constantes. Segundo Patrícia Castillo, foi a partir dos Acordos de Paz, que uma consciência feminista ganhou força:

Depois da assinatura dos Acordos de Paz é que realmente começamos a ter consciência. E a partir de nossa experiência começamos a ter consciência de como realmente a relação é patriarcal, as relações de exclusão atravessam, da mesma forma, a direita e a esquerda (Patrícia Castillo).

Os Acordos de Paz são um marco para o feminismo guatemalteco e para o reconhecimento daquelas que participaram da luta como guerrilheiras, dada a ampliação dos debates que tais Acordos proporcionaram. Entretanto, como já foi mencionado em diferentes momentos desta pesquisa, alguns espaços de discussão sobre as teorias feministas e as relações de gênero foram criados ao longo dos anos de guerra. Na URNG, houve uma maior pressão por parte das mulheres e das organizações internacionais durante os últimos de guerra para que os debates fossem intensificados. As interlocutoras afirmam que nos últimos anos de luta guerrilheira, aos poucos, a palavra igualdade foi sendo substituída por questionamentos acerca das relações de poder entre masculino e feminino. Paralelamente, as pessoas que estavam em situação de exílio travavam debates e diálogos com outras culturas e experiências, de forma a se sensibilizarem com questões até então pouco conhecidas. As organizações feministas que haviam deixado a Guatemala por conta da repressão e aquelas criadas no exterior, ao redor das refugiadas, mesmo que distantes de seu país debatiam a situação da mulher guatemalteca, assim como os caminhos possíveis de serem seguidos com o fim dos conflitos. As discussões iniciadas em outros países ecoavam na Guatemala, tanto por meio daquelas/es que aos poucos retornavam, quanto por meio do questionamento que as mesmas realizavam junto aos grupos guerrilheiros.

Resumidamente, mesmo que os debates relacionados aos gêneros, aparentemente não estivessem presentes na Guatemala dos anos de guerra – as mesmas décadas que ficaram conhecidas pelo Feminismo da Segunda Onda – eles estavam ali, fosse pelo fato de mais mulheres terem se juntado ao movimento revolucionário, fosse pelos questionamentos causados na mente daquelas que passaram a participar do mercado de trabalho ou das pessoas que tiveram que deixar o país. O fim dos conflitos foi apenas o momento em que toda/os puderam se (re) encontrar, ter suas vozes ouvidas e escutar tantas outras. O final da guerra foi o final do silêncio e o início de novos e ricos questionamentos.

#### 5.4.1 Feminismos guatemaltecos

O fim da guerra civil deixou evidente a existência de diversos feminismos na Guatemala. Esta multiplicidade de feminismos não é uma característica apenas dessa nação, mas de toda a América Latina e conseqüentemente representa múltiplas realidades e condições femininas. Tendo em vista que a existência de diversos feminismos neste continente é praticamente um consenso entre as/os teóricas/os, na atualidade a discussão se dá no âmbito do conflito entre uma possível fragmentação do movimento e a busca por uma estratégia unificada. No artigo *Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos* (2003), a feminista Sonia Alvarez junto a outras pesquisadoras do campo<sup>70</sup>, afirma a necessidade de encontros transnacionais entre as feministas latinas e caribenhas para que experiências de diferentes feminismos sejam compartilhadas no intuito de se “imaginar comunidades feministas latino-americanas” baseadas nos pontos que nos convergem e não naqueles que nos separam.

Segundo a autora, a forte herança marxista – calcada em noções enraizadas de classe, proletariado, etc. – advinda dos movimentos de esquerda latino-americanos fez com que o movimento feminista tenha fechado os olhos para as desigualdades e diferenças entre as próprias mulheres deste continente. É necessário que se faça esse resgate, ainda que conflituoso, para que as diferentes experiências de ser mulher sejam compartilhadas.

Sem dúvida este é um exercício árduo. Como podemos observar, na Guatemala uma agenda feminista passou a realmente fazer parte dos partidos políticos apenas nos últimos anos. A URNG, por exemplo, possui cotas para mulheres candidatas, as quais não são preenchidas por completo. Algumas das mulheres que fizeram parte das lutas guerrilheiras afirmam que a então organização revolucionária URNG pleiteou no momento da assinatura dos acordos de paz a inserção de artigos em suas diretrizes, que contemplassem a questão da mulher. Entretanto, assim como as cláusulas dos acordos de paz ainda seguem no papel, as políticas de gênero do partido restringem-se muitas vezes apenas ao discurso, pois na prática, a direção segue com posições conservadoras, incapazes de reconhecer

---

<sup>70</sup> As demais autoras são: Elisabeth Jay Friedman, Ericka Beckman, Maylei Blackwell, Norma Stoltz Chinchilla, Lathalie Lebon, Marysa Navarro e Marcela Rios Tobar.

as reivindicações das mulheres e de outros grupos políticos como os indígenas e os ecologistas.

Ao mesmo tempo, os grupos e entidades feministas realizaram no primeiro semestre de 2009 a *43 Reunión del Comité de Expertas de la CEDAW*. Segundo Walda Barrios, presidente da *Union Nacional de Mujeres Guatemaltecas (UNAMG)*, essa foi a primeira vez que um grupo de mulheres feministas lésbicas guatemaltecas – neste caso, o grupo *Nosotras* – bem como entidades de indígenas – grupo *Tzununijan* – dialogaram diretamente, em um evento daquela magnitude, com outros movimentos de mulheres daquele país. Isso demonstra as limitações – ainda que os esforços sejam grandes – dos movimentos feministas em englobar outras formas de ser mulher para além da heterossexual, do alcance do debate sobre as relações de gênero em nosso continente, bem como a existência de múltiplas experiências do ser feminino – as quais certamente irão questionar e enriquecer o debate acerca da categoria analítica gênero.

Percebe-se nos dois exemplos citados acima, a existência de uma forte tensão. Ou seja, ao mesmo tempo em que as organizações feministas estão propondo um avanço nos debates sobre as relações de gênero, ao englobar em suas pautas, grupos de mulheres ainda mais marginalizados – como as homossexuais e as indígenas – reconhecendo assim, a pluralidade de formas de ser mulher, bem como as complexas relações sociais e de poder, existe, ao mesmo tempo, uma necessidade política de se utilizar a categoria mulher como uma unidade. Digo isso porque ainda existe uma luta pela emancipação feminina, bem como a necessidade de visibilizar o sujeito mulher em uma sociedade de extremo conservadorismo. Em um ambiente opressor, ser mulher faz parte de uma luta diária pela sobrevivência, pelo reconhecimento da própria condição humana.

Os caminhos que serão trilhados nos próximos anos pelos movimentos feministas guatemaltecos ainda não podem ser delineados. Existe uma grande necessidade de se aprofundar os diálogos entre as organizações, assim como de ampliar a concepção sobre o feminino, sobre ser mulher, pois deve-se ter o cuidado de não utilizar esta categoria como uma nova forma de se universalizar os sujeitos (BUTLER, 2008). Entretanto, como disse anteriormente, no caso da Guatemala, a utilização da categoria mulher é uma posição política. Sendo assim, faço as minhas, as palavras da pesquisadora Claudia de Lima Costa (1998), para quem a utilização da categoria mulheres não deve ser percebida como um forma de se essencializar

as experiências, mas sim como posição política. Segundo ela, a força do movimento feminista reside justamente na sua capacidade de articular diferentes posições de sujeito. Lima Costa relembra que “a ‘mulher’ é uma categoria heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variados, sobre os quais repousa o movimento feminista” (COSTA, 1998, p.133).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os encontros ocorrem quando menos esperamos. Pequenas decisões viram acontecimentos, os quais mudam nossos caminhos e nosso modo de encarar a realidade. No meu caso, decidi junto com meu companheiro comprar um carro velho, alguns equipamentos de foto e vídeo e iniciar uma viagem que viria a transformar quem somos, assim como nossa percepção do mundo. Naquele momento não tinha idéia de que viria a encontrar a Guatemala, escutar a história de vida de Yolanda Colom e escrever essa dissertação de mestrado. Talvez Yolanda tenha me impressionado tanto, pois foi a primeira pessoa que conheci na minha vida que fez parte de uma luta revolucionária. A revolução, aquela que havia lido apenas em livros, visto em filmes e que estampava as camisetas de alguns colegas meus quando estava na faculdade.

Até então, apesar de já ter sido apresentada para a luta revolucionária da América Central, não a conhecia pessoalmente, não havia parado para pensar quem eram as pessoas que haviam travado essa batalha e muito menos havia imaginado mulheres dentre os combatentes. O imaginário revolucionário latino-americano que há tempos habitava minha imaginação, foi aos poucos ganhando corpo, na medida que conversava com pessoas que assim como Yolanda, um dia pegaram até mesmo em armas, com o intuito de construir uma sociedade diferente. Apesar da conversa que tive com Yolanda Colom ter ocorrido nos primeiros dois meses de uma viagem que iria durar ainda mais cinco, sua trajetória não saiu da minha mente, pois ao passo que percorria as Américas e me sentia como parte destas múltiplas culturas, me identificava ainda mais com sua escolha de vida.

Ao mesmo tempo em que me identifiquei com a trajetória de vida de Yolanda, me impressionei com a destruição do país causada pela guerra, assim como a violência que ainda fazia parte do cotidiano da população, principalmente das mulheres. Muitas das pessoas com que tentava travar uma conversa não queriam falar sobre este acontecimento, outras transpareciam o sofrimento que os anos de conflito lhe causaram. Como seria viver em uma sociedade que estava se reconstruindo? Como seria ser mulher em meio a tanta violência e impunidade? Em meio a essas e outras questões “menores” é que ocorreram as primeiras idéias para a formulação do projeto dessa pesquisa. Com o passar do tempo e das aulas

freqüentadas no curso de ciências sociais e na seqüência, do mestrado, a pesquisa amadureceu e esse é o seu resultado.

Pude perceber que as lutas sociais das mulheres guatemaltecas são bastante recentes. O voto feminino universal, por exemplo, foi adquirido somente na década de 1960. As organizações de mulheres e feministas que tentaram atuar na Guatemala foram reprimidas durante décadas de governo militar, os quais fundamentavam seu discurso na defesa da família e da moral. Sendo assim, enquanto em diversos países do mundo o movimento feminista crescia entre as décadas de 1960 e 1980, na Guatemala, os debates foram bastante tímidos, quase que oficialmente inexistentes. Em meio aos novos espaços conquistados pelas mulheres por conta da industrialização, da conquista de direitos e do “clima” causado pelo feminismo internacional, as mulheres encontraram na luta revolucionária um espaço de luta política em uma sociedade polarizada e opressora.

As mulheres com quem dialoguei nas duas viagens que fiz a Guatemala, foram efetivamente em busca da revolução, da transformação social e ao final não lograram a vitória por meio das armas, mas provocaram profundas transformações pessoais em si mesmas. Uma revolução prevê uma transformação radical, social, das estruturas do poder, econômica... Uma revolução também pode ser a transformação radical de si mesmo, do modo de se perceber o mundo, das relações que estabelecemos uns com os outros. Essa transformação perpassou pelo reconhecimento sobre o que era ser mulher na Guatemala e conseqüentemente tornou-se uma luta coletiva, mas que diferentemente de universalizar os sujeitos nela contidos, buscava o reconhecimento das diferenças. Dito isso gostaria de iniciar as últimas páginas que aqui serão escritas, com um breve diálogo que estabeleci com Sandra Morán

No final da entrevista que realizamos na Cidade da Guatemala, quando o gravador já estava desligado e nos dirigíamos para a porta de saída, ela me disse: - Sabe, agora me pergunto, mas quem foi o sujeito revolucionário guatemalteco? Esta é uma discussão que está sendo feita agora que resgatamos as memórias do movimento revolucionário. Para mim, foi o feminismo. Devo concordar com Sandra e dizer que no final desta pesquisa, minha conclusão é a mesma desta ex-combatente: o movimento e as reflexões feministas vêm sendo um dos principais agentes de transformação da sociedade guatemalteca do pós-guerra.

Como venho argumentando ao longo deste texto, as mulheres que se juntaram ao movimento revolucionário da Guatemala não tiveram suas participações estimuladas diretamente pelo movimento e teorias feministas. No caso das guatemaltecas, suas atuações nas guerrilhas antecederam as discussões sobre as relações de gênero que iriam ser difundidas no país durante os anos que seguiram os Acordos de Paz (1996). No movimento revolucionário as mulheres se depararam com novas possibilidades de ser, pois, em relação à sociedade guatemalteca, tiveram a oportunidade de vivenciar relações mais igualitárias entre os gêneros. Nas frentes guerrilheiras, urbanas ou das montanhas, a divisão do trabalho não tinha o sexo do indivíduo como referência principal, de forma que homens e mulheres cozinhavam, lavavam roupas, carregavam peso, montavam acampamento, etc. Ou seja, naquela situação realizavam atividades que dificilmente experimentaríamos em seus lares, por conta da visão tradicionalista de suas famílias e de si mesmos.

Entretanto, se a divisão do trabalho não era sexualizada, a divisão do poder o era. Os cargos de liderança das organizações guerrilheiras eram ocupados quase que em sua totalidade por homens. As mulheres ocupavam funções consideradas de apoio ou de nível médio de liderança como as comunicações, o ensino e o transporte. A ocupação de cargos de apoio era justificada por diversos líderes guerrilheiros por meio da essencialização do ser mulher. Era atribuído ao corpo feminino características que não vinham de encontro com a atuação guerrilheira, como a procriação e a estrutura física mais delicada, por exemplo. Sendo assim, poucos cargos militares eram dados às mulheres e muitas delas foram designadas para as divisões urbanas, pois ali não havia a necessidade de um grande esforço físico, nem do combate armado freqüente – o qual demandava uma rígida hierarquia militar.

Por outro lado, muitos dos cargos ocupados pelas mulheres, apesar de serem considerados como secundários, eram essenciais para o funcionamento da URNG e o grande número de mulheres ocupando esses postos pode ser interpretado, segundo Linda Lobão (1998), como uma tática de guerra. Por conta do imaginário social guatemalteco não acostumado a situar as mulheres nos espaços públicos, atividades que exigiam maior contato com a população deveriam ser desempenhadas por mulheres, as quais não atrairiam maiores suspeitas. A questão que se coloca aqui é sobre até que ponto as organizações brincavam

deliberadamente com esse imaginário social ou se reproduziam inconscientemente (ou conscientemente) os papéis tidos como femininos.

Ainda que esta divisão desigual de cargos de liderança fosse evidente e nos últimos anos de conflito reconhecida pelas mulheres, os debates acerca da divisão do poder, calcados em uma concepção feminista, eram desestimulados. O movimento feminista era percebido como uma idéia importada e representante dos ideais dos países imperialistas, como os Estados Unidos e o território europeu. Apesar da resistência da URNG, nos últimos anos de conflito, os ideais feministas e o conceito gênero, passaram a fazer parte das discussões da organização. A temática se popularizou principalmente por conta da influência do feminismo mexicano, pois o país fronteiriço foi destino de diversas/os exiladas/os e muitas das organizações ali atuantes questionavam a URNG sobre a condução dessas questões.

No final de 1996 e início de 1997, foram Assinados os Acordos de Paz em meio à uma série de debates e uma grande expectativa social. Para as combatentes, a paz que se configurava vinha junto com a derrota da URNG e com a dúvida sobre seus futuros, pois sabiam que a sociedade que as esperava pouco havia mudado. Após anos de clandestinidade e relações mais igualitárias entre os integrantes das organizações, as combatentes tinham consciência de que encontrariam uma situação de opressão, exclusão e violência na sociedade para a qual iriam retornar.

A presença feminina na condição de combatente durante a luta armada foi emblemática, pois rompeu com os papéis tradicionais de gênero e impulsionou os debates acerca da condição feminina. Este rompimento entretanto, antes de atingir as relações sociais de uma forma mais ampla e tornar-se uma demanda coletiva, perpassou pela ruptura pessoal em relação aos padrões internalizados, assim como uma ruptura com o olhar masculino que agora já não precisava mais dar o seu aval e definir quem são as mulheres (RAGO, 2008). É na busca pela realização de escolhas pessoais como o estudo, a profissionalização e de relações mais igualitárias com seus parceiros, que muitas ex-combatentes puderam se reconhecer como sujeitos sociais.

A atuação no movimento revolucionário foi um primeiro contato com o exercício da política, o qual iria se estender para diversos pontos de suas vidas. Se antes, a luta era para todos/as, muitas das mulheres não se reconheciam como

parte deste cenário. Foi a partir de um distanciamento da situação da guerra e da URNG, assim como do reconhecimento de suas vontades e necessidades particulares, que elas foram capazes de tecer uma crítica acerca de suas experiências e reconhecer a exclusão social em que vivem. Para grande parte das ex-combatentes, o reconhecimento da exclusão foi também o reconhecimento de uma situação comum a outras mulheres e conseqüentemente, um primeiro passo em direção à identificação com o movimento feminista.

Mesmo que não envolta e inspirada diretamente pelo discurso feminista, a participação das mulheres no movimento revolucionário da Guatemala preparou o campo para o debate público sobre as relações de gênero e sobre as condições opressivas que viviam e ainda vivem grande parte das guatemaltecas. De fato, os debates que seguiram os anos de guerra foram bastante progressista e estabeleceram as bases dos Acordos de Paz, percebidos como uma espécie de novo contrato social. Nos Acordos, existem diversos tópicos que abordam as questões de relação de gênero e da garantia dos direitos das mulheres. Entretanto, a violência que seguiu os anos de paz continua a crescer e os tópicos contidos nos Acordos raramente são cumpridos e foram muitas vezes deixado de lado pelo Estado. Dessa forma, a busca pelo cumprimento dos mesmos é feita sobretudo pelas organizações feministas.

Se a revolução não foi alcançada e a URNG derrotada, os guatemaltecos e guatemaltecas vêm colocando em pauta novas propostas de transformações sociais. Na atualidade os movimentos indígena, ecologista e feminista estão em pleno crescimento tanto em relação ao número de colaboradores, quanto na abrangência de suas atuações. Ainda é cedo para analisarmos os resultados conquistados por esses movimentos, tendo em vista que a atuação dos mesmos é extremamente recente, um pouco mais de uma década. Muitas instituições concentram esforços para que os diálogos sejam estabelecidos, a atuação política para muitas segue restrita. Se é difícil mensurarmos as conquistas desses “novos” movimentos sociais guatemaltecos, o crescimento dos debates acerca de questões anteriormente consideradas menores e/ou radicais, hoje são possíveis e enriquecedores.

Em relação a política oficial, na atualidade os partidos políticos estão, ainda que timidamente, percebendo um aumento de mulheres e das etnias indígenas em seus quadros e muitos deles desenvolvem projetos de cotas e inclusão para estes grupos. Entretanto, ainda que as eleições sejam um caminho possível para a

conquista de direitos e mudanças na sociedade, para muitos/as o voto não é percebido como instrumento de transformação social. Ainda que este ponto não tenha sido abordado com profundidade nesta pesquisa, gostaria de apresentá-lo aqui, pois constitui-se como possibilidade de estudo para novas investigações. Sendo assim, as idéias que se seguem são incipientes e constituem uma proposta possível para a continuidade dessa pesquisa.

As primeiras análises possibilitam observar uma descrença do povo guatemalteco em relação às eleições de representantes, possivelmente causada por sucessivos governos corruptos e opressores, percebidos como defensores dos interesses das elites econômicas. Ou seja, o voto não é visto como uma possibilidade real de escolha, pois as opções de candidatos, durante décadas resumia-se a poucos militares e a votação era apenas uma forma de legitimar governos ditatoriais. Na atualidade, o discurso dos partidos políticos é percebido como desgastado de forma que votar é preciso, mas não existe uma perspectiva de possibilidade de transformação.

Por outro lado, existe também uma percepção do fazer política que não é realizada necessariamente pelas eleições democráticas. Segundo Linda Lobão (1998), na América Latina a abstenção do processo eleitoral oficial é tida como um ato político, uma vez que este é considerado como representante de uma minoria socioeconômica. Dois exemplos recentes de uma proposta de se fazer política para além da oficial ilustram essa situação. A primeira foi o levante de Oaxaca (México) em 2006, conduzido por diversos representantes das camadas civis que ficaram conhecidos como APPO (Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca). A população da cidade de Oaxaca destituiu o governo corrupto de Ulisses Ruiz e instituiu um governo popular, baseado na organização política das comunidades indígenas tradicionais. Meses depois, os integrantes da APPO foram duramente reprimidos pelo exército e o governo “democrático” restaurado (LATINAUTAS, 2006). Um segundo exemplo é o movimento Zapatista em Chiapas, no sul do México e a difusão da Outra Campanha. Os Zapatistas, além de estarem entre a população civil, estão organizados em territórios autônomos, ou seja, cidades independentes, as quais não seguem o Estado mexicano. Em 2005, os Zapatistas lançaram a Sexta Declaração do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) e chamaram todos os povos do mundo para lutarem sobretudo contra a opressão dos governos tidos como oficiais (SOUZA, 2008).

Ao analisarmos este contexto de lutas políticas “alternativas” que se configuram ao longo da América Latina, não há como não se perguntar sobre o futuro das reivindicações das mulheres e do movimento feminista guatemalteco. Algumas organizações feministas irão, e estão colocando suas reivindicações ao lado dos programas dos partidos oficiais, outras, seguem à margem da política oficial e o fazem como estratégia de luta, como posicionamento político. Os movimentos feministas guatemaltecos estão buscando a conquista de espaços consolidados ou a criação de novos? Como está sendo articulada a luta feminista na Guatemala? É possível estabelecer relações entre a descrença em representantes oficiais e a emergência dos movimentos sociais, dentre eles o feminista? Essas são questões possíveis para uma nova pesquisa.

## BIBLIOGRAFIA

ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta**: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a Sociologia contemporânea. São Paulo: Blucher acadêmico, 2009.

ALARCÓN, Rosalinda H., TORRES, Jacqui. Mujeres Ixiles siguen en lucha. *Jornal LaCuerda*. Guatemala, ano 9, v.91, p.15, jul. 2006.

\_\_\_\_\_. et.al. **Memorias rebeldes contra el olvido**. Cidade da Guatemala: Magna Tera editores, 2008.

ALVAREZ, SONIA E. Translating the global: effects of transnational organizing on local feminist discourses and practices in latin america. **Cadernos de pesquisa**. Florianópolis, n.22, out. 2000.

\_\_\_\_\_. et.al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.11, n.2, p.541-575 jul/dez. 2003.

ARRIOLA, Aura Maria. **Ese obtenido sobrevivir**: autoetnografia de una mujer guatenalteca. Antigua Guatemala: Pensativo, 2002.

BASTOS, Natália de Souza. Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em organizações de esquerda armada. **Gênero**, Niteroi, v.8, n.2, p.43-72, 2008.

BATAILLON, Gilles. **Génesis de las guerras intestinas en América Central** (1960-1983). México, D.F : Fondo de Cultura Econômica, 2008.

BESANCENOT, Olivier; LOWY, Michael. **Che Guevara**: uma chama que continua ardendo. São Paulo: UNESP, 2009.

BERGER, John. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods and Research**. v.10, n.2, 1981.

BORDO, Susan. A feminista como o outro. **Estudos Feministas**, v.8, p.10-29, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAMBRANES, Julio; SORIA, Julio. Dos revolucionarios en la historia de Guatemala: El Che Guevara y Mario Payeras. **Serie Documentos para la Historia**. Cidade da Guatemala, n.7, sep. 1997.

CARLOS, Newton. **América Latina Dois Pontos**. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

CARRILLO, Ana L. Índias e Ladinhas. Los ásperos caminos de las mujeres en Guatemala. **Revista Nueva Sociedad**. México, v.111, p. 109-118, 1991.

CARRILLO, José Domingo. El fusil y la pluma: guatemaltecas narradoras de la guerra. **La Cuerda**. Guatemala, ano8, v. 84, p.10, nov. 2005.

CARVALHO, Isabel C. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n.19, p.283-302, jul. 2003.

CASTILLO, Óscar. **La Revolución Guatemalteca**. Guatemala: Óscar de León, 1994.

CASTELLANOS, Rosario. **The book of lamentations**. Nova Iorque: Penguin, 1998.

CHACÓN, José Manuel. **La canción del grillo**. Guatemala: Arte color y texto, 2003.

CLADEM. **Mujer, tu puedes intervenir para poner alto a la violencia contra las mujeres**. Guatemala, nov. 2008.

COFIÑO, AnaMaria. Ser Guatemalteca y no morir en el intento. **La Cuerda**. Cidade da Guatemala, ano 9, n. 89, maio, 2006.

COLOM, Yolanda. **Mujeres en la alborada**. Guatemala: Artemis y Edinter, 1998.

CORDOVIL, Daniela. Casos e acasos: como acidentes e fatos fortuitos influenciam o trabalho de campo. In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (Orgs.). **Entre saias justas e jugos de cintura**. Florianópolis: Mulheres, 2007.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfego de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, v.11, p. 127-134, 1998.

COUTO, Patrícia de Araújo Brandão. Ritual de iniciação: Quando o campo evoca o próprio objeto a través da experiência. In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (Orgs.). **Entre saias justas e jugos de cintura**. Florianópolis: Mulheres, 2007.

CPR. **Comunidades de Populación en Resistencia**. Cidade da Guatemala: 19?.

DELGADO, Lucília de Almeida. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DUSSEL, Henrique. Teologia da libertação e marxismo. In: LOWY, Michel (Org.). **Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FAR. **La mujer guatemalteca lucha por construir la sociedad que la libere**. Cidade da Guatemala, mar. 1981.

FELSKI, Rita. **Gender of modernity**. Cambridge: Harvard Press, 1996.  
\_\_\_\_\_. **Doing time**. Nova Iorque: New York University Press, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.  
\_\_\_\_\_. **Memória do Fogo 3: O século do vento**. Porto Alegre: L&PM, 2005.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**. Campinas, v.8, n.9, p.319-342, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.  
\_\_\_\_\_. **A transformação da intimidade**. São Paulo: UNESP, 1993.  
\_\_\_\_\_. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOLÇALVEZ, Andréa. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOLDEN, Tim. Guatemala rivals in rights accord. **The New York Times**. Nova Iorque, 9 ago. 1992. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1992/08/09/world/guatemala-rivals-in-rights-accord.html?scp=1&sq=guatemala+rivals+in+rights+accord&st=nyt>. Consultado em 10 de agosto de 2008.

GRANDIN, Greg. **A revolução guatemalteca**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GUEVARA, Ernesto Che. Guerra de guerrilhas, um método. In: LOWY, Michael. **Marxismo na América Latina**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.  
\_\_\_\_\_. **De moto pela América do Sul: diário de viagem**. Barueri: Sá editora, 2003.

GUILLERMOPRIETO, Alma. Introduction. In: CASTELLANOS, Rosario. **The book of lamentations**. Nova Iorque: Penguin, 1998.

GUTIÉRREZ, Luz Méndes. Tiene que haber otras formas de vivir violencia sexual y ciudadanía en Guatemala. In: UNAMG. **Caminado hacia la consolidación de nuestra lucha a favor de la equidad de género, la justicia y la paz**. Cidade da Guatemala, set. 2007.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin; GASKEL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

\_\_\_\_\_. **A mínima diferença: masculino e feminino na cultura**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KUMAR, Krishna. **Women and civil war: impact, organizations, and action**. Londres: Lynne Rienner, 2001.

LACERDA, Lílian Maria. Lendo vidas: a memória como escritura autobiográfica. In: MIGNOT, Ana; BASTOS, Maria Helena; CUNHA, Maria Teresa (Orgs.). **Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000.

LAQUER, Thomaz. **Inventando o sexo** – Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LATINAUTAS. México um país em convulsão. Carta Mayor, nov.2006. Disponível em: [www.cartamaior.com.br/latinautas](http://www.cartamaior.com.br/latinautas). Acesso em 10 de maio de 2010.

LEÓN, Quimy de. La práctica política desde las mujeres. **La Cuerda**. Guatemala, ano8, v. 84, p.10, nov. 2005.

LOBÃO, Linda M. Socialist transformations in Latin America and Cuba. In: DIAMOND, M (Org.). **Women and Revolution**. The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1998.

LOZANO, Fernanda Gil. Mujer y dictadura. In: WOLFF, Cristina; FÁVERI, Marlene; RAMOS, Tânia Regina. **Leituras em rede, gênero e preconceito**. Florianópolis: Mulheres, 2007.

LOURO, Guacira. Epistemologia feminista e teorização social - desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi (Orgs.). **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba: UFPR, 2002.

LUCIAK, Ilja. **After the revolution: gender and democracy in El Salvador, Nicaragua and Guatemala**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. Implementing gender equality provisions: lessons from the central american peace accords. **Critical Half**, Londres, v.3, n.1, p.15-19, 2005.

\_\_\_\_\_. La reacción de las mujeres líderes frente a la guerra y otros tipos de crisis. In: **Anais Seminário BID/PROLID**. México, agos. 2000. Disponível em: [www.iadb.org/sds/doc/ProleadLiderazgoLuciak.rtf](http://www.iadb.org/sds/doc/ProleadLiderazgoLuciak.rtf). Acesso em 5 de julho de 2008.

MACDONALD, Sharon, HOLDEN, Pat, ARDENER, Shirley. **Images of women in peace and war: cross-cultural and historical perspectives**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.13, n.3, p.483-505. set./dez. 2005.

MARTÍNEZ DE LEÓN, Luis. **Guatemala: entre el dolor y la esperanza**. Espanha: Universidad de Valencia, 1995

MINAYO, Maria Cecília Souza de. Hemenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento social. In: MINAYO, Maria Cecília Souza de; DESLANDES, Sueli Ferreira (Orgs.) **Caminhos do Pensamento Epistemologia e Método**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

MOHANTY, Chandra T. Under Western Eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. In: MOHANTY, Chandra; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes. **Third World Women and the politics of feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: Integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.

\_\_\_\_\_. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, n.2, p. 9-41, 2000.

PADILLA, Lorena Carillo. **Luchas de las Guatemaltecas del siglo XX**. Cidade da Guatemala: Pensativo, 2004.

PAYERAS, Mario. **Asedio a la utopía: Ensayos políticos 1989-1994**. Guatemala: Luna y Sol, 1996.

\_\_\_\_\_. **El trueno en la ciudad**. Guatemala: Pensativo, 2006.

\_\_\_\_\_. Llamamento por la paz. **Siglo Veintiuno**. Cidade da Guatemala, abril, 1994.

\_\_\_\_\_. **Los días de la selva**. Guatemala: Piedra Santa, 2002.

PEDRO, Joana M. O feminismo que veio do exílio: memórias de uma segunda onda no Brasil, na Argentina e no Uruguai (1964-89). In: REIS, Daniel A.; ROLLAND, Denis. **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

RAGO, Margareth. Novos modos de subjetivar: a experiência da organização Mujeres Libres na Revolução Espanhola. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.16, n.1, p.187-206, jan./abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Epistemología feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998.

\_\_\_\_\_. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.13,n.3. jul./set. 2001.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine. **Qué son los estudios de mujeres?** México: Fondo de cultura económica, 1998.

SADER, Emir (org.). **Enciclopédia Latino Americana**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SANDOVAL, Miguel Angel. Negocia de forma consistente. **Notícias da Guatemala**. Cidade da Guatemala, p. 20-21, janeiro, 1992.

SANFORD, Victoria. **Guatemala: del genocidio al feminicidio**. Cidade da Guatemala: F&G, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.2, n.16, 1990.

\_\_\_\_\_. O enigma da igualdade. **Revista de Estudos feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p.11-30, jan./abril, 2005.

SERRET, Estela. El feminismo mexicano de cara al siglo XXI. **El cotidiano**. Cidade do México, v.16, n.100, p.42-51, março/abril, 2000.

SILVA, Helenice. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos, na França, durante as ditaduras militares: uma história cruzada. **Nuevo Mundo Mundo Nuevo**, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index5791.html>>. Acesso em 4 de outubro de 2009.

SLAUGHTER, Jane; STITES, Richard. Editor's introduction to the series. In: NASH, Mary. **Defying male civilization: women in the spanish civil war**. Denver: Arden Pres, 1995.

SOUZA, Milena C. Imaginário revolucionário mexicano: do muralismo aos movimentos sociais. In: I Seminário Internacional cultura, imaginário e memória da américa latina. 2008, Curitiba. **Anais eletrônicos**. Curitiba, 2008. CD- ROM.

STELLAR, Eliot; LAWRENCE, Robert. **Scientists and human rights in Guatemala: report of a delegation**. Washington: National Academies Press, 1992.

UNAMG. **Caminado hacia la consolidación de nuestra lucha a favor de la equidad de género, la justicia y la paz**. Cidade da Guatemala, set. 2007.

URNG. **Proclama Unitária**. Cidade da Guatemala, jan. 1982.

VÁSQUEZ, Norma, IBÁÑEZ, Cristina, MURGUIALDAY, Clara. Sexualidade em tempo de guerra: mulheres de El Salvador. In: COSTA, Albertina de Oliveira (Orgs.). **Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina**. São Paulo: editora 34, 1997.

VEIGA, Ana Maria. Um território a ser defendido: corpos, gênero e ditaduras. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, v.6, n.6, p.66-87, 2009.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativa no Cone Sul, 1968- 1985. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.27, n.54, p.19-38, 2007.

\_\_\_\_\_. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil; 1968-1974. In: WOLFF, Cristina, FÁVERI, Marlene, RAMOS, Tânia Regina. **Leituras em rede, gênero e preconceito**. Florianópolis: Mulheres, p.77-94, 2007.

## **ANEXO 1**

### **ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA**

#### **Perfil das interlocutoras**

1. Quantos anos você tem?
2. Qual seu estado civil?
3. Quantos anos tinha quando ingressou na luta armada?

#### **A vida antes do conflito armado**

4. Fale sobre a sua vida antes de ingressar nas organizações revolucionárias.
5. A sua família tinha alguma ligação com a política e com os movimentos sociais antes do início dos conflitos armados?
6. Como você ingressou na luta revolucionária?
7. Outras pessoas da sua família também, aderiram à luta revolucionária?

#### **Nas organizações revolucionárias**

8. De qual organização você fazia parte?
9. Você lutou nas montanhas ou nas cidades?
10. Durante quanto tempo fez parte das organizações clandestinas?
11. Quando você ingressou no movimento guerrilheiro teve a oportunidade de decidir a função que gostaria de exercer ou a organização o fez por você?;
12. Que tarefas exercia na Organização?

#### **Relações entre homens e mulheres nas organizações clandestinas**

13. De que forma eram divididas as tarefas no interior das Organizações?
14. Durante os anos em que fez parte das organizações, você se sentia como todos os outros ou haviam particularidades pelo fato de ser mulher?
15. Você teve filhos/as durante os anos de luta?



16. Você se lembra de algum momento quando esteve na guerrilha em que o assunto sobre a igualdade entre homens e mulheres tenha sido abordado?
17. Se a resposta for positiva, em que momento esses assuntos passaram a fazer parte da agenda política das organizações?
18. Haviam muitas mulheres lutando com você?
19. Por que você acha que as mulheres entravam nas organizações em menor número que os homens?

### **Depois da luta**

20. Quando voltou da luta o que fez?
21. Como foi o retorno para a sua família?
22. Acredita que as mulheres conquistaram mais espaços políticos depois da guerra?
23. Possui emprego formal?
24. Você está envolvida em alguma organização política?
25. Voltou a estudar?
26. Se identifica com as questões feministas e de gênero?
27. A relação com seu marido/companheiro modificou depois da experiência da luta armada?
28. Você possui relação com o partido (URNG)?

## ANEXO 2

### ENTREVISTA COM MARIA TUYUC

*Sede da URNG*

*Abril de 2009*

Bem, eu entrei no movimento revolucionário na minha vida de estudante. Digamos, aqui na Guatemala, na capital, não há a consciência da magnitude do nível de repressão que se alcançou naqueles tempos se comparado com o interior da república. Há muita gente que ainda se pergunta, “Por que o conflito armado? E por que isso e por que aquilo outro?”. Então é necessário se compartilhar um pouco. No meu caso eu era estudante, a injustiça que se vivia era algo que nós, as famílias pobres, não podíamos ser indiferentes, o nível de repressão, de desemprego, a discriminação, o racismo, o qual sempre foi a base fundamental da economia que sustenta esse país. Por isso, quando uma pessoa é jovem, ela necessita decidir o que quer para sua vida, não é verdade? Muitos dizíamos, vamos estudar, nos graduar e bem, elevar nosso nível de vida, não é verdade? Mas outros também queriam estudar, mas as condições econômicas não eram favoráveis. Na Guatemala a educação é quase privatizada. Então, o Estado não assumiu esse dever constitucional que possui de zelar pela saúde e pela educação das pessoas, então nesse tempo, quando se é jovem, se diz, bem, se vou estudar é para ser profissional algum dia. Então eu, necessito superar meu nível de vida. No meu caso, éramos 9 irmãos, uma família numerosa, então passávamos muita dificuldade, muitas necessidades. Eu trabalhei desde muito jovem, durante o ensino básico eu estudei de manhã, mas depois eu estudava de noite, porque primeiro tinha que trabalhar e depois estudar, não é verdade? Então todas essas limitações que um possuía, também surge... nos informamos sobre o movimento revolucionário. Sonhávamos com um país diferente, de mais esperança e oportunidades. Quando eu entrei no movimento me falavam das necessidade de que não somente eu, mas que muitas famílias passavam e da possibilidade de transformar essa sociedade. Então, em primeiro lugar um se situa, a partir do lugar que está vivendo que o fato de sermos pobres não é porque nascemos pobres, mas sim pelas poucas oportunidades que nos brinda para nos desenvolvermos. Então quando um vê em preto e branco o que é a realidade que se vive e que tudo pode ser melhor para si e para sua família, isso realmente motiva que a pessoa diga, bem, assim como eu quero estudar, me graduar, quero, ter a oportunidade de ter um emprego digno onde me paguem bem, mas isso sou eu como pessoa, também quero isso para a minha família,

mas além disso há toda uma sociedade que possui as mesmas necessidades. Então a idéia que se tinha era que ao entrar no movimento revolucionário era possível, algum dia tomar o poder, o poder econômico principalmente e também o poder que o Estado mesmo possui. Porque, o que realmente guiou o destino desse país foi a oligarquia tradicional, desde sempre. Então, nós pensávamos que a luta armada era o único caminho, porque quando se iniciou o movimento revolucionário, a luta armada se deu porque havia se fechado todos os outros caminhos, todas as formas de luta se haviam acabado, pois começou um nível de repressão tão grande que ninguém podia protestar por seus direitos e então, para transformar essa sociedade tão injusta se necessitava... o que no caso, para nós, a única maneira de alcançar era por meio da luta armada. Então era um sonho que nós como jovens tínhamos. Eu sempre digo que nós tivemos essa oportunidade como geração. Não se podia ficar à margem da realidade nacional, não se podia ser indiferente ao nível de repressão que se inicia a partir da revolução de 44 à 54 que durou 10 anos. A partir de 54 começou um nível de repressão tão alto, todos aqueles que querem mudar, que falam de idéias novas, que não estão conformes, se tirava a vida. Então é mais ou menos assim que nasce o movimento revolucionário, então quando nós éramos jovens tivemos como que essa vantagem, essa oportunidade de poder participar em movimento revolucionário, não é verdade? Eu sempre digo que para nós foi muito importante essa oportunidade de participarmos, de esquecermos um pouco de nós mesmos e pensarmos em algo mais social, mais coletivo, não é verdade? Seguramente iríamos estudar, seríamos profissionais, com muito esforço, com muito sacrifício, mas certamente alcançaríamos isso, porque ao final, esse é um objetivo pessoal, não é verdade? Porque muita gente conseguiu, com muita dificuldade, mas mesmo assim conseguiram. Nós nos propusemos conquistar uma transformação social, mas desde um ponto de vista coletivo. Dizíamos, o dia em que iremos triunfar. Aquele poder que utilizávamos em benefício de nós mesmos, poderíamos utilizar em benefício de uma sociedade. Pois é isso, realmente essas são as motivações para eu ter entrado no movimento revolucionário. Tivemos que deixar tudo, nossa família, nosso trabalho, tudo, tudo, tudo. E bem, para nós é uma forma de vida totalmente diferente. Todas as modificações que se pode ter fora do movimento revolucionário variaram. Porque bem, a nossa idéia era triunfar, ganhar a guerra e a partir daí construir o país, o reconstruir, porque, bem... Porque acreditávamos que tudo o que sustentou a forma como se desenvolve o Estado é algo que desfavorece as grandes maiorias. O Estado está em função de um grupo social que é a oligarquia, o exercito também que são como... Quando nós entramos para o movimento tínhamos também formação política, em primeiro lugar situar qual era a nossa situação, quem eram nosso principais inimigos, o que realmente queremos? Nós tínhamos um documento

ideológico que se chamava princípios e objetivos. Então daí se falava um pouco sobre contra que tínhamos que lutar, quem eram os verdadeiros inimigos desse país. Então o principal inimigo era as oligarquias e então o exercito que defende os interesses dessa oligarquia, um Estado que igualmente está em função dessa oligarquia. E nós dizíamos também que nosso outro inimigo era o imperialismo yankee. Basicamente esses eram os principais inimigos do povo, não é verdade? Então, para nós, tínhamos a vantagem de bem, como movimento revolucionário, uma das vias era a via má. Então, contra quem lutar? Ao final dizíamos, o exército e os verdadeiros inimigos era o alto mando do exército porque naquele tempo o recrutamento era forçado. Digamos, os soldados não eram nossos inimigos, pois eram obrigados a lutar contra a guerrilha. Porque o recrutamento era forçado, não era voluntário. Então, dizíamos, bem, o inimigo principal para nós, como guerrilheiros, não era todo o exercito em si, mas sim o alto mando do exercito, pois os soldados eram, talvez até mesmo parentes nossos. Porque houveram oportunidades de quase que irmãos e familiares se enfrentarem, mas isso dependia do grupo que se estava. Mas a força principal da guerrilha foi a sua moral, era saber porquê, a guerra era “justa e necessária” dizíamos. Era justa porque vivíamos em um sistema que realmente privilegiava somente um grupo de pessoas e necessária porque não podíamos seguir em situação tão desfavorável para as grandes maiorias.

**Onde você vivia?**

Eu vivia aqui na capital.

**Outras pessoas da sua família também, aderiram à luta revolucionária?**

Sim, meus irmãos. 4 dos irmãos aderiram, 3 homens e eu. Mas os meus irmãos morreram na guerra. Eles não voltaram, dos 4 só eu voltei. Só eu vi todo o processo do final da guerra.

**Como foi o retorno para a sua família?**

Bem, o que acontece é que... tem que se pensar o retorno, pois para a família o retorno é alegria, para o que retorna também. O que temos de mais valioso é a vida, não é verdade? Como não vai se sentir bem em retornar e ver a família? Porque muitos de nos deixamos de ver a nossa família durante muito tempo, porque para não os expor, não é verdade? Porque ao final, nos que pertencíamos ao movimento revolucionário tínhamos consciência e fazíamos tudo voluntariamente, mas nossa família, nos não podíamos os expor, não é verdade? Por isso é que não os visitávamos. Então, como todo o processo de paz que se deu e a desmobilização,

muitos regressamos às nossas casas, aos nossos lugares de origem e outros não regressaram, foram para outros lugares, já não retornaram ao seu povoado. Mas, nos meu caso eu regresssei para onde eu saí.

**De qual organização você fazia parte?**

Eu era da organização (pensa... parece que se esqueceu o nome), como se chama? Organização do Povo em Armas, ORPA.

**Que tarefas fazia na ORPA?**

O que acontece é que como eu estive na montanha, ali as tarefas são puramente militares. Então a tarefa de um combatente é o combate, principalmente isso, o combate.

**Então você não tinha uma tarefa mais específica? Por exemplo, eu falei com outras companheiras que faziam a formação política...**

Mas eu não. Eu basicamente estava na equipe de comunicações, não é verdade? O que acontece é que, a formação política é uma tarefa, não é verdade? Então, para ser um formador, a pessoa deve, no mínimo ter que estudar um pouco os materiais, é como uma especialização, é como um professor. Mas nem todos podíamos ser professores, não é verdade? Mas eu não, desde que aderi à luta eu pertenci a equipe de comunicações.

**Quando estava na montanha você se sentia como todos os outros ou haviam particularidades pelo fato de você ser mulher?**

Pois não, a verdade é que ali o risco era igual para todos, a luta era igual para todos. Digamos, na hora de um combate todos tinham que combater, que cumprir com as suas funções. No meu caso eram as comunicações. Então assim, como um combatente de primeira linha, se há um combate ele tem que utilizar sua arma. No meu caso era um rádio, não é verdade? Pois eu digamos, fazia a comunicação entre as unidades em pleno combate.

**Quando você voltou da luta o que fez?**

Bem, em primeiro lugar, digamos nós, bem houve, houve um acordo principal para nós que foi o Acordo de Incorporação da URNG à vida legal. Para nós isso foi o marco principal porque bem, toda a parte legal, digamos, todo o momento em que participamos da vida revolucionária, fomos clandestinos. Então, voltar a todo o legal para nós era bem difícil. Primeiro porque não acreditávamos nesse sistema que aparentemente é legal, mas é mais

ilegal do que, vai se saber, não é verdade? Então resulta que muitos não tínhamos documentação, então e isso começa por aí. Eu tive a minha filha e eu não era eu. Ela nasceu com outra identidade porque a minha identidade de então era clandestina. Então isso é difícil para nós, assim com a inserção no mercado de trabalho, não há um respaldo acadêmico, não é verdade? Nós tivemos a oportunidade de aprender e de fazer muitas coisas diferentes, mas como utilizar isso para solicitar um emprego, não é verdade? Não se podia dizer “sou um ex-combatente”, pois assim ninguém me vai dar trabalho. Ou seja, apesar da assinatura dos acordos de paz, a sociedade não tem a maturidade de aceitar que bem, que houve guerra e que haviam combatentes, que haviam soldados, que haviam guerrilhas. Para as pessoas todos éramos iguais. Então, há muito... eu sinto que à nível de sociedade as pessoas pensam que a guerrilha foi igual ao exército, inclusive para as pessoas que possuem consciência, não é verdade? Pensam que a guerrilha era igual ao exército. Por exemplo, todos os massacres realizados, muita gente diz que “ah, foi o exército e a guerrilha”. Mas quem fez os massacres foi o exército. A guerrilha não, fomos à guerra por necessidade e não porque gostávamos. Por outro lado, para o exército isso é um negócio, não é verdade? E por isso não querem se responsabilizar, mas toda a repressão foi feita pelo exército e tinha fins econômicos, não é verdade?

### **Você teve uma filha na montanha?**

Não, eu a tive no ano da assinatura dos acordos de paz. Nós não, eu estive em uma área onde não se podia ter filhos. Ou seja, quem tem filhos se vai da guerrilha. Eu, pelo menos, nunca quis sair da guerrilha, por isso não tive filhos. Pois nós não tínhamos condições de ter um filho ali.

### **Você se lembra se algum momento quando você estava na guerrilha o assunto sobre a igualdade entre homens e mulheres era abordado?**

Não, nós não. Digamos, o pensamento revolucionário que nós praticávamos era a partir da igualdade. Nós, digamos, teoricamente não tínhamos formação para falar de “igualdade de gênero”. Mas nossa prática, agora que eu a situo a partir da teoria, era muito revolucionária. Nós éramos tão iguais. Pois dentre todas as tarefas nunca houve uma divisão, ou sequer um pouco mais de consideração para as mulheres, não. Éramos uma a um. Eu também sinto que as análises que se fazem são “como era a montanha, como era isso e aquilo?”. Mas a verdade é que se faz necessário que se situe os espaços. Eu estive em uma frente onde havia muita atividade combativa. Havia muita presença do exército, muito combate, não é verdade? Então,

não havia nem sequer tempo. Ali, as necessidades se impunham, as marchas de horas e horas. Ali não havia nada como “ai pobrezinhas, as companheiras...”. Ou seguíamos ou ficávamos ali. Eu vou repensando tudo, porque sempre me perguntam, mas Maria, como era ali? Havia machismo? Pois havia, é verdade. Há aqui, há aonde for. Apenas é que ali, talvez tenha ocorrido menos, pois como disse, é a partir de que somos um a um, talvez as mulheres, nós não nos deixávamos levar facilmente. Os homens também não. Nós também não podíamos, tínhamos que lutar contra um exército que nos combatia com tanta força e coragem. Não podíamos ser fracos ante um exército, creio que também seja pelas circunstâncias, nos ensinavam a ser duros e fortes. Nunca vou deixar meu companheiro, que é meu companheiro, que comparte a luta comigo. Eu sinto que custa muito. Eu tenho lido nos anais que isso, que aquilo outro, eu na verdade, situo as circunstâncias. Situio as circunstâncias porque talvez se o machismo tivesse se manifestado, digamos, de uma maneira mais clara. Mas também, talvez, se as circunstâncias tivessem sido diferentes, mas nós, na verdade não tínhamos chance de ver... Quem eram mais machistas, os homens ou as mulheres? Porque é igual, nós as mulheres também éramos machistas, não é verdade? Eu tinha uma arma, o outro também tinha uma arma, éramos quase uma a um, não é verdade? Não é o mesmo, eu sinto, quando se fala das circunstâncias dos combatentes e quando se fala de outro plano. Por exemplo, em uma, como posso dizer? Em um espaço onde não existem armas. Eu sinto que não se pode comparar. Porque se está aí, em golpes, quem pode mais? Bem, os homens possuem mais força, eu sinto, se uma mulher e um homem brigam à golpes, seguramente o homem ganha porque tem mais força. Mas, se um homem e uma mulher possuem um fuzil. Por isso te digo, eu sinto que as circunstâncias não permitiram que florescesse muito, ou que parássemos para perceber, muito o machismo. Como te disse, ali todos eram machistas, homens e mulheres.

### **Mas, as tarefas mais “domésticas” eram divididas?**

Mas, ali nós estávamos organizados militarmente. Então por exemplo, você estava em um esquadrão e nesse esquadrão haviam duas mulheres e quatro homens. Então essa esquadra deve cozinhar, então, entre esses seis, havia que ser feita a comida, não é verdade? Bem, uma esquadra tinha que ir para uma emboscada. Se houvesse uma mulher, tinha que ir da mesma forma. Não havia chance. Mas também tão perigoso era ir como ficar, porque em uma posição fixa também pode chegar o exército. Não havia como se proteger, ou seja, era tão perigoso que ... Por isso é que digo que, talvez pelo contexto em que eu vivi me custa bastante. Então eu penso, mas como tão machista? Se os homens eram machistas, nós mulheres também não ficamos muito para trás. Então esse amor, essa ternura, como dizem os poemas “não há que

perder o amor e a ternura”. Mas sim, mas e na guerra? Na guerra a vida da pessoa está em um fiozinho, em um fiozinho. Então me custa isso. Havia machismo? Pois há aqui, havia ali, ainda há um montão.

**Haviam muitas mulheres lutando com você?**

Não sempre houveram menos. Eu sempre disse que havia 20 ou 30% de mulheres, ou menos. Em um pelotão de 30 pessoas, havia umas 5 mulheres.

**Por que você acha que as mulheres entravam nas organizações em menor número?**

Isso é de formação, da cultura. Os homens possuem muito mais liberdade de tomar suas decisões, de fazer o que querem. As mulheres não, as mulheres tem o controle do pai, do marido, da família. Por exemplo, uma mulher que perde o seu esposo, quem toma o controle é o sogro, os cunhados, os irmão, o pai, há sempre alguém. Então não é fácil, nós, as mulheres que fomos combatentes também rompemos com todos os esquemas mentais. Mas isso se fez quase que à nível pessoal, ou as circunstâncias também obrigaram muitas a fazer o mesmo. Porque quantos também não tiveram que ir à montanha porque também já não podiam ficar em suas casa?

**Acredita que as mulheres conquistaram mais espaços políticos depois da guerra?**

Bem, a verdade é que essa é uma luta constante. Se deve reconhecer que a partir da assinatura dos acordos de paz, onde houveram acordos digamos, substantivos, onde se falou de uma maior participação das mulheres. Então essa também foi uma normativa legal que ajudou que se impusesse mais a participação política das mulheres fora de seu âmbito privado, então assim as mulheres já saíram mais, participaram mais de atividades. Também houveram mais oportunidades. Porque é disso que se trata. Pois também se não há, por exemplo, quem promova uma reunião, também que conteúdo possui essa reunião. Então as pessoas vão aprendendo, se educando, vai gostando.

**Hoje você trabalha aqui no partido?**

Sim.

**O que você faz aqui?**

Eu sou administradora do acervo



E das coisas que fizemos quando retornamos foi basicamente estudar, não é verdade? Também porque, como disse, prepararmos, porque nós tivemos a oportunidade de fazer o mesmo quando mais jovens e também sabemos que é necessário, ganhar uma pouco de tempo que não aproveitamos.

**E o que você estudou?**

Eu estou estudando direito. Sim, sim.

**Quantos anos você tinha quando aderiu à luta?**

Tinha uns 19 anos. EU sai da minha casa quando eu tinha 21 anos. Eu me incorporei em 1979 e me fui da minha casa em 1981, que foi quando fui para a montanha.

**Então você ficou dois anos na clandestinidade e depois foi para a montanha?**

Sim, esse o tempo que te dão de preparação. Porque antes tivemos a oportunidade de ter um responsável que te dava atenção política, de te dar mais consciência, de explicar toda a conjuntura política, todo o nível de repressão que se vivia. Porque desde então, nos anos 80 foi quando ocorreram todos os massacres, assim, bem seguidos. Quando eram aldeias, famílias inteiras eram massacradas. Então, alguém tinha que explicar ao outro porque acontecia isso, porque a informação dos meios de comunicação eram imparcial, tudo era culpa da guerrilha, não porque eram ingênuos, mas porque era a intenção de desinformar as pessoas.

**Quanto tempo ficou na montanha?**

13 anos. Eu subi em 81 e baixei em 94.

**Quando você aderiu à guerrilha os seus irmãos já participavam da mesma?**

Sim, sim. Um mais velho já estava, o outro, fomos juntos. O pequeno aderiu uns 5 anos depois.

**Então todos entraram na guerrilha no mesmo período de tempo?**

Sim, para a minha família, inclusive para os meus irmãos pequenos, foi uma grande falta o fato de nos sairmos de casa todos juntos, todos os mais velhos. Os três primeiros que nos fomos. Então, porque, como dizia, éramos uma família numerosa, nossos pais fizeram muito sacrifício para que nos estudássemos. A esperança era que quando saíssemos ajudássemos aos

nossos pais para com os pequeninhos. E não foi assim, nós aderimos ao movimento revolucionário e nos fomos e os deixamos sós. Ainda hoje meus irmãos pequenos reclamam, porque os deixamos, nos fomos.

### **Mas os seus pais tinham alguma ligação política?**

Não, eles não. Eles realmente sempre foram digamos, pessoas muito... como se pode... como... simpatizantes talvez, mas não tinham nenhuma atividade política ativa, por isso é que ficaram, por isso é que sobreviveram. E os que estávamos envolvidos nos fomos.

### **Hoje você se identifica com as questões feministas e de gênero?**

Sim, o que acontece é como te digo, toda essa parte teórica nos começamos a receber depois da desmobilização, pelo menos no meu caso. Por isso te digo, toda essa parte teórica, muito disso a gente fazia na prática, não é verdade? Sobre a equidade, não é verdade? Cada quem o que podia fazer. Nós, por exemplo, a carga (mala), nos tínhamos que levar a comida de uma lado a outro, mas longe. Então havia um momento, eram 100 libras o que tínhamos que carregar, e as mulheres diziam, 60 libras. Imagine. Dai diziam, queria o principio da equidade, pois daí, 100 para todos. Mas não. E havia um menino, um juvenzinho, quase um menino que perguntava: “quantas libras para cada um?”. Homens 75, por exemplo e mulheres 50, e ele dizia, então eu levo 55.

### **O que pensa das relações entre os homens e mulheres depois que regressavam das guerrilhas?**

O que acontece é que, bem, aí é que entra a questão dos casos, não é verdade? Eu convivo com um companheiro que é ex-combatente. Mas eu sinto que nós não voltamos a fazer o mesmo, mas melhor. Nós seguimos fazendo o mesmo que fazíamos na montanha. Tudo, em equidade, em igualdade, em... Ele estuda, eu estudo, ele faz isso, eu faço isso, ele precisa de tempo, eu necessito de tempo, coisas assim. Isso é relativo. Você tem que observar a família, por exemplo, minha irmã sempre me critica “Ai que má! Sirva o café dele.” E eu, “ele que se sirva”, e “Ai que má!”. Coisas assim. É o entorno, tem que ver também, eu sinto, nossa auto-estima, pois isso é se deixar ou não. Eles se vêm em uma situação cômoda, mas é necessário também que as tarefas sejam divididas, pois nos apuramos, mas todos descansamos ao mesmo tempo. Apuramos, terminamos o que temos que fazer e juntos descansamos, mas não que um descansa mais que o outro. Isso não se pode fazer, temos uma filha, temos que dar um bom exemplo.

**A sua família é indígena?**

Sim.

**Mas de que etnia?**

Cachique.